

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**RODRIGO BUENO**

**A NATUREZA PRAGMÁTICA DO DISCURSO FICCIONAL**

**CURITIBA  
2017**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**RODRIGO BUENO**

**A NATUREZA PRAGMÁTICA DO DISCURSO FICCIONAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração Estudos Linguísticos, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de doutor.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elena Godoy.

Co-orientador: Prof. Dr. Louis de Saussure.

**CURITIBA  
2017**

Catálogo na publicação  
Mariluci Zanela – CRB 9/1233  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Ferreira, Rodrigo Bueno  
A natureza pragmática do discurso ficcional / Rodrigo Bueno  
Ferreira – Curitiba, 2017.  
148 f.; 29 cm.

Orientadora: Elena Godoi  
Coorientador: Louis de Saussure  
Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências  
Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Discurso ficcional. 2. Pragmática. 3. Semântica. 4.  
Relevância. 5. Inferência – Comunicação - Cognição. I. Título.

CDD 401.43




Universidade Federal do Paraná  
Setor de Ciências Humanas  
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras  
Tel./Fax: +55 41 3360-5102

Ata septingentésima octogésima terceira, referente à sessão pública de defesa de tese para a obtenção de título de doutor a que se submeteu o doutorando **RODRIGO BUENO FERREIRA**. No dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezessete, às nove horas e trinta minutos, na sala 1013, 10º andar, no Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos seguintes Professores Doutores: Elena Godoy, Presidente, Louis de Saussure (via skype), Pedro Dolabela Chagas, Sebastião Lourenço dos Santos e Maurício Neves Benfatti designados pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Letras, para a sessão pública de defesa de tese intitulada **"A NATUREZA PRAGMÁTICA DO DISCURSO FICCIONAL"**, apresentada por **RODRIGO BUENO FERREIRA**. A sessão teve início com a apresentação oral do doutorando sobre o estudo desenvolvido. Logo após, a senhora presidente dos trabalhos concedeu a palavra a cada um dos examinadores para as suas arguições. Em seguida, o candidato apresentou sua defesa. Na sequência, a Professora Elena Godoy retomou a palavra para as considerações finais. Na continuação, a Banca Examinadora, reunida sigilosamente, decidiu pela aprovação do candidato. Em seguida, a senhora Presidente declarou **APROVADO** o candidato, que recebeu o título de **Doutor em Letras**, área de concentração **Estudos Linguísticos**. A versão final da tese deverá ser encaminhada à Coordenação em até 60 dias. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pela Banca Examinadora e pelo candidato. Feita em Curitiba, no dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezessete.



Dr.ª Elena Godoy



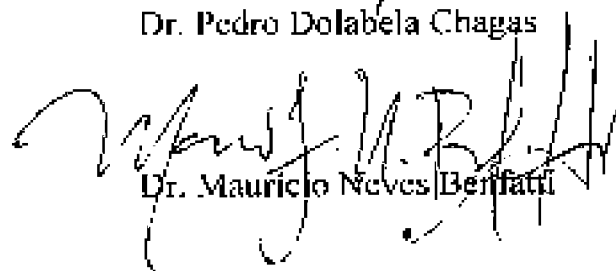
Dr. Louis de Saussure



Dr. Pedro Dolabela Chagas



Dr. Sebastião Lourenço dos Santos



Dr. Maurício Neves Benfatti



Rodrigo Bueno Ferreira

Aos meus pais, Sebastião Dias Ferreira e Sebastiana Bueno Ferreira que, outrora furtados, vislumbraram em minha educação a restituição de seus sonhos.

## **AGRADECIMENTOS:**

Aos meus orientadores: Elena Godoy e Louis de Saussure. Vocês não protagonizaram apenas a orientação de uma pesquisa, mas de um novo experimento de vida.

Aos membros da banca examinadora: Sebastião Lourenço dos Santos, Maurício Neves Benfatti e Pedro Dolabela Chagas, por tão prontamente contribuírem para a conclusão deste trabalho, à despeito das condições adversas.

Aos meus professores: José Borges Neto, Lígia Negri, Maria José Foltran, Rodrigo Tadeu Gonçalves, Luiz Arthur Pagani e Maximiliano Guimarães, por todo o ensino e imensa paciência com minhas questões sempre tão primárias.

Aos meus colegas de pesquisa da Universidade Federal do Paraná, dos quais tanto me beneficiei para a produção, ainda rudimentar, deste texto: Alessandro Beccari, André Almeida, Aristeu Mazuroski, Beatriz Pires Santana, Crisbelli Domingos, Ednei Leal, Fábio Mesquita, Flávio Martins de Araújo, Livy Maria Real Coelho, Luzia Schalkoski, Marcos Carreira, Maria Julia Fonseca Furtado, Marina Legroski, Patrícia Sobczynski Gonçalves e Satomi Oishi Azuma. Em especial, agradeço à Guida Bittencourt, com quem dividi a experiência do estágio, e à Gabriella Hollas, com quem dividi a experiência da escrita.

Aos meus colegas da Universidade de Neuchâtel, que tão gentilmente me integraram ao seu convívio: Misha Laura Watkins, Cristina Grisot, Virginie Conti, Letizia Roellin, Laura Baranzini, Thierry Raeber, Nathanaël Draï, Marco Pedrotti, Renatas Berniūnas, Raquel Sanchez, Fabienne Voirin, Fabrice Clément e Hugo Mercier.

Às melhores professoras de línguas que eu poderia ter: Lucile Pittet, Séverine Blanchet, Chiara Dieguez, Urška Murovec, Anne Demoor, Aziza Cabdirashid, Fany Huiban, Leonor Hernández e Fatma Sahindal. Em especial à Ardiana Zej, que, além do ensino da língua, foi das maiores motivadoras da conclusão desta tese.

À minha família: pai, mãe, irmãs, irmãos e sobrinhos, que tem sido meu verdadeiro laboratório experimental das ciências humanas. Amo vocês!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

The scientist of today is either a mixture of psychologist and inquisitor, studying with real ordinary minuteness the meaning of facial expressions, gestures, and tones of voice, and testing the truth-producing effects of drugs, shock therapy, hypnosis, and physical torture; or he is chemist, physicist, or biologist concerned only with such branches of his special subject as are relevant to the taking of life. In the vast laboratories of the Ministry of Peace, and in the experimental stations hidden in the Brazilian forests, or in the Australian desert, or on lost islands of the Antarctic, the teams of experts are indefatigably at work.

(ORWELL, George -1984)

**RESUMO:** A complexidade e a pouca compreensão que cerceiam os fenômenos ficcionais desafiam o empreendimento das ciências cognitivas, que se esforçam para a naturalização da pesquisa de fenômenos humanos. As ciências da linguagem tendem a contribuir com a pesquisa dos cientistas cognitivos, fornecendo evidências reiteradamente ignoradas pelas demais disciplinas, como a centralidade dos fenômenos linguísticos para o avanço investigação ficcional. Contudo, de uma perspectiva inter-paradigmática das ciências da significação, se convencionou estudar o discurso ficcional sob a tradicional concepção semântica de verdade e das sub-teorias da 'verdade', se apelando ou para modelos vericondicionais ou de mundos possíveis; já de uma perspectiva intraparadigmática no programa da Teoria da Relevância, a convenção recai sob a noção de inferência e das suas sub-teorias, se apelando ou para o processo comunicativo ou para o processo cognitivo. Com o confesso objetivo de promover a diversidade teórica, esta tese propõe a hipótese de se investigar o discurso ficcional sob a noção de 'relevância', como alternativa a noção de verdade, conforme tradicionalmente empregada na pesquisa semântica (verifuncional/mundos possíveis); e de concentrar sua análise nos elementos linguísticos, como alternativa aos tratamentos propostos no interior do quadro relevantista (comunicativo/cognitivo). Portanto, a contribuição deste trabalho para o debate em questão será a de evidenciar as descobertas dos lógicos e dos linguistas sobre a natureza do discurso ficcional, a fim de fornecer algum avanço para a investigação ficcional e alguma possível formulação que caracterize as noções de discurso e de ficção, que parecem evidenciar a natureza pragmática do discurso ficcional.

**Palavras-chave:** Discurso ficcional; semântica; pragmática; inferência; Relevância.



**ABSTRACT:** The complexity and the little understanding that surround the fictional phenomena challenge the undertaking of the cognitive sciences, which strive to naturalize the research on human phenomena. Language Sciences tend to contribute to cognitive scientists researches, providing evidence repeatedly ignored by other areas, such as the centrality of the linguistic phenomena to the advance of fictional investigation. However, from an inter-paradigmatic perspective of the Meaning Sciences, it has been established to study the fictional discourse under the traditional semantic conception of truth and the sub theories of “truth”, appealing either to truth-conditional or possible worlds models. But from an inter-paradigmatic perspective of the Relevance Theory, the convention falls on the notion of inference and its sub theories, appealing either to the communicative or to the cognitive processes. With the objective to promote the theoretical diversity, this thesis proposes the hypothesis to investigate the fictional discourse under the notion of “relevance” as an alternative to the notion of truth as traditionally used in the semantic research (truth-conditional/possible worlds); and to concentrate its analysis at the linguistic elements as an alternative to the treatment proposed by the relevance framework (communicative/cognitive). Therefore, this work’s contribution to the debate is to point out the discoveries by logicians and linguists about the nature of fictional discourse in order to provide some advance to the fictional investigation and a possible formulation that characterizes the concepts of discourse and fiction, which seems to display the pragmatic nature of the fictional discourse.

**Key-words:** fictional discourse, semantics, pragmatics, inference, relevance.

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>DEDICATÓRIA .....</b>  | <b>III</b> |
| <b>AGRADECIMENTOS .....</b>   | <b>IV</b>  |
| <b>EPÍGRAFE .....</b>   | <b>V</b>   |
| <b>RESUMO .....</b>   | <b>VI</b>  |
| <b>ABSTRACT .....</b>   | <b>VII</b> |
| <b>SUMÁRIO .....</b>  | <b>09</b>  |
| <b>0. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>  | <b>10</b>  |
| 0.1 A exposição do problema e a justificação da pesquisa .....                | 10         |
| 0.2 O discurso ficcional e o naturalismo nas tradições lógica e linguística . | 13         |
| 0.3 Da formulação de uma hipótese alternativa .....                           | 18         |
| <b>1. DA NATUREZA LÓGICA .....</b>  | <b>22</b>  |
| 1.1 A teoria semântica .....  | 22         |
| 1.2 O programa de Frege – verdadeiro ou falso .....                           | 26         |
| 1.3 O programa de Tarski – condições de verdade .....                         | 33         |
| 1.4 O programa de Lewis – verdade em mundos possíveis .....                   | 38         |
| 1.5 A inferência lógica .....   | 42         |
| <b>2. DA NATUREZA COGNITIVA .....</b>   | <b>46</b>  |
| 2.1 A teoria pragmática .....   | 46         |
| 2.2 A Teoria da Relevância .....  | 51         |
| 2.3 Clark e os níveis comunicativos .....                                     | 55         |
| 2.4 Reboul e a analogia da metáfora .....                                     | 61         |
| 2.5 Sperber e Wilson e a inferência não-demonstrativa .....                   | 70         |
| <b>3. DA NATUREZA LINGUÍSTICA .....</b>                                       | <b>72</b>  |
| 3.1 Da reintrodução da hipótese alternativa .....                             | 72         |
| 3.2 Das entidades ficcionais e dêiticas .....                                 | 80         |
| 3.3 Das formas lógicas e dos efeitos cognitivos .....                         | 87         |
| 3.4 Das suposições e dos efeitos afetivos .....                               | 94         |
| 3.5 Do processamento discursivo ficcional .....                               | 99         |
| <b>4. CONSIDERAÇÕES .....</b>   | <b>108</b> |
| <b>5. REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>115</b> |

*A condição de coerência, por força da qual se exige que as hipóteses novas se ajustem a teorias aceitas, é desarrazoada, pois preserva a teoria mais antiga e não a melhor. Hipóteses que contradizem teorias bem assentadas proporcionam-nos evidência impossível de obter por outra forma. A proliferação de teorias é benéfica para a ciência, ao passo que a uniformidade lhe debilita o poder crítico. A uniformidade, além disso, ameaça o livre desenvolvimento do indivíduo (Feyerabend, 1975, p. 45) (...) Nenhuma teoria está em concordância com todos os fatos de seu domínio, circunstância nem sempre imputável à teoria. Os fatos se prendem a ideologias mais antigas, e um conflito entre os fatos e teorias pode ser evidência de progresso. Esse conflito corresponde, ainda, a um primeiro passo na tentativa de identificar princípios implícitos em noções observacionais comuns (Feyerabend, 1975, p. 77).*

## **0. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

### **0.1 A exposição do problema e a justificação da pesquisa.**

Em diferentes campos da pesquisa científica contemporânea, os fenômenos ficcionais têm suscitado extensos debates, permanecendo como um problema teórico para diversas disciplinas, desde a lógica formal, transcorrendo a biologia evolucionária, até chegar aos desdobramentos das disciplinas sociais, incluindo, ainda, aquelas que intermedeiam as ciências naturais e exatas e as ciências humanas. Não raro, pode-se ler em manuais diversos, de distintas áreas do conhecimento, alguma aplicação orientada para fenômenos caracterizados como ficcionais. Por manifestar elementos lógicos, cognitivos, linguísticos e comunicativos, a ficção se apresenta como elemento investigativo complexo, pouco consensual e desafiador.

No contexto contemporâneo das ciências cognitivas, uma investida multidisciplinar tornou programática uma explicação naturalista para os fenômenos ficcionais, uma vez que os paradigmas naturalistas da ciência avançam para a investigação de fenômenos que até recentemente eram prestigiados somente com o ceticismo da comunidade acadêmica. O desafio lançado aos cientistas cognitivos é o de proporcionarem uma explicação plausível sobre a natureza ficcional, tendo em uma das mãos a complexidade

do problema que os fenômenos ficcionais evocam, e na outra mão a diversidade de paradigmas científicos com os quais confrontar e/ou aproximar suas pesquisas.

Assim, o debate sobre a natureza dos fenômenos ficcionais tem recebido a atenção de filósofos da mente (SEARLE, 1975. CARRUTHRES, 2006), de antropólogos cognitivos (SPERBER, 1996. BOYER, 2007), de arqueólogos cognitivos (MITHEN, 1997; 1998; 2002), de psicólogos evolucionistas (PINKER, 1997; 2002; 2007. TOOBY e COSMIDES, 2001), de biólogos (WILSON, 1999; BARASH e BARASH, 2006), de darwinistas literários (BOYD, 2001; 2005. CARROL, 2009) e de estudiosos cognitivos da estética (DISSANAYAKE, 2008. DUTTON, 2010. ZUNSHINE, 2006; 2008).

Um dos maiores tropeços, em uma perspectiva pessimista, ou um dos maiores impulsos, em uma perspectiva otimista, é o de que o processo de naturalização dos estudos ficcionais se depara com a necessidade prévia da naturalização de outros complexos objetos de estudo que tem desafiado a comunidade acadêmica: a naturalização dos estudos da linguagem, da mente e da cultura, ou seja, o desafio da naturalização do estudo dos humanos. De modo não menos importante, permanece ao cientista o desafio de estabelecer qual a melhor metodologia naturalista a empregar em sua investigação.

Em trabalho anterior (BUENO, 2013) foram sugeridos alguns rumos considerados centrais para o estudo dos fenômenos da ficção: alocar a pesquisa em um paradigma naturalístico (um problema epistemológico); observar os recentes avanços nas pesquisas evolucionárias (um problema evolutivo); e substituir o paradigma da pragmática da filosofia da ação pela pragmática relevantista (problema comunicativo), por considerar que o modelo da pragmática linguística poderia contribuir para uma melhor compreensão da natureza da ficção.

Em outros trabalhos, (BUENO e BENFATTI, 2015; GODOY E BUENO, 2014; BUENO, BENFATTI E GODOY, 2016) foi dedicado maior atenção às questões epistemológicas, evolutivas e comunicativas que permeiam a discussão. Assim, este trabalho tentará se ater ao trabalho mais técnico, pertinente aos linguistas, buscando aprimorar a contribuição que os estudos da linguagem podem fornecer ao empenho interdisciplinar de explicar a natureza ficcional.

O suposto objetivo (possivelmente utópico) da ciência é o de se chegar o mais próximo possível da verdade, empregando critérios de objetividade, explicitude, sistematicidade, metodologia, rigor, ferramentas formais, etc. Na contramão, o discurso de ficção se supõe por completa despretensão de qualquer noção de verdade, afinal, de modo intuitivo, supomos que se é ficcional é por não ser verdadeiro, o que nos impõe o dilema de se investigar a verdade dentro daquilo que foge à verdade, sem que tenhamos muita segurança nas ferramentas disponíveis para se lidar com o ideal de verdade. Esse conflito justifica a necessidade de aprofundamento nas perspectivas que as ciências podem lançar sobre o objeto ficcional, ainda que notoriamente reduzido e limitado.

Mas, afinal, qual a contribuição que um linguista pode oferecer ao complexo problema dos fenômenos ficcionais? Essa pergunta é uma das principais razões desta tese e ela terá sua resposta construída ao longo do texto, sob a tentativa de recuperar o um dos modos, mais ou menos consensual, de como os estudos da linguagem podem contribuir para o avanço do grande quebra-cabeça que a ficção tem oferecido à ciência.

De modo geral, as diversas pesquisas que se tem realizado em prol da investigação da natureza dos fenômenos ficcionais têm o mérito de comporem um caráter interdisciplinar, que busca conciliar o conhecimento fornecido por diversas áreas do conhecimento. Porém, as mesmas pesquisas têm o demérito de não observarem os fenômenos linguísticos, que invariavelmente compõem ou até mesmo tornam possíveis a ficção.

Deste modo, ao se pensar acerca da maneira como a comunidade linguística pode cooperar com o debate sobre a natureza ficcional, parte da resposta, ao menos num certo sentido, está naquilo que grande parte dos estudos das linguagens naturais e também das linguagens artificiais tem revelado sobre o discurso ficcional. Tal revelação, suscitada sobretudo interior dos estudos semântico/pragmáticos, diz respeito à natureza da incompletude discursiva invocada pelas entidades ficcionais.

Por isso, a metodologia que esta tese tentará adotar se baseia na conciliação entre duas tradições naturalistas de maior influência na investigação dos fenômenos da linguagem: a tradição dos lógicos e a tradição dos linguistas. Ambas as tradições convergem atualmente na área conhecida

como pragmática, que, também de modo mais ou menos consensual, é a disciplina responsável pelo estudo do uso da linguagem. De modo ainda mais específico, e ainda seguindo a ideia de conciliação das descobertas dos lógicos e dos linguistas, dentro da demarcação da disciplina pragmática, esta tese se enquadra num programa de investigação específico, que se pode denominar como 'Programa Relevantista', dedicado ao desenvolvimento da Teoria da Relevância, um desdobramento da pragmática linguística que integra o conjunto das teorias linguísticas atuais.

## **0. 2 O discurso ficcional e o naturalismo nas tradições lógica e linguística.**

Tal qual o objeto de nosso interesse, o ficcional, o moderno paradigma da ciência linguística também se sagrou em sua trajetória histórica como um espaço de amplos debates entre os lógicos, os psicólogos, os antropólogos, os biólogos, os filósofos, entre outros tantos especialistas, para além, obviamente, dos próprios linguistas. Em meios a esses diversos debates, um objetivo persecutório aos estudos da linguagem tem sido o empreendimento de naturalização da área, dando continuidade ao seu projeto histórico de se constituir uma ciência natural e, por conseguinte, do desenvolvimento de metodologias naturalistas de análise linguística.

Ferdinand de Saussure, geralmente admitido como o precursor da linguística moderna, expressou preocupação com o rigor com o qual deveria ser construída uma ciência em torno dos fatos da linguagem. Para Saussure (1916), a construção da linguística se daria a partir da delimitação de seu objeto de estudo, sem a qual nenhuma ciência seria capaz de estabelecer seus próprios métodos. Ao lançar as diretrizes do trabalho pertinente a linguística, Saussure propôs como tarefa "...procurar as forças que estão em jogo, de modo permanente e universal, em todas as línguas e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos [...]" (SAUSSURE, 1916, p. 13).

Com um objetivo muito similar, mas seguindo no caminho oposto da linguística, que se concentrava nos elementos da linguagem natural, o moderno paradigma da lógica surge em razão da tentativa de se libertar dos

problemas impostos pela linguagem, elementar no modelo clássico aristotélico. Foi assim que o matemático e lógico alemão Gottlob Frege inaugurou os fundamentos da lógica moderna, impulsionando consideráveis desenvolvimentos nos sistemas de representação de inferências dedutivas. Após mais de 22 séculos, o sistema de Frege finalmente substituiu a lógica clássica de Aristóteles, baseada em 'sujeito e predicado', introduzindo uma nova noção algorítmico/matemática, baseada em 'função e argumento'.

Ambas as tradições, linguística e lógica, viriam impactar profundamente as ciências do século XX. Se, por um lado, a escola linguística obteve continuidade graças ao pensamento de Franz Boas, Edward Sapir, Leonard Bloomfield, entre outros, de outro lado, a lógica obteve continuidade graças ao pensamento de Bertrand Russell, Ludwig Wittgenstein e Alfred Tarski, para citar alguns poucos nomes.

Nos dois contextos, a questão da significação compunha um tópico histórico, tendo sido debatida ao menos desde que Platão confrontou a escola dos essencialistas, os quais defendiam a natureza do significado em termos de uma relação natural entre as palavras e alguma entidade no mundo. Platão, por sua vez, introduziu a defesa de que as palavras possuíam uma natureza arbitrária para seus significados e essa discussão perdurou por séculos, tendo sido tema recorrente entre os principais filósofos e gramáticos, tornando-se um tópico elementar no que viriam a ser as ciências da significação.

Contudo, ao passo em que a lógica filosófica ampliava suas formalizações dos aspectos do significado, criando novas técnicas de como observar as linguagens naturais em termos de linguagens formais, a linguística dos próximos anos tomaria um caminho oposto. Seguindo no sentido da negação ao estudo do significado, a linguística secundarizou as abstrações formais e passou a priorizar os aspectos observáveis da linguagem, preferindo as análises empíricas das línguas naturais, alcançando o ápice deste objetivo nas metodologias behavioristas.

Finamente, após certo "desgaste" de ambas as tradições, com os adventos da virada linguística, em reação à tradição lógica, e da teoria gerativa, em reação à tradição linguística, a questão da significação se tornou um lugar de encontro entre ambas as tradições. Apesar do dissenso quanto ao modo de se conceber o mesmo objeto de estudo, a lógica e a linguística viriam a

convergir, ao menos quanto ao claro interesse pelo significado, na composição das disciplinas que se dedicavam ao estudo do significado, a semântica e a pragmática.

Nesse contexto é que as contribuições dos lógicos se tornam essenciais aos trabalhos dos linguistas interessados na questão da significação, e é nesse mesmo contexto que a tradição dos lógicos e a tradição dos linguistas se torna fundamental para o estudo da natureza dos fenômenos ficcionais. Isso porque, em grande parte, foi a lógica que forneceu à linguística algumas das principais ferramentas para a análise das condições de verdade de uma sentença das línguas naturais. Ainda que sob críticas e limitações, os resultados obtidos a partir da noção de verdade de uma sentença contribuíram muito para a questão do estudo do significado linguístico. Entre esses resultados, destaca-se o desenvolvimento da semântica, uma das mais bem-sucedidas investigações formuladas no interior da tradição lógico/filosófica, consagrada durante o século XX como um lugar privilegiado para o debate sobre o discurso ficcional.

O debate é inaugurado em parte porque a lógica fregeana propunha um sistema em que a aplicação da função sobre um argumento gerasse um resultado verdadeiro (V) ou falso (F) de uma sentença. Frege dedicou parte de sua análise aos comentários de como seria interpretada uma entidade ficcional em sua teoria, de acordo com aquilo que se conhece como a questão da 'referenciação', que veio a se tornar fundamental nas discussões sobre a denotação semântica.

O poder de alcance das análises fregeanas não obteve maiores avanços graças às dificuldades ontológicas e empíricas suscitadas pelas entidades ficcionais. Ainda assim, o debate teve continuidade na investigação realizada pelos lógicos como um fenômeno a ser elucidado à luz da noção de 'verdade', e ainda hoje, após mais de um século, os fenômenos ficcionais continuam a suscitar problemas para a análise semântica. Isso pode ser um indício de que sua natureza tanto excede os domínios da investigação semântica quanto, por definição, inviabiliza sua adequação às teorias da verdade.

Supostamente, um dos grandes problemas ao se invocar a centralidade das teorias da verdade é aquele circunscrito na árdua tarefa de serem estabelecidos bons critérios de verdade, porque, em princípio, nossa melhor ciência não parece de todo capaz de fornecer satisfatoriamente teorias sobre a



verdade. Assim sendo, talvez entre as mais bem-sucedidas e bem aceitas das teorias sobre a verdade que tem nos sido disponibilizadas estejam aquelas como elaboradas por Alfred Tarski (1944/2006), conhecida como a ‘teoria semântica da verdade’, e por David Lewis (1978/1986), em termos de “modalidade”.

Todavia, mesmo após as diferentes investidas nos limites das ciências da significação, o discurso ficcional permaneceu um tanto quanto obscuro. Inicialmente, porque ele infringe os padrões clássicos da semântica vericondicional fregeana, uma vez que não demora sua referência de modo a permitir a asserção. De outro modo porque ele não se demonstra comprometido com o critério de verdade tarskiano, tendo em vista que uma sentença pode ser paradoxalmente verdadeira e falsa devido à sua ambiguidade interpretativa (Holmes vive na Backer Street é verdadeira na ficção e falsa no mundo real); e também porque impôs a Lewis uma polêmica multiplicação de suas entidades teóricas, a infinidade de mundos possíveis, que não goza grande aceitação entre seus críticos.

Com a progressiva clareza de que, embora de suma importância, a semântica não era suficiente para o estudo dos fenômenos ficcionais no interior dos estudos linguísticos, pareceu premente o apelo à contribuição da pragmática para a solução dos problemas semânticos. Dado o contexto de dificuldade da teoria semântica em melhores formulações que explicassem os fenômenos pertinentes ao discurso ficcional, a teoria pragmática poderia apresentar, no mínimo, uma teoria complementar, que os tornassem menos obscuros.

Entretanto, mesmo no interior da pragmática contemporânea, o estudo do significado continuou fundamentalmente assentado sobre essa noção que nos tem custado caro em termos de esforço intelectual: o critério filosófico/científico de verdade. A noção de verdade continuou a ser um imperativo na pragmática de Grice (1975) em sua máxima de veracidade, e também na de Levinson (2000), em seu *Significados Presumíveis*.

O referido esforço intelectual exigido pela discussão sobre a noção de ‘verdade’ resulta das grandes proporções que ela tende a tomar, podendo ser discutida sob ao menos três distintas visões: i) como uma proposição (ciência formal/ uma entidade do mundo), ii) como uma crença (ciência natural/ uma

entidade humana), ou iii) como uma asserção (ciência social/ ato de fala...uma entidade do social).

Em certa medida, é em decorrência dos problemas suscitados pela noção de verdade que se espera obter o ineditismo desta tese. Um dos desafios que se tem lançado às ciências da significação é o estabelecimento de algum critério de verdade proveitoso para o estudo dos fenômenos da ficção. De uma ou outra forma, todas as teorias, especialmente as teorias lógico/semânticas, partem de algum critério de verdade armazenadas nas proposições.

Após explicitar algumas das teorias semânticas dedicadas ao estudo das entidades ficcionais, e de tentar minimamente esclarecer a noção de verdade suposta por cada uma dessas teorias, este trabalho pretende apresentar uma metodologia alternativa, propondo que os fenômenos ficcionais não repousam sob critérios de verdade, mas, sim, sob algum outro critério, que, durante o desenvolvimento do trabalho, eu apresentarei como o critério de 'relevância'.

A teoria semântica será de modo algum suplantada como inútil, simplesmente pelo dado de que as entidades ficcionais escapam de seu escopo teórico. Ao contrário, a teoria semântica é precisamente elementar para a revelação da natureza essencialmente pragmática de tais entidades ficcionais, uma vez que é no interior da semântica que a descrição dos fenômenos ficcionais vem adquirindo *status* de fenômenos tipicamente pragmáticos.

Ainda assim, se é que o discurso ficcional pode ser um objeto passível de análise nos limites da teoria linguística, sobretudo, naquela teorização projetada na linguística pragmática, ela mesma, a pragmática não pode fugir às evidências de que a noção de verdade lhe impõe os mesmos problemas já indiciados no interior da semântica. Por isso, se torna necessário adotar alguma teoria pragmática que não esteja fundamentada sobre o conceito de verdade, a fim de serem produzidos novos padrões de observação acerca da natureza ficcional.

Deste modo, as próximas páginas desta introdução serão dedicadas ao modo como se pretende formular o problema da ficção à luz de uma metodologia alternativa no âmbito da pragmática linguística.

### 0.3 – Da formulação da hipótese alternativa

Após introduzir o objeto pretendido nesta pesquisa e contextualizar brevemente o modo como tal objeto vem sendo investigado no interior das ciências da linguagem e da significação, este terceiro momento tentará especificar como construir um método alternativo àquele já consagrado.

Primeiramente, e em conformidade com a problematização posta no seio das ciências cognitivas contemporâneas, acerca da natureza dos fenômenos ficcionais, se faz necessário especificar um ‘objeto observacional’. Assim sendo, dando continuidade à tradição dos linguistas e dos lógicos, a especificação recairá sobre aquilo que se conhece como o ‘discurso ficcional’, uma vez que, sem suscitar muitas polêmicas, ‘discurso’ constitui um fenômeno linguístico.

Por conseguinte, a investigação do discurso ficcional se constitui agora como uma sub-tarefa da investigação de um objeto linguístico mais amplo, o estudo do discurso. Para tanto, recai sobre a investigação a tarefa de subespecificar o discurso ficcional em relação aos demais fenômenos discursivos.

Todavia, insurgem sobre a pesquisa dois objetivos não pouco complexos. O primeiro deles decorrente da questão sobre o que é, afinal, o discurso? De modo complementar, após uma série de tentativas de conceituação do discurso, seja como uma estrutura linguística, seja como o nível linguístico que está para além do nível da sentença, qual a melhor definição teórica? O segundo problema é análogo ao primeiro, e decorre também da dificuldade na definição. Como é possível definir a ficção em termos de uma não-verdade, ao mesmo tempo em que ela não é uma mentira? Pode-se dizer que a ficção é antagônica à verdade?

Admitida a complexidade que circunda as tarefas de caracterização tanto de ‘discurso’ quanto de ‘ficção’, restam as tarefas de descrição, da extração de evidências e da projeção de hipóteses do que, porventura, poderia constituir a natureza do discurso ficcional, a fim de torna-lo inteligível. Somente após algum resultado na tarefa descritiva, e, portanto, após alguma inteligibilidade, seria possível submeter o fenômeno discursivo ficcional à uma teoria explicativa capaz de produzir avanços em sua compreensão.

Uma vez que essas demandas metodológicas superam os limites de uma tese, reivindicando um programa ampliado de pesquisa, este trabalho se concentrará na tentativa de contribuir para o estudo do discurso ficcional com uma perspectiva da pragmática linguística, conforme o programa investigativo da Teoria da Relevância.

Em conformidade com aquilo que Kuhn (1962) denominou como ‘ciência normal’, esta tese buscará expor a noção de ‘discurso’ em um cenário aceito dentro do programa de investigação relevantista, sob o risco de não fornecer o melhor ponto de vista, tendo em conta a complexidade e a falta de consenso entre os linguistas que se dedicam ao tema. De modo semelhante, e não menos problemático, a tese tentará expor algum critério que possa ser aceito como próprio do caráter ‘ficcional’, discutindo as clássicas teorias da verdade, costumeiramente aplicadas nos estudos de lógica comunicativa e semântica nos enredos de ficção.

Para tanto, seguindo uma das intuições do filósofo H. P. Grice (1975), serão conciliadas as duas distintas tradições anteriormente comentadas, e que têm auxiliado no progresso da pesquisa do discurso ficcional: a tradição dos lógicos e dos linguistas. Não sem razão. Se de um lado, os lógicos trabalham a partir da noção proposicional da sentença, adotando um modelo externo de linguagem. De outro lado, os linguistas trabalham com uma noção sintagmática, adotando um modelo interno de linguagem. De maneira ortodoxa, esses pontos de vista são incomensuráveis entre si, porém, no modelo da Relevância eles convergiram, com o propósito de uma investida interdisciplinar de pesquisa, o que tende a beneficiar este trabalho.

Além de que, a questão da proposicionalidade semântica, estimada tanto por linguistas quanto por lógicos, parece constituir um tema central para a investigação da natureza do discurso ficcional, sobretudo porque é sobre as proposições que repousam os critérios de verdade semântica, como anteriormente introduzidos. Aliás, as hipóteses fortes dedicadas ao discurso de ficção nas ciências da linguagem e da significação continuam predominantemente no seio da lógica semântica, privilegiando a questão de como são interpretadas as sentenças ficcionais.

Entretanto, como expresso por Susan Haack (1998) em seu tratado sobre *A Filosofia das Lógicas*, talvez um modo vantajoso de se tratar a

significação das sentenças ficcionais possa ser contemplado nos limites de uma teoria da pragmática, uma vez que o escopo dessa disciplina é voltado para o estudo contextual dos elementos dêiticos, vagos e ambíguos. Haack (ibid, p. 253) apresentou, ainda, três modos para o tratamento ficcional: (a) a abordagem linguística – um discurso sobre conjuntos maximais consistentes de sentenças; (b) a abordagem conceitualista – um discurso sobre as maneiras nas quais poderíamos conceber o mundo de forma diferente; (c) a abordagem realista: um discurso sobre entidades reais, abstratas, inteiramente independentes da linguagem ou pensamento.

Logo, este trabalho priorizará a primeira forma de abordagem elencada por Haack, atendo-se à observação do ponto de vista linguístico das sentenças ficcionais. Observado o contexto de dificuldade da teoria semântica em melhores formulações que expliquem os fenômenos pertinentes ao discurso ficcional, será apresentada um quadro no interior da pragmática cognitiva, em que as sentenças são vistas como estruturas semânticas não completas, devendo ser complementadas pelo componente contexto-sensitivo pragmático. Surgirá, portanto, como critério elementar a noção de relevância, em substituição ao critério de verdade. De modo que serão discutidos dois conjuntos de hipóteses:

**Conjunto 1:** O critério explicativo para a interpretação do discurso ficcional:

Hipótese a) – o discurso ficcional é interpretado em termos de valores de verdade – semântica clássica;

Hipótese b) – o discurso ficcional é interpretado em termos de inferência não-demonstrativa – relevância.

**Conjunto 2:** O critério descritivo para a observação do discurso ficcional:

Hipótese a) – o discurso ficcional é mais bem visualizado como uma entidade realista;

Hipótese b) – o discurso ficcional é mais bem visualizado como uma entidade conceitual;

Hipótese c) – o discurso ficcional é mais bem visualizado como uma entidade linguística.

Assim sendo, não se pretenderá que o ineditismo deste trabalho proporcione um tratamento consensual e revelador sobre o discurso ficcional. Ao invés disso, este trabalho pretenderá a construção de uma explanação pragmática, que, em princípio, pode dissolver parte dos problemas corriqueiramente enfrentados para o estudo do discurso ficcional.

*Há, por exemplo, tanta espécie de vozes no mundo, e  
nenhuma delas é sem significação.  
I Coríntios 14:10*

*Ora, como há uma infinidade de Universos possíveis nas Idéias  
de Deus e apenas um único pode existir, tem de haver uma  
razão suficiente da escolha de Deus, que o determina a um em  
vez de outro  
(Leibniz).*

*Quando a gente não se ajeita num mundo, procura arranjar-se  
noutro. É um prazer extraordinário ver e fazer coisas novas.  
(Cacambo)*

## 1. DA NATUREZA LÓGICA

### 1.1 A teoria semântica

Um dos desafios apresentados ao estudo da ficção é, afinal, o que e como uma obra ficcional significa? Intuitivamente, essa pergunta deveria ser submetida à análise de uma “ciência da significação”, cujo arcabouço teórico pudesse responder de modo razoável a questão. Porém, embora não constitua uma premissa equivocada, recorrer a uma ciência da significação conduz a outros desafios não menos problemáticos do que aqueles já contidos no objeto ficcional. Destarte, se aventurar em busca de uma ciência do significado adequada para o estudo da ficção é assumir também os problemas e os limites da ciência do significado por ele adotada.

Pesquisadores de diferentes orientações teóricas têm sido expressivos ao comentarem alguns dos problemas suscitados no interior da discussão da significação. Já em 1923, numa repercutida obra intitulada *O Significado do Significado* (1923/1976), os linguistas Charles Kay Ogden e Ivor Armstrong Richards apresentaram um panorâmico quadro das teorias do significado, demonstrando a complexidade para se lidar com o termo, que é tema de controvérsias desde o período clássico. Os autores comentaram a necessidade da teorização semântica, mencionando que:

"ao longo da história da raça humana", escreveu o falecido Dr. Postgate, "não houve questões que causassem indagações mais profundas, mais tumultos e mais devastações, do que as questões da correspondência entre as palavras e fatos. A simples menção de palavras como 'religião', 'patriotismo' e 'propriedade' é suficiente para demonstrar essa verdade. Ora, é a investigação da natureza da correspondência entre palavra e fato que constitui o maior e o mais apropriado problema da ciência do significado. Que toda e qualquer palavra existente está enraizada em fatos da nossa consciência e história mentais seria impossível negar; mas é uma questão muito diferente determinar o que esses fatos possam ser. A concepção primitiva é, indubitavelmente, que o nome é indicativo ou descritivo da coisa. Do que se reduziria imediatamente que, partindo da presença do nome, poderemos argumentar a existência da coisa. Esta é a simples concepção do selvagem." (OGDEN e RICHARDS, 1976, p. ??).

Mais recentemente, em *O Simbolismo em Geral* (1974) a crítica de Dan Sperber foi exemplar no que diz respeito à significação:

A palavra significação tem tantas significações que é um Deus-nos-acuda quando não a podemos utilizar. Diz-se indiferentemente que a palavra *lua* significa a lua, que "pobre diabo!" significa o desprezo, que a febre significa a doença e que a eleição do presidente não significa nada de bom. Confunde-se significação e referência, significação e conotação, significação e diagnóstico, significação e prognóstico, e a gente aceita. Mas o que se pode confundir sem dano no linguajar comum deve ser cuidadosamente distinguido no enunciado filosófico e científico. Nesse último, em particular, a noção de significado só pode ser introduzida após ter sido suficientemente circunscrita, após se ter demonstrado que ela se aplica e que permite um trabalho melhor.

A única disciplina em que a noção de significação atende (embora nem sempre) a essas condições, é a linguística (SPERBER, 1974; p. 20).

Em sua discussão sobre *O Escopo da Semântica*, Jarrold Katz também não deixou de comentar a complexidade da discussão sobre o significado. De acordo com Katz:



O equívoco, parece-me, está na suposição de que a questão "O que é o significado?" pode ser respondida de um modo direto e conclusivo. A questão é geralmente tratada como se fosse do tipo de uma questão como "Qual é a capital da França?", para a qual uma resposta direta e conclusiva "Paris", pode ser dada. Supõe-se que pode ser obtida uma resposta da forma "Significado é isto ou aquilo". Mas a questão "O que é significado?" não admite uma resposta direta, "isto ou aquilo"; sua resposta é, ao contrário, uma teoria toda." (KATZ, 1982, p.46).

Portanto, uma eventual maneira de serem evitadas as reclamações de Ogden e Richards e de Sperber, seria adotar a postura de Katz, explicitando não apenas algumas poucas afirmações sobre o significado, mas, sim, toda uma teoria do significado. No entanto, mesmo a linguística sendo apontada como disciplina privilegiada para o estudo da significação, nas palavras de Sperber, e possivelmente também nas visões de Ogden e Richards e, sobretudo, de Katz, a significação é altamente controversa no seio da linguística.

Mesmo em um manual introdutório é possível ser conscientizado a respeito das divergências. Na introdução de seu trabalho *Semântica*, subintitulado *Os limites moveáveis da semântica*, Ilari e Geraldi ilustram como no escopo da disciplina não há consenso metodológico:

Espera-se de um livro de iniciação sobre qualquer disciplina que comece por uma ou mais definições da disciplina em questão, que delimite claramente o conjunto de fatos a que a disciplina se aplica, e que enumere e ilustre seus conceitos centrais. Uma introdução à semântica construída sobre esse modelo começaria provavelmente por afirmações genéricas como "a semântica é a ciência que estuda a significação" e prosseguiria expondo um corpo de doutrina supostamente acabado.

Duvidamos que esse enfoque seria realmente esclarecedor para o leitor. As posições sobre o que é significação são inúmeras e extremamente matizadas e vão desde o realismo dos que acreditam que a língua se superpõe como uma nomenclatura a um mundo em que as coisas existem objetivamente, até formas de relativismo extremado, segundo as quais é a estrutura da língua que determina nossa capacidade de perceber o mundo; desde a crença de que a significação de uma expressão fica cabalmente caracterizada

pela tradução em outra expressão, até a crença de que qualquer tradução é impossível e para compreender a tradução de uma palavra ou frase se exige a participação direta em atividades de um determinado tipo (ILARI e GERALDI, 1987; p. 5).

Como é possível, portanto, o trabalho dos estudiosos do significado, dada a dificuldade em circunscrever uma noção de que propicie um trabalho melhor, em meio à diversas teorias do significado, comentadas por Ilari e Geraldi? Em outras palavras, qual semântica pode oferecer a melhor noção sobre a significação? Ou, ainda, qual semântica estaria habilitada a fornecer alguma colaboração com o problema do discurso ficcional?

Uma das posições predominantes entre os semanticistas é a de que a semântica formal se mantém uma disciplina rigorosa e de critérios bem estabelecidos para o estudo do significado. Em uma discussão intitulada *A semântica formal das línguas naturais*, Borges Neto, Müller e Pires de Oliveira (2012, p. 122) defenderam que, apesar das divergências, “a semântica das línguas naturais é um empreendimento científico, um projeto coletivo que, através de uma metalinguagem lógico-matemática, visa entender o fato de que nós, humanos, temos a capacidade de interpretar qualquer sentença da nossa língua”. A partir disso, os autores sustentaram que um semanticista formal deverá se preocupar com dados empíricos, com aquilo que os falantes produzem ou deixam de produzir. Assim, a semântica formal deveria ser dedicada à descrição e explicação da capacidade que os falantes das línguas naturais têm de compreender qualquer sentença da sua língua, de atribuir significados ao que eles dizem e ao que lhes é dito, constituindo-se, assim, como uma ciência empírica, com caráter preditivo.

Deste modo, uma das principais propostas explicativas advindas da semântica formal repousa na ideia de que um falante sabe em quais condições uma dada sentença é verdadeira, sabendo relacionar linguagem e mundo. Do ponto de vista dos autores, deve-se enfatizar que saber as condições de verdade de uma sentença não pressupõe saber se a sentença é verdadeira ou não.

Ainda conforme os autores, a semântica formal deve ter como características principais:

(a) Associação de aspectos do significado às condições de verdade das sentenças. Assim, o significado passa a ser visto como a capacidade que um falante tem de relacionar as expressões linguísticas ao que quer que seja a que elas se referem – mundo real, modelos desse mundo ou de outros mundos possíveis;

(b) Uma visão não-psicologista (não-mentalista) da linguagem, que adere ao postulado metodológico de que é preciso investigar o significado das sentenças das línguas naturais por meio de seu emparelhamento com as situações (reais ou virtuais) que elas descrevem;

(c) A centralidade metodológica do Princípio da Composicionalidade. Esse princípio tem duas faces: de um lado, ele afirma que o significado de uma expressão é resultado da combinação particular dos significados de suas partes; de outro, ele afirma que operações sintáticas e construção de significados acontecem simultaneamente, em paralelo.

Em linhas gerais o que a semântica formal propõe como plataforma da investigação do significado é a continuidade da tradição iniciada por Gottlob Frege, e é a partir dessas ideias que se inicia uma longa tradição na investigação das entidades ficcionais manifestadas nas sentenças das línguas naturais.

## **1.2 O programa fregeano**

No domínio dos estudos do significado, Gottlob Frege obteve sucesso na formulação de um modelo dedicado às sentenças das línguas naturais, estendido inclusive para a discussão das sentenças ficcionais.

No programa semântico, conforme elaborado por Frege, saber o significado de uma sentença é saber suas condições de verdade. O objetivo desse tipo de pesquisa está focado nas sentenças declarativas da linguagem, ao contrário das sentenças performativas, como as ressaltadas por Austin (1969), por exemplo. Daí a aplicabilidade da noção de valor de verdade.

Assim, o modelo semântico que seguiu na esteira fregeana prevê que as habilidades semânticas dos falantes das línguas naturais possuem uma natureza computacional, devendo a teoria semântica fornecer as ferramentas

adequadas para a análise e para a explicação de tal mecanismo computacional empregado pelos falantes.

A previsão da teoria semântica padrão se baseia na ideia de que a operação do cálculo semântico é uma função interpretativa, de modo que a relação entre a expressão de um código simbólico da linguagem com algum objeto no mundo deve ser analisada em termos de uma função. Uma vez que esse modelo se baseia na ontologia realista aristotélica, em que um indivíduo existe no mundo por si só, a semântica fregeana supõe que o verbo de uma sentença não se realiza sem o indivíduo, o sujeito da sentença. Então, a função interpretativa deverá recuperar o referente no mundo que tenha sido apontado pela expressão codificada pela linguagem simbólica.

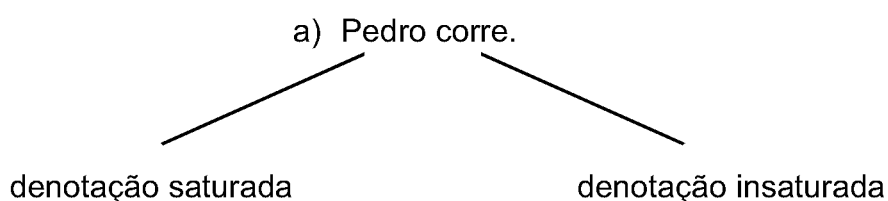
A função interpretativa opera sobre duas categorias semânticas fixas, as categorias primárias e as categorias secundárias: i) as categorias primárias são aquelas que expressam um significado saturado, como no caso dos nomes próprios, já que estes denotam entidades, ou as orações, que denotam as condições de verdade; ii) as categorias secundárias são aquelas que expressam um significado incompleto, como o sistema de predicação, que pode selecionar argumentos vazios, reivindicando a saturação, para somente então ser interpretada.

Os nomes próprios são os exemplos prototípicos de expressões do tipo primárias, por apontarem diretamente as entidades referenciais: o nome próprio 'Pedro' gera como valor interpretativo o indivíduo Pedro, que é a sua denotação.

Além dos nomes próprios, as sentenças declarativas também se apresentam como uma categoria semântica primária, visto que seu referente é seu valor de verdade:

'chove!' é uma sentença verdadeira se, e somente se, chove.

Pode-se exhibir, portanto, uma representação simples em que se lê:



Por sua vez, as categorias secundárias se distinguem dos exemplos acima por apresentarem um significado incompleto. Enquanto uma oração expressa um pensamento completo e denota suas condições de verdade, as categorias não primárias, como os predicados, por exemplo, pode apresentar alguma categoria vazia, podendo ser ocupada por alguma variável:

- b) X corre.
- c) X beijou Y
- d) X viu Y com Z

De um ponto de vista formal, a interpretação das expressões acima não é possível graças a sua incompletude, sendo necessária a saturação dos argumentos preenchidos por variáveis. Assim, os predicados devem ser interpretados como uma função proposicional, sendo que no momento em que é aplicada aos seus argumentos, ela completa o seu significado, gerando como resultado uma oração passível de extração das condições de verdade:

- e) Pedro corre.
- f) João beijou Maria.
- g) Pedro viu Maria com João.

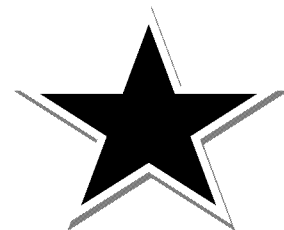
Essas formulações estão entre as principais contribuições de Frege ao estudo formal da significação. Frege isentou o compromisso tácito que teria um estudioso da significação com a mente, se dedicando apenas ao estudo de uma linguagem puramente lógica, com vistas à objetividade, ainda que isso lhe tornasse alvo de constante crítica, principalmente por pensadores de linhas cognitivistas. Ao assumir o anti-mentalismo, Frege concebeu que:

A referência e o sentido de um sinal devem ser distinguidos da ideia (*Vorstellung*) associada a este sinal. Quando a referência de um sinal é um objeto sensorialmente perceptível, então a ideia que dele tenho é uma imagem interna, emersa das

lembranças de impressões sensíveis passadas e das atividades, internas e externas, que realizei. Essa imagem interna está freqüentemente impregnada de emoções; os matizes de suas diversas partes variam e oscilam. Até num mesmo homem, nem sempre a mesma ideia está associada ao mesmo sentido. A ideia é subjetiva: a ideia de um homem não é a mesma de outro. Disto resulta uma variedade de diferenças nas ideias associadas ao mesmo sentido (FREGE, 1892/2009; p. 134).

Partindo desse pensamento, Frege formulou a conhecida distinção entre sentido e referência, explicando tal distinção por meio da análise das sentenças: (a) a estrela da manhã é a estrela da manhã; (b) a estrela da manhã é a estrela da tarde. De acordo com o autor, ambas as sentenças revelam intuitivamente informações diferentes, embora apontem para um mesmo objeto no mundo. Portanto, elas possuem sentidos diferentes para uma mesma referência.

A estrela da manhã é a estrela da manhã



A estrela da manhã é a estrela da tarde

Além disso, a autenticidade do trabalho de Frege é amplamente reconhecida devido à reformulação da lógica, quando da substituição dos silogismos pelas condições de verdade, a chamada lógica vericondicional. Deste modo, o programa fregeano de investigação é caracterizado por postular que a referencialidade é elementar para a intuição acerca do significado, uma vez que a linguagem é utilizada para se falar a respeito das coisas do mundo, inclusive sobre o discurso ficcional (PIRES DE OLIVEIRA, 2001. p. 96). Assim, a semântica verifuncional supõe o significado como uma função do conceito de verdade, sendo que uma sentença poderá ser dita verdadeira ou falsa dependendo de um estado de mundo, ou seja, o significado de uma sentença

será dado mediante a análise de suas condições de verdade, de modo que a sentença “está chovendo” é dita verdadeira se no momento em que a sentença é proferida estiver chovendo.

O problema que a abordagem fregeana levanta para o estudo ficcional está contido justamente em uma das observações do próprio autor: “Se as palavras são usadas de modo costumeiro, o que se pretende é falar de sua referência. Mas pode acontecer que se deseje falar das próprias palavras ou de seu sentido” (Frege, 1892/2009; p. 133). Parece próprio da ficcionalidade a criação somente no domínio do sentido, como, por exemplo, de personagem, como a *Alice*, de Carroll, de lugar, como a *Fantástica Fábrica de Chocolate*, de Dahl, ou de eventos, como a *Revolução dos Bichos*, de Orwell. Mas, paralelamente, o discurso ficcional também não aparenta qualquer dificuldade em tomar alguma entidade com referência e subverter seus sentidos, como ocorre tipicamente em gêneros satíricos.

Ciente do impasse que as entidades não denotativas (como personagens de ficção, duendes, unicórnios, etc.) levantavam à sua concepção realista, Frege esboçou uma solução por meio do seguinte raciocínio:

E o que dizer agora a respeito da referência? Podemos, mesmo, formular essa pergunta? É possível que uma sentença como um todo tenha tão-somente um sentido, mas nenhuma referência? De qualquer forma, poder-se-ia esperar que tais sentenças existam, do mesmo modo que há partes de sentenças que possuem sentido, mas que carecem de referência. São desta espécie as sentenças que contêm nomes próprios sem referência. A sentença “Ulisses profundamente adormecido foi desembarcado em Ítaca” tem, obviamente, um sentido. Mas, assim como é duvidoso que o nome “Ulisses”, que aí ocorre, tenha uma referência, assim também é duvidoso que a sentença inteira tenha uma. Entretanto, é certo que se alguém tomasse seriamente essa sentença como verdadeira ou falsa, também atribuiria ao nome “Ulisses” uma referência e não somente um sentido; pois é da referência deste nome que o predicado é afirmado ou negado. Todo aquele que não admite que um nome tenha uma referência não lhe pode atribuir nem negar um predicado (FREGE, 1892/2009; p.137).

A solução proposta por Frege tem sido alvo de constantes contestações, principalmente por se demonstrar equivocada quanto à impossibilidade de atribuição da vericondicionalidade nos conteúdos ficcionais, deixando a desejar principalmente em seu apelo ontológico ao realismo extremo. Uma dessas contestações foi expressa no comentário de Haack (2002; p. 109), a qual considerou a atribuição de falso para sentenças como ‘Sherlock Holmes era um policial’ e “Sherlock Holmes era um detetive” como bastante simplista, uma vez que não considera a intuição básica de que enquanto a primeira sentença é falsa a segunda é, de algum modo, verdadeira, já que Sherlock figura como um detetive e não como um policial.

Além disso, ao afirmar que “nunca devemos, pois, nos ater apenas à referência de uma sentença. Mas, por outro lado, o pensamento, isoladamente, não nos confere conhecimento algum, mas somente o pensamento associado à sua referência, isto é, ao seu valor de verdade”, Frege se demonstra cético quanto a possibilidade de qualquer aprendizado por meio de enredos ficcionais. Consequentemente, por meio de uma visão referencialista radical, parece ser inviável ser extraída qualquer forma de conhecimento dos enredos ficcionais, uma vez que seus personagens não possuem denotação. Tal premissa seria facilmente refutada ao serem mencionadas as literaturas filosóficas, por exemplo, o *Sócrates* de Platão, o *Zarathustra* de Nietzsche ou o *Cândido* de Voltaire, cuja repercussão nos campos do conhecimento tem sido maior que a de muitos cientistas, os quais gozam de sua referência, mas têm seus sentidos desconhecidos.

Ademais, resta a Frege apelar para a distinção entre a finalidade do empreendimento estético em relação ao científico. Assim, o autor exprime o seguinte questionamento:

Mas por que queremos que cada nome próprio tenha não apenas um sentido, mas também uma referência? Por que o pensamento não nos é suficiente? Porque estamos preocupados com seu valor de verdade. O que nem sempre é o caso. Ao ouvir um poema épico, além da eufonia da linguagem, estamos interessados apenas no sentido das sentenças e nas imagens e sentimentos que este sentido evoca. A questão da verdade nos faria abandonar o encanto estético por uma atitude de investigação científica. Daí decorre



ser totalmente irrelevante para nós se o nome "Ulisses", digamos, tem referência, contanto que aceitemos o poema como uma obra de arte. É, pois, a busca da verdade, onde quer que seja, o que nos dirige do sentido para a referência (ibid; p.138).

Em trabalho posterior, intitulado *Digressões Sobre Sentido e Referência*, Frege (1982/2009) retoma sua discussão, e novamente enfatiza a diferença ontológica da finalidade estética em oposição à científica:

Em um artigo ("Sobre o Sentido e a Referência") distingo o sentido (sinn) de referência (bedeutung) apenas para os nomes próprios (ou, caso se queira, nomes de indivíduos). Essa mesma distinção pode ser feita também para os termos conceituais. Mas é fácil originar-se um mal-entendido, caso se confunda a classificação em conceitos e objetos com a distinção entre sentido e referência, sempre que se associe, de um lado, sentido com conceito, e, de outro, referência com objeto. A cada termo conceitual e a cada nome próprio corresponde, em regra, um sentido e uma referência, na acepção em que emprego esses termos. Na poesia, naturalmente, as palavras têm apenas sentido; na ciência, porém, e onde quer que nos preocupe investigar a verdade, não nos contentaremos apenas com o sentido, e assim cumpre associar aos nomes próprios e aos termos conceituais uma referência. E se eventualmente, por engano, não o fizermos, cometemos um erro que pode facilmente fazer malograr nossa reflexão (ibid; p. 160).

Um crítico atento poderia apelar ao debate oriundo da epistemologia da ciência sobre o quanto a prática científica também é imersa naquilo que Frege pensava ser próprio apenas da poesia e/ou da ficção. Essa postura estaria em concordância com muitos dos críticos de Frege, os quais o tem denominado realista ingênuo. No entanto, para a finalidade deste trabalho, é suficiente perceber que Frege é cético quanto ao tratamento formal do fenômeno ficcional dentro de seu programa de investigação, cujo escopo se dá em um modelo de condições de verdade.

Seria possível assumir com Frege (1892/2009; p. 166) que “de fato, para a poesia basta o sentido, basta o pensamento sem referência, sem valor de

verdade; mas tal não basta para a ciência”. No entanto, concordar com essa afirmação recairia na prática comum de alguns estudiosos – os que se apropriam do discurso científico marginalizam o objeto ficcional, uma vez que ele subverte os princípios da lógica; e os que se apropriam do discurso do estudo da arte pela arte negam a possibilidade de um estudo sistemático da ficção. Portanto, se insistirmos na possibilidade de uma abordagem formal para o significado ficcional, será necessário recorrer a algum modelo alternativo à concepção fregeana, algum modelo lógico ampliado, dedicado à explanação de fenômenos extra vericonditionais. Isso porque na concepção de Frege, a sentença:

(1) Ulisses profundamente adormecido foi desembarcado em Ítaca

Ulisses possui um sentido, mas não faz referência a uma entidade do mundo, sendo destituído de denotação. Consequentemente, a formulação fregeana resulta na impossibilidade explicativa acerca de uma intuição básica da competência semântica dos falantes: se entidades sem referência não estão sujeitas a atribuição de valores de verdade e Ulisses não possui denotação, então, como os falantes compreendem informações triviais como:

(2) Ulisses é

- a) um herói grego
- b) esposo de Penélope
- c) pai de Telêmaco

Reconhecendo a dificuldade do tratamento formal ao estudo dos personagens não denotativos dos enredos ficcionais, os semanticistas têm em sua maioria optado por uma alternativa metodologicamente ampliada.

### **1.3 O programa de Tarski – condições de verdade**

Ao contrário de Frege, que propunha o estudo da linguagem/mundo em termos de correspondência, Alfred Tarski (1944/2006) foi um adepto da correspondência neutra na relação linguagem e mundo, de modo que no

‘esquema T’ tarskiano ‘T’ é um neutro ou uma entidade neutra, dada a impossibilidade de sabermos se a nossa compreensão comum de verdade é correspondente à verdade.

Ao elaborar *A Concepção Semântica de Verdade* (1944/2007), Tarski propôs um sistema em que as línguas naturais são entidades distintas das linguagens formalizadas, as quais estariam sensíveis às correções formais. As linguagens formais padecem da necessidade de metalinguagens mais ricas (que as línguas objetos), as quais deverão conter os termos e definições necessárias para especificar a linguagem objeto, obedecendo a condição de adequação material expressa em seu esquema T:

T = X é uma sentença verdadeira se, e somente se, P

Assim, em ‘T’: ‘X’ constitui o nome de uma sentença qualquer, ‘P’ constitui um estado de coisas e o uso de aspas forma o nome da sentença. Por exemplo:

“a neve é branca” é uma sentença verdadeira se, e somente se, a <neve é branca>

X

P

Nome da sentença

Fatos no mundo

O objetivo suscitado por Tarski foi o de propor uma convenção em que fosse possível tomar as sentenças de uma linguagem formalizada e especificar para cada uma delas as condições que as tornam verdadeiras. Ao se debruçar sobre o problema da definição de verdade, Tarski buscou construir uma terminologia materialmente adequada e formalmente correta da expressão ‘sentença verdadeira’. Tarski defendeu que, embora o significado da expressão ‘sentença verdadeira’ pareça inteligível, todas as tentativas de definir tal significado foram infrutíferas, ou resultam em paradoxos e antinomias.

Por isso, Tarski considerou que a definição de verdade seria corretamente formulada se dada uma lista dos termos por meio dos quais





deveria ser construída a definição, sendo, ainda, que para a obtenção de uma definição satisfatória no cumprimento de sua tarefa, o sentido dos termos nessa tarefa não deveria deixar margem para dúvidas.

Ao não pretender uma análise completa e detalhada de ‘verdade’, Tarski admitiu que todo leitor possui, em maior ou menor grau, um conceito intuitivo sobre a verdade (noção intuitiva de verdade). Foi assim que ele preferiu se ocupar exclusivamente com a concepção clássica de verdade, ou seja, a concepção da verdade como correspondente à realidade.

Uma vez que uma expressão pode ser um enunciado verdadeiro em uma linguagem, e ao mesmo tempo falso ou sem significação em outra linguagem, a extensão do conceito de verdade depende essencialmente da linguagem particular a ser analisada. Isso acarretaria, contudo, num grande impasse para a análise da linguagem coloquial, já que, contrariamente às linguagens cientificamente construídas (como a linguagem formal das ciências dedutivas), as leis da lógica e a definição de um conceito de verdade não pareciam aplicáveis à linguagem ordinária.

Ao introduzir o conceito de sentença verdadeira na linguagem cotidiana, Tarski enfatizou que um dos problemas para o tratamento da verdade residia na dificuldade de uma definição semântica expressa nas seguintes palavras: “uma sentença verdadeira é uma sentença que diz que o estado de coisas é tal e tal, e o estado de coisas é, de fato, tal e tal” (TARSKI, 1933/2007, p.22).

Tal intuição de Tarski remonta aquilo que fora anteriormente formulado por Aristóteles em sua *Metafísica*, onde se lê a seguinte ideia: “dizer do que é que não é, ou do que não é que é, é falso, enquanto que dizer do que é que é, ou do que não é que não é, é verdadeiro”. Essa mesma ideia é que viria a inspirar uma ferramenta corrente no trabalho dos lógicos modernos, a tabela de verdade:

| Se A, então B |   |   |   |
|---------------|---|---|---|
| A - B         |   | A | B |
| 1             | V  | V | V |
| 2             | F  | V | F |
| 3             | V  | F | V |
| 4             | V  | F | F |

Desta tabela se pode extrair a seguinte análise, por exemplo:

1. Se chover, a rua fica molhada - V
2. Se chover, a rua não fica molhada - F
3. Se não chover, a rua fica molhada - V
4. Se não chover, a rua não fica molhada - V

Não obstante, o próprio Tarski conjecturou que apesar de isento de ambiguidade nas expressões, o ponto de vista da correção formal da formulação acima deixaria muito a desejar. Ainda assim, seu significado intuitivo parecia inteligível e tornar correta e mais definida sua intenção deveria ser a tarefa da semântica. Então, um esquema geral, viável como ponto de partida, do tipo 'X é uma sentença verdadeira' poderia ser representado do seguinte modo:

'X é uma sentença verdadeira se e somente se P'.

Nesta formulação, para serem obtidas definições concretas bastaria que fosse substituído em lugar de 'P' uma sentença qualquer e, em lugar de 'X', qualquer nome individual que designe essa sentença. Então:

[‘está nevando’]<sup>1</sup> [é uma sentença verdadeira se e somente se]<sup>2</sup> [está nevando]<sup>3</sup>  
 nome da sentença<sup>1</sup>      operador lógico de verdade<sup>2</sup>      sentença qualquer<sup>3</sup>

Conforme Palma (2016), em sua apresentação sobre semântica na *Enciclopédia de Linguística Hispânica*, desde Tarski, convencionou-se organizar o critério das condições de verdade conforme o esquema: Se, e somente se (SSE). A autora enfatiza que esse esquema seria trivial, não fosse sua capacidade de capturar outras propriedades da linguagem natural jamais antes ouvidas:

(3)

- a) João beijou Maria – trivial
- b) João pariu Maria – não é uma sentença corriqueiramente ouvida, mas que se pode facilmente extrair o valor de verdade.
- c) Maria pazeou Joao e Pedro – idem

Quando direcionado ao discurso ficcional, todavia, o dilema que se levanta dentro da concepção de Tarski é o de que a análise das entidades ficcionais suscita um problema de ambiguidade não trivial. Retomemos o exemplo clássico do esquema 'T' de Tarski:

'a neve é branca' é uma sentença verdadeira se, e somente se, a <neve é branca>

| X                | P              |
|------------------|----------------|
| Nome da sentença | Fatos no mundo |

Agora, apliquemos o mesmo esquema em uma sentença extraída do discurso ficcional:

- (4) 'Holmes vive na Backer Street' é uma sentença verdadeira se, e somente se, <Holmes vive na Backer Street>.

Como se pode analisar, o problema extraído do esquema acima é a ambiguidade interpretativa que se faz de que 'Sherlock Holmes vive e não vive na rua Backer Street': a sentença é verdade no discurso ficcional e é falsa no mundo real. Uma vez que a teoria tarskiana é neutra em termos mundanos, parece ser inviável a solução para o problema da ambiguidade da sentença.

De tal modo, embora represente um avanço elementar na teorização semântica, uma vez que contribuiu para a modelação formal dos esquemas de verdade, o esquema tarskiano se limita ao modo de como se pensar nas 'condições de verdade de uma sentença', desde que não precisem ser enriquecidas por ferramentas mais sofisticadas. Consequentemente, no paradigma de Tarski, o discurso ficcional também tem sido adiado.

#### 1.4 O programa de Lewis – verdade em mundos possíveis.

Seguindo o progresso das teorias lógicas, David Lewis (1978/1986) se destacou pela proposição da hipótese do ‘realismo modal’. Por definição, “a lógica modal alética é aquela que se ocupa dos conceitos de necessidade e possibilidade. O adjetivo ‘modal’, a propósito, vem da expressão ‘modos de verdade’, e ‘alética’, da palavra grega que significa ‘verdade’” (MORTARI, 2001, p 357). A lógica modal se tornou elementar no trabalho dos semanticistas modernos, por resolver grande parte dos dilemas semântico no sistema de ‘mundos possíveis’.

O tratamento inovador que Lewis (1978/1986) deu aos fenômenos ficcionais foi fundamentalmente o abandono ao comprometimento ontológico e a introdução do apego ao realismo puramente matemático. A afirmação central do quadro teórico de Lewis é a de existência de um número infinito de mundos possíveis de modo concreto e logicamente comprováveis. Em resumo, a linguagem de mundos possíveis foi proposta com a finalidade de ampliar o escopo da lógica vericondicional, adicionando ao vocabulário clássico, para além dos valores assertivos de ‘V’ e ‘F’, os operadores ‘L’ (*verdades necessárias*) e ‘M’ (*verdades possíveis*), constituindo uma lógica modal.

Um dos fundamentos dessa linguagem estava na máxima de que deve haver alguma relação de acessibilidade entre os mundos possíveis, ou, em linguagem lógica: uma proposição,  $P$ , é concebida como possivelmente verdadeira num dado mundo possível  $w_0$ , se essa proposição,  $P$ , for verdadeira em algum mundo possível ( $w_1$ ) acessível ao mundo dado ( $w_0$ ); e uma proposição,  $P$ , é necessariamente verdadeira num certo mundo possível ( $w_0$ ) se essa proposição,  $P$ , for verdadeira em todos os mundos possíveis acessíveis a  $w_0$ .

Em sua análise sobre o ponto de vista dos ficcionalistas modais, Miguel Carlos (s/d) expõe que o cerne desta perspectiva visa dizer que:

A razão para a alteração do esquema usual de tradução das frases modais em frases na linguagem de mundos possíveis resulta do facto de, para o ficcionalista, mundos possíveis

serem entidades ficcionais não existentes, pelo que frases do tipo “existe pelo menos um mundo possível” são falsas, tal como as frases “existe pelo menos um unicórnio” são igualmente falsas; deste modo, frases do tipo “existe um mundo possível no qual P é verdadeira” são falsas, qualquer que seja a proposição P, no entanto, o defensor deste ponto de vista não pretende dizer que as frases “é possível que P” ou “é necessário que P” são falsas, independentemente da proposição P utilizada; o que ele tem de fazer é considerar que frases do tipo “é possível que P” sejam devidamente traduzidas por frases na linguagem de mundos possíveis como “existe pelo menos um mundo possível no qual P é verdadeira”. A tradução correcta será, para “é possível que P”, “de acordo com a ficção de mundos possíveis, existe pelo menos um mundo possível no qual P é verdadeira”, tal como as frases do tipo “de acordo com a mitologia Grega, existe pelo menos um unicórnio” são verdadeiras, apesar de a frase “existe pelo menos um unicórnio” ser falsa (CARLOS, s/d; p. 8).

Deste modo, o ficcionalismo não providencia uma descrição das sentenças tendo em conta a noção de verdade, mas conforme o que é exigido pela ficção, mantendo a coerência das informações de acordo com os mundos possíveis que tal obra requeira. Se atentar-se ao caso de que uma das grandes características da ficcionalidade é a incompletude discursiva, como a suspensão de compromissos excessivos com a cronologia, espaço físico, e detalhamento dos personagens e eventos, uma obra de ficção veicula inúmeras possibilidades a mais do que aquilo que de fato afirma. Podemos, por exemplo, presumir que Ulisses possuía um coração, embora Homero não descreva esse órgão.

Assim, a interpretação de uma sentença pode não ser relacionada às condições de verdade relativas aos valores da sentença em ligação com um estado do mundo, mas submetidas à interpretação conforme o conjunto de todos os mundos possíveis. Em outros termos, na linguagem dos mundos possíveis, uma proposição *p* será verdadeira, sse, *p* for verdadeira em algum mundo possível. De modo ainda mais amplo, nos casos em que uma proposição *p* for verdadeira em todos os mundos possíveis, ela resultará em uma sentença necessária. Observe as seguintes sentenças:

(5)

a) é possível que Sherlock Holmes seja um detetive



b) é necessário que Sherlock Holmes seja do gênero masculino

Nos exemplos acima, enquanto a primeira ocorrência a) equivale a invocar a existência de um mundo possível onde Sherlock Holmes é um detetive, a segunda ocorrência b) supõe que o personagem será masculino em todos os mundos possíveis. Em resumo, portanto, a lógica pressuposta na linguagem de Mundos Possíveis viabiliza um processo formal para dizer que uma proposição, P, é possivelmente verdadeira ou necessariamente verdadeira num dado mundo possível.

Na concepção de Lewis (1978), nós atribuímos às entidades ficcionais a mesma forma sujeito-predicado utilizada para com entidades do mundo real. Pode-se dizer de modo verdadeiro que Sherlock Holmes morou na *Baker Street*, ao passo que não se pode afirmar como verdadeiro que ele trabalhou em estreita cooperação com a polícia. Portanto, pode-se proceder logicamente pelo seguinte esquema: uma sentença ficcional  $\langle f \rangle$  é verdadeira sse  $\langle f \rangle$  é verdadeira em todos os mundos possíveis em um determinado conjunto previamente determinado pela ficção.

Adotando a noção transmundana, portanto, é falso no mundo real que o nome Sherlock Holmes faça referência a alguém; no entanto, nas narrativas de Conan Doyle, é verdadeiro que o nome Sherlock Holmes faz referência a uma pessoa. Igualmente, a proposição 'Sherlock Holmes é um personagem ficcional' corresponde a uma sentença verdadeira no atual estado de mundo, porém falsa no mundo ficcional, onde ele (Holmes) passa a ser verdadeiro. Do mesmo modo, 'Sherlock Holmes é um detetive' se torna verdadeira na perspectiva do enredo ficcional, ao passo que no mundo terreno o que temos é uma criação ficcional, e o ofício de detetive de Holmes não pode ser estendido para este mundo.

O modelo de Lewis pode ser representado do seguinte modo, conforme o esquema organizado por Basso (2012), em sua apresentação sobre *Natureza e semântica do discurso ficcional*:

$$F(s, f) = V \text{ sse } p \text{ em } f$$

De modo que 'F' é um operador de ficção, 'f' é uma ficção relevante, 's' é uma sentença e 'p' é uma condição de verdade.

Então, o operador ficcional F possui dois argumentos, uma sentença (s) e uma ficção (f) e deverá explicitar que 's' é verdadeira se, e somente se (sse) 'p' se aplica a 'f'. Por exemplo:

fSH = As aventuras de Sherlock Holmes.

s1= Sherlock Holmes vive em Baker Street.

s2= Sherlock Holmes vive na Abbey Road.

F(s1, fSH) = V sse Sherlock Holmes vive em Baker Street. (verdadeira)

F(s2, fSH) = V sse Sherlock Holmes vive em Abbey Road. (falsa)

De maneira mais flexível do que nos modelos anteriores, o que ocorre no sistema de Lewis é que a avaliação das sentenças contidas no discurso ficcional só obtém valores de verdade no mundo real em relação aos seus valores de verdade no mundo ficcional em questão. Assim, as sentenças tendem a ser verdadeiras em nosso mundo real se forem verdadeiras no mundo ficcional.

A contribuição de Lewis representou outro avanço nos esquemas lógico-semânticos propostos para o estudo ficcional. Todavia, a lógica modal introduzida por Lewis também logo foi submetida à crítica, a qual demonstrou suas limitações e expondo, novamente, a dificuldade para uma investida estritamente semântica para o estudo ficcional.

Uma das críticas iniciais às idéias de Lewis foi recaiu sobre a controversa projeção da infinidade de mundos possíveis, o que, de um ponto de vista formal, aumentava as entidades teóricas no quadro dos lógicos. Não menos controversa se tornou a afirmação de Lewis de que os mundos possíveis são mundos reais, que gozam de concretude, sendo o nosso mundo apenas mais um dos mundos reais. Outra suspeita sobre as ideias de Lewis foi levantada por Bruner (1986/2002), em seu livro *Realidade Mental e Mundos Possíveis*, cujo o argumento foi o de que os mundos possíveis poderiam obter maior plausibilidade se compreendidos como fenômenos cognitivos. Ainda,

para além dos problemas ontológicos suscitados por Lewis, surgiram outras limitações para a análise das sentenças ficcionais no paradigma modal. Entre as quais:

(6)

a) O problema da indeterminação:

fSH = As aventuras de Sherlock Holmes.

s1= Ele vive em Baker Street.

$F(s1, fSH) = V$  sse ele vive em Baker Street. (?)

b) O problema da vagueza:

Quando ele viveu em Baker Street (?)

c) O problema da criatividade e das inferências:

“Era uma vez...” (o que era, quando era, como era...)

Os problemas acima exemplificados, em associação ao esquema de Lewis (incompletude, vagueza e indeterminação), parecem invocar algum conhecimento que ultrapassa aquele estritamente contido nas informações das das sentenças apresentadas. No domínio da lógica, esse conhecimento é uma propriedade denominada ‘inferência’, e ela parece conter um importante elemento para o estudo do discurso ficcional.

## 1.5 A inferência lógica

De um ponto de vista lógico elementar, como no manual apresentado por Mortari (2001), a “lógica é a ciência que estuda princípios e métodos de inferência, tendo como objetivo principal a determinação das condições em que certas coisas se seguem (são consequência), ou não, de outras” (ibid,2). O processo inferencial, ou de raciocínio compreende a manipulação de uma informação disponível (aquilo que se sabe ou que se supõe ser verdadeiro)

para a geração de uma informação nova. Portanto, uma inferência bem-sucedida possui por consequência um novo conhecimento ou uma nova crença.

Contudo, não há garantias de que o processo inferencial resulte necessariamente em sucesso. Por vezes, pode-se não chegar a nenhuma conclusão ou mesmo à uma conclusão equivocada. Isso porque o início de toda a inferência é alguma informação inicial que se acredita verdadeira, mas que também pode ser equivocada ou mesmo uma mera hipótese.

Sendo o raciocínio um procedimento mental, deve-se distinguir a lógica da psicologia, uma vez que, no ambiente psicológico, as inferências são passíveis de gerações inferenciais equivocadas ou até mesmo de premissas equivocadas, ao passo em que a lógica visa constituir justamente um método para se avaliar se o raciocínio está rigorosamente justificado de acordo com a premissa assumida. Então, se por um lado a psicologia pode propor uma análise do processo mental realizado pelos indivíduos, uma tarefa descritiva, a lógica se preocupa apenas pela validade dos processos, uma tarefa normativa.

A base da lógica consiste na análise de *sentenças*, *proposições* e *enunciados*.

Pode-se dizer que uma *sentença* é uma sequência de palavras gramaticalmente bem formadas. Uma gramática é um conjunto de regras que descreve quais as formas de combinação das palavras em uma dada língua natural. A questão da gramaticalidade:

(7)

- a) Dostoiévski escreveu *Noites Brancas*
- b) Dostoiévski escreveu vários romance\* (agramaticalidade normativa)
- c) Dostoiévski vários escreveu romance (agramaticalidade linguística)

De modo geral, uma *proposição* tem sido caracterizada como sentenças declarativas passíveis da extração de verificação enquanto ‘verdadeiras’ (V) ou ‘falsas’ (F). Por exemplo:

(8)

- a) Lewis Carroll é o autor de *Alice no país das maravilhas* - Verdadeiro
- b) Lewis Carroll é o autor de *A mulher de 30 anos* – Falso.

No entanto, como já contemplado em inúmeros dos exemplos anteriores, as proposições podem suscitar um amplo debate acerca da significação, sobretudo quanto à imprecisão:

(9)

- a) “Está chovendo” – verdadeiro ou falso? (onde e quando?)
- b) “eu sou gordo” – ambígua : V ou F (o gordo e o magro proferindo ao mesmo tempo)?
- c) “Ouro falso” – o ouro é falso, mas a sentença é verdadeira.

Assim, em razão dos diferentes ramos de pesquisa interessados pelas proposições, elas têm sido caracterizadas de diferentes maneiras: como um conjunto de mundos possíveis, pensamentos, conjuntos de sentenças sinônimas, estado de coisas, representações mentais, etc.

Em posse da distinção entre as noções de sentença e proposição, os lógicos podem trabalhar suas abstrações por meio de uma ferramenta maior, a que se denominou ‘argumento’. Admitindo-se que a lógica clássica trabalha com sentenças e que um argumento é apresentado em um certo contexto mais ou menos bem definido, no qual se possa dizer que uma sentença expressa uma única proposição, se convencionou trabalhar com a noção de que um argumento é um conjunto de sentenças ou proposições. A aplicação lógica do cálculo de predicados:

(10)

- a) argumento 1 (A1) - sentença atômica ou sentença simples:

P1 Dostoiévski é um escritor.

P2 Noites Brancas é um livro.

C – Dostoiévski é um escritor e Noites Brancas é um livro.

- b) argumento 2 (A2) - sentença molecular ou sentença complexa:

P1 Dostoiévski é um escritor E noites brancas é um livro.

Por sua vez, os *enunciados* podem ser caracterizados, embora não sem divergência, como uma espécie de eventos datados, envolvendo um alguém, em alguma situação, com alguma proposição, sem, necessariamente estar comprometido com a proposição:

(11)

- a) “Era uma vez”
- b) “Aquele detetive”
- c) “Em algum lugar distante”
- d) “Aconteceu algo inusitado”

A partir da complexificação que o status lógico adquire em função das sentenças, proposições e enunciados, é necessário o emprego de símbolos que representem os *indivíduos* da proposição, suas *propriedades* e distinções entre palavras, como no caso de *todo* e *algum*. A análise da validade de um argumento poderá, assim, ser extraída do cálculo de predicados, da aplicação de algum conhecimento sistematizado num domínio de estudo específico ou, ainda pela aplicação de inferências sobre tal domínio, a fim de serem extraídos novos conhecimentos.

Para tanto, o primeiro procedimento deve ser a delimitação de um universo de discurso, ou seja, a especificação de quais objetos ou indivíduos se pretende falar. Depois, deve-se especificar suas propriedades e quais as relações entre eles interessam ao estudo em questão. Deste modo, a maior contribuição que um estudo semântico pode oferecer à investigação do discurso ficcional é a de fornecer ferramentas para análises mais explícitas.

Como visto, recorrer às ferramentas lógicas desenvolvidas no interior da semântica pode propiciar um método menos obscuro para o estudo do discurso ficcional. Ao mesmo tempo, podem ser levantadas inúmeras objeções ao tratamento requerido nos limites semânticos, inclusive pela dificuldade em se considerar o papel contextual que as sentenças e proposições tendem a assumir quando apresentadas em forma de enunciados, requerendo um forte elemento inferencial. O próximo capítulo tratará de como a inferenciação pode ser adequada ao estudo da ficção nos limites da pragmática.

*Quando um cientista pode considerar um paradigma como certo, não tem mais necessidade, nos seus trabalhos mais importantes, de tentar construir seu campo de estudos começando pelos primeiros princípios e justificando o uso de cada conceito introduzido. Mas, dado o manual, o cientista criador pode começar sua pesquisa onde o manual a interrompe e desse modo concentrar-se exclusivamente nos aspectos mais sutis e esotéricos dos fenômenos naturais que preocupam o grupo. Na medida em que fizer isso, seus relatórios de pesquisa começarão a mudar, seguindo tipos de evolução que tem sido muito pouco estudados, mas cujos resultados finais modernos são óbvios para todos e opressivos para muitos (Kuhn, 1962/2013, p. 83).*

## **2. DA NATUREZA COGNITIVA**

### **2.1 A teoria pragmática**

Após uma flagrante alteração nos rumos do estudo do significado, por um lado, em função do debate dos lógicos, no advento conhecido como virada pragmática, e por outro lado, em função do debate dos linguistas, com o advento da linguística gerativa, foram inaugurados diferentes programas de investigação nas ciências da linguagem e da significação.

As profundas alterações sofridas nos estudos da linguagem e da significação nesse período inspiraram, por exemplo, Marcelo Dascal (1978) a dedicar um trabalho, *As convulsões metodológicas da lingüística contemporânea*, ao crescente desdobramento das hipóteses linguísticas. De modo abreviado, duas dessas grandes alterações foram motivadas pela emergência da linguística proposta por Noam Chomsky e da lógica conversacional proposta por Herbert Paul Grice. Enquanto Chomsky (1957/1959/1965) postulava que parte dos complexos problemas enfrentados nas ciências da linguagem e da significação poderiam ser solucionados em um panorama cognitivo, sob a égide das representações mentais, Grice (1957/1975/1989) postulava que parte desses mesmos problemas, razão de controvérsias entre os lógicos e os linguistas, poderiam ser solucionados também em um cenário cognitivo, desde que observadas as características inferenciais não raramente empregadas nas trocas conversacionais.

Nesse contexto, seguindo na esteira de Grice, Stephen Levinson (1983), descreveu a premência do tratamento pragmático aos enunciados registrados em temas como as insinuações, as segundas intenções, as suposições e as figuras do discurso (metáfora, ironia e usos retóricos, por exemplo), recorrentes na linguagem figurativa. Levinson expôs que uma das fortes motivações no interesse pela pragmática vinha se tornando:

a crescente percepção de que há uma lacuna muito substancial entre as presentes teorias linguísticas da linguagem e as atuais descrições da comunicação linguística. Quando os lingüistas falam do objetivo da teoria linguística como a descrição da correspondência som-significado para o conjunto infinito de sentenças em cada língua, pode-se, talvez, inferir que uma teoria assim grandiosa ofereceria *eo ipso* uma descrição, pelo menos, dos elementos essenciais de como nos comunicamos usando a linguagem. Contudo, se o termo *significado* nessa correspondência está restringido ao *output* de um componente semântico, é provável que os interessados numa teoria da comunicação linguística fiquem muito desapontados. Pois se torna cada vez mais claro que uma teoria semântica sozinha só pode dar-nos uma parte e talvez uma parte pequena, ainda que essencial, de uma descrição geral da compreensão linguística (LEVINSON, 1983/2007, p. 45).

O teor do comentário de Levinson foi mais atenciosamente discutida no trabalho de Leech (1983), que expôs como a distinção entre *language* (*langue*) e *language use* (*parole*) foi centrada na disputa entre semântica e pragmática, por ambos os campos serem concernentes ao estudo do ‘significado’. Leech retomou a tradicional distinção anteriormente elaborada pelos filósofos Charles Morris e Rudolf Carnap.

Seguindo o pensamento de Morris e Carnap, a semântica era compreendida como uma relação diática, enquanto a pragmática era compreendida como uma relação triática. Isso porque enquanto na semântica o significado era definido puramente como a propriedade de uma expressão em uma dada linguagem, na pragmática o significado era definido em relação a falante ou usuário da linguagem.



Leech propôs, contudo, um modo tecnicamente mais claro, ao fazer distinção entre os fenômenos da ‘representação semântica’ e da ‘interpretação pragmática’. Ao invés das meras dicotomias semântica/pragmática ou diática/triática, seguiu-se não uma dissidência, mas uma relação intrínseca entre a representação semântica, ou forma lógica, de um enunciado em sua relação com a interpretação pragmática desse mesmo enunciado.

Dando continuidade à dinâmica de Leech, Diane Blackmore (2002) discutiu as relações entre ‘significado’, ‘verdade’ e ‘gramática’ nos principais paradigmas linguísticos atuais e como eles se inserem no paradigma da pragmática contemporânea. Segundo Blackmore, é geralmente aceito entre os linguistas da tradição gerativa que uma ‘gramática’ não concerne somente aos princípios de boa formação de palavras, frases e sentenças, mas, também, dos princípios que nos dizem como interpretar palavras, frases e sentenças.

Novamente, a questão que estaria posta seria acerca de qual modelo de interpretação deveria ser adotado. Como já discutido no capítulo anterior, a teoria semântica é essencialmente interessada nas condições de verdade em que de uma sentença e no modo como isso compõe a intuição linguística dos falantes das línguas naturais. Retomando o modelo de Tarski, em que uma sentença (s) é formulada no interior de um esquema T:

- a) A neve é branca
- b) A neve é branca se, e somente se, a neve é branca.

Blackmore elucidou como a postulação teórica prediz que o componente semântico fornece um quadro em que a linguagem é usada para falar sobre o mundo, numa relação linguagem e mundo, segundo a tradição dos filósofos. Na literatura técnica da tradição dos linguistas, por influência do programa gerativista, a ideia de que a linguagem se dá em razão de uma relação linguagem/mundo é definida como LE (linguagem externa). Uma LE costuma caracterizar a linguagem como um sistema abstrato independente das mentes de seus usuários e em que a tarefa semântica é a de construir um modelo de condições de mundo em que a sentença é entendida em termos de verdade.

Em contraste, no programa gerativista, a linguagem é um sistema cognitivo internalizado no cérebro/mente, aquilo que se define como LI (linguagem interna). Então, a questão de como um sistema de condições de verdade estaria adequado a uma linguagem interna, de modo que o componente semântico possa se adequar ao quadro gerativo, passa a ser compreendido como um esquema em que as representações semânticas codificam as proposições. Todavia, a gramaticalidade determinada pelas representações semânticas não são proposições completas, já que apresentam expressões cujas referências não podem ser determinadas independentemente do contexto, como nos exemplos de ‘você’, ‘isso’, ‘aqui’, ‘amanhã’, etc.

Para exemplificar o procedimento de construção do significado linguístico, Blackmore (Ibid) analisou a semântica e a pragmática dos marcadores discursivos. Ao relacionar sua análise com o trabalho de Gazdar (1979), Blackmore corroborou a ideia de que uma boa noção de pragmática seria a de que ela equivalente ao significado menos o valor de verdade semântico. Então, pragmática (P) = significado (s) menos o seu valor de verdade, ou  $P = S - V/V$ . Para a autora, essa formulação seria uma retomada à formulação de Grice (1989), em qual a interpretação de um enunciado inclui informações que não fazem parte das condições de verdade e que não podem ser obtidos na forma linguística, como nos seguintes exemplos:

(12)

a) A Helena está *aqui*

b) *Ela* teve uma reunião *breve*

(13)

a) Helena disse que *já* volta

b) Helena disse que resolverá *aquilo*

Os exemplos acima fornecem amostras simples de como deveria ser explicitada a interação entre os sistemas gramatical, tal como originalmente proposto pelos linguistas gerativos, e inferencial, tal como inicialmente formulado por Grice e desenvolvido pelos demais estudiosos da pragmática.

Há de se observar, no entanto, que, lamentavelmente, tem faltado ao domínio da historiografia linguística um trabalho de destacada referência sobre a convergência das ideias de Chomsky e Grice para os rumos da pragmática que vem sendo desenvolvida ao longo dos últimos anos. Muito embora, o contexto abreviado do desenvolvimento da pragmática em geral tenha sido exposto por alguns estudiosos, entre os quais destacam-se Dascal (1977; 1982; 1983; 2006) Levinson (1983), Moeschler e Reboul (1998), Armengaud (2006), Rajagopalan (2010).

Em grande parte, os trabalhos desses autores evidenciaram a inadequação descritiva da significação linguística, ao menos como nos termos estritamente semântico dos aspectos do significado. O desenvolvimento da teoria pragmática para o estudo dos enunciados linguísticos introduziu a necessidade de serem observados, para além dos processos de codificação, os princípios utilizados pelos falantes em suas trocas comunicativas, inclusive aquelas permeadas por elementos extralinguísticos.

Em busca desses princípios supostamente empregados pelos falantes, mais recentemente, a perspectiva cognitiva se infiltrou no domínio dedicado ao estudo do uso da linguagem e da comunicação humana, consagrando a pesquisa cognitiva como a metodologia *standard* na pragmática, sobretudo pela convergência das contribuições promovidas por Chomsky (1957; 1959; 1975) e Grice (1957; 1975; 1989). A teoria que tem continuamente explorado a convergência dos contributos chomskyanos e griceanos é a investida interdisciplinar da pragmática linguística formulada por Sperber e Wilson (1986/1995), intitulada a Teoria da Relevância.

A aproximação ao quadro metodológico da Teoria da Relevância para o estudo do discurso ficcional foi anteriormente justificada (BUENO, 2013), tendo sido discutidas as motivações de cunho epistemológico, cognitivo e linguístico para sua escolha. Há atualmente uma ampla produção técnica disponível em língua portuguesa, o que torna secundário e mesmo desnecessária a revisão exaustiva de todo o núcleo teórico da Relevância, de modo que serão discutidos somente os tópicos considerados pertinentes ao discurso ficcional.

## 2.2 A Teoria da Relevância

Ao pretender inaugurar um programa de investigação científica, nos moldes de Lakatos (1970/1979), fundamentalmente interdisciplinar, a Teoria da Relevância (Sperber e Wilson, 1986/1987/1995/2001/2005) ofereceu uma nova caracterização da comunicação, apresentando um novo panorama geral da cognição humana.

Dedicando parte de seu esforço à tentativa de refutação da amplamente difundida metodologia semiótica/semiológica (SHANNON e WEAVER, 1949. ECO, 1993; 2002; 2008; NÖTH, 1995), que concebe a comunicação como um fenômeno gerado por meio de um sistema de codificação/decodificação, a Teoria da Relevância promoveu a hipótese do comportamento comunicativo ostensivo-inferencial, ampliando seu escopo investigativo inclusive à dimensão do uso dos mais subjetivos e controversos recursos da linguagem.

A Teoria da Relevância propôs que os diferentes recursos da linguagem constituem modos peculiares para a obtenção de relevância, de modo que quando a comunicação não é obtida estritamente em termos semânticos da linguagem ela deverá ser contextualmente enriquecida pelo procedimento inferencial. A comunicação das mais variadas formas é repleta de usos que demandam altos índices de processamento cognitivo, requerendo engajamento mútuo de atenção e processamento inferencial aplicados aos diferentes efeitos causados por usos estéticos, metafóricos, irônicos e demais construções que gerem conjuntos de implicaturas.

Enraizada no forte componente da evolução biológica de otimização/desing (ORIGGI e SPERBER, 2000; MERCIER e SPERBER, 2011; SCOTT-PHILLIPS, 2014; BENFATTI, 2016), a afirmação central da Teoria da Relevância é a de que os processos cognitivos são orientados para a obtenção do maior efeito cognitivo possível com o menor esforço de processamento, de modo que um indivíduo concentra sua atenção na informação mais relevante dentre aquelas que têm acesso.

O fenômeno da comunicação linguística é descrito como um sub-fenômeno da comunicação ostensivo-inferencial, por sua vez descrita em termos do potencial ostensivo de uma informação projetar um determinado

potencial inferencial para a interpretação dessa informação. A comunicação, portanto, consiste na habilidade de chamar a atenção de alguém, sob a implicação de que uma informação comunicada é relevante. A comunicação é garantida pelo 'princípio de relevância', que é a ideia elementar de que uma informação comunicada possui alguma garantia de sua relevância. O 'princípio de relevância' concentra o poder explicativo da interação entre o significado linguístico e os fatores contextuais na interpretação dos enunciados.

Diante da evidência abundante da complexidade da linguagem humana ser muito mais rica do que a lógica prevista nos modelos teóricos assentados sobre a noção de verdade, a Teoria da Relevância sugere que a comunicação dos pensamentos, das suposições e das informações possa ser descrita do seguinte modo:

- Um 'pensamento' é uma representação mental, em oposição às representações sensoriais e às representações de estados emocionais.
- Uma 'suposição' é um pensamento (e, portanto, uma representação mental) tratado pelo indivíduo como uma representação do mundo real (não ficcional).
- Uma informação é não somente aquilo que é verdadeiro, mas também as suposições falsas e dúbias apresentadas como verdadeiras.

A descrição dos fenômenos da comunicação linguística prevê um processo de interação entre dois mecanismos, um que fornece uma informação, uma alteração no ambiente físico, e um dispositivo que processa essa informação, isto é um mecanismo modifica o ambiente físico do outro, gerando como resultado a construção de representações semelhantes aquelas que já possui. A comunicação oral pode ser descrita como uma alteração causada pelo falante no ambiente acústico do ouvinte, ao passo que a comunicação escrita pode ser apresentada como uma alteração no ambiente

visual, conduzindo o ouvinte ao desenvolvimento de pensamentos semelhantes aqueles pretendido pelo falante.

Após 30 anos de discussões, desde seu ano de lançamento, a Teoria da Relevância vem sendo defendida como um modelo plausível para a investigação do uso da linguagem humana, em seus mais variados domínios. Alguns trabalhos de destaque (SPERBER, 2000; SPERBER e WILSON, 2002; WILSON e SPERBER 2005) dedicaram respostas a algumas das principais críticas à teoria, fortalecendo a legitimidade de sua inserção nos paradigmas que disputam o domínio do uso da linguagem humana.

Sob influência dos trabalhos de Sperber (1985; 1996), em que foram explanadas as representações públicas – entidades físicas e passíveis de observação direta – e as representações mentais, entidades abstratas, observáveis somente por método indireto, tem havido algum esforço para a explicitação de como as representações mentais e a arquitetura cognitiva suportam alguns fenômenos estéticos. Entre eles, a discussão sobre a ficção (BUENO, BENFATTI e GODOY, 2016; BUENO 2013) sobre a tradução (BRUNET, 2016), e sobre as narrativas (BARON-COHEN, 1988; BARON-COHEN, LESLIE E FRITH, 1985; HAPPÉ, S/D; DESSALES, 2007; DIMULESCU e DESSALES, 2009).

Ainda sobre tais fenômenos estéticos, há, inclusive, defensores da ideia de que a Teoria da Relevância constitui um giro copernicano para o estudo dos objetos artísticos, como a literatura, música e demais:

Para los pre-copernicanos, la tierra estaba en el centro y todo lo demás giraba a su alrededor. Copérnico puso al sol en el centro y dejó que la tierra y otras entidades giraran a su alrededor. Para los "humanistas" pre-cognitivos, el centro de sus estudios lo ocupan las representaciones públicas (literatura, arte, música, religión, humor, etc.) que, como tales, son objeto de la percepción y observación (y posiblemente de análisis y estudio) por parte de los seres humanos que "giran" a su alrededor o, al menos, convergen en ellas de manera pretendidamente (casi) similar. Los "humanistas" cognitivistas ponen la mente humana y sus representaciones individuales en el centro de sus investigaciones, creando modelos funcionales objetivos de las mismas, mientras que las representaciones públicas "giran" alrededor de cada mente y tienen un determinado tipo de relación con ella, explicable a través del funcionamiento del modelo. En pocas palabras: las

representaciones mentales individuales son el objeto central del estudio; el cómo se manifiestan en cada cultura es consecuencia de la manera de cómo las expliquemos. Por eso, dentro de este paradigma, hay numerosas teorías que, sin estar totalmente de acuerdo en sus planteamientos, participan de esta presuposición inicial: la de que es posible actualmente imaginar y elaborar modelos mentales en los que las representaciones individuales funcionen de manera previsible y tengan efectos comprobables objetivamente (GUIJARRO, comunicação pessoal, 2017).

Estritamente sobre o domínio do discurso ficcional, após a edição de lançamento da Teoria da Relevância, em 1986, já no ano seguinte, 1987, a revista científica inglesa, de revisão por pares, Behavioral and Brain Sciences publicou o debate entre eminentes cientistas cognitivos de diversas disciplinas, que apresentaram suas contribuições e críticas a Sperber e Wilson. O debate sobre o discurso ficcional marcou o tema de encerramento da publicação, inaugurando a discussão sobre como deveria ser desenvolvida a investigação da ficção.

Além de Sperber e Wilson, responsáveis por responder aos temas propostos, participaram da discussão o psicolinguista Herbert H. Clark, do Departamento de Psicologia da Universidade de Stanford, e a linguista Anne Reboul, do Instituto de Ciências Cognitivas do CNRS de Lyon. Clark e Reboul não apenas propuseram diferentes questões ao estudo da ficção, mas apresentaram de posturas extremamente diferentes sobre a colaboração da Relevância para a ficção.

Em suas considerações, Clark (1987) se mostrou desacreditado sobre a possibilidade da Teoria da Relevância mostrar-se eficiente para o estudo do discurso ficcional. O argumento de Clark foi o de que a Relevância não propunha adequadamente a observação das diferentes “camadas” que os fenômenos comunicativos geram simultaneamente em diferentes níveis. Por sua vez, Reboul (1987) defendeu que, ao contrário do que afirmara Clark, a Relevância poderia oferecer um tratamento adequado ao discurso ficcional, sobretudo por meio da aproximação do tratamento que o quadro relevantista propunha para o estudo da metáfora.

### 2.3 Clark e os níveis comunicativos

Em seus comentários sobre a Relevância, Clark (1987) chamou a atenção para o fato de que alguns tipos de discurso possuem “camadas comunicativas”, sendo facilmente reconhecidas em eventos ficcionais, como novelas, pequenas histórias, piadas, filmes, etc. Clark ilustra as diferentes camadas comunicativas formulando dois domínios semelhantes ao seguinte esquema:

(14)

a) Domínio 1:

No Romance *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, o narrador é Bentinho. Então, naquilo que Clark chamou de ‘domínio 1’, temos Bentinho, seus ouvintes, suas aventuras e sua narrativa. O domínio 1 é um conjunto de intenções de Machado de Assis comunicadas a nós leitores;

b) Domínio 2:

Na peça teatral *O Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna, pode-se ler vários diálogos entre João Grilo e Chicó. Então, além do protagonista, seus ouvintes, suas aventuras e sua narrativa, no esquema 2, de Clark, temos Ariano Suassuna nos comunicando aquilo que João Grilo comunica a Chicó.

De modo elementar, a distinção enfatizada por Clark é aquela tradicionalmente estudada no interior da Teoria Literária, dedicada às diferentes vozes narrativas, ou da tradição do Círculo de Bakhtin (1979/2010), que propõe as várias vozes que compõem um texto, o efeito da polifonia. Interessado nos diferentes níveis de representação cognitiva que o dialogismo pode exigir, Clark desafiou os teóricos relevantistas à explicarem como seria possível a formulação de um esquema que explicitasse como a operação cognitiva reconstrói cada novo nível que uma obra ficcional constrói dentro de si mesma.

Para Clark, o discurso ficcional possui sempre ao menos essas duas camadas, ou níveis, de comunicação, sendo necessário que os teóricos da



Relevância respondam “como a TR se aplica a esses casos?”. O próprio autor escreve que no domínio 1, a TR irá trabalhar com a noção de ‘intenção informativa’ e de ‘intenção comunicativa’, destacando a presunção de relevância dos enunciados. Contudo, Clark contesta a possibilidade de que o domínio 2 possa receber o mesmo tratamento do domínio 1, uma vez que se Suassuna escreve “me chamo João Grilo”, ele não está pedindo para ser chamado de João Grilo, mas, sim, nos pedindo para que chamemos por esse nome o protagonista de sua obra.

Assim, na opinião de Clark, por constituírem diferentes níveis comunicativos, a distinção entre os domínios 1 e 2 imporia a TR a impossibilidade de tratar o discurso ficcional, considerando que a teoria não teria nada a dizer sobre o domínio 2. De modo mais especificado, o que Clark afirmou é que ainda que possa explicar como Chicó entende João Grilo ou como Capitu entende Bentinho, a TR não conseguiria explicar como é que nós, leitores, entendemos esses eventos de comunicação que ocorrem internamente entre os personagens de uma obra.

Como de se esperar, Sperber e Wilson (1987) responderam a Clark com a afirmação de que a Relevância é a única teoria possível para o tratamento das ‘camadas comunicativas’, uma vez que uma ‘intenção comunicativa’ é ela em si mesma uma ‘intenção informativa’ sobre uma ‘intenção informativa’. De modo mais claro, uma intenção comunicativa é a intenção de se informar sobre o potencial de uma informação, de modo que o primeiro nível de uma comunicação ostensiva pode servir de estímulo para um segundo nível de comunicação ostensiva.

Em certo sentido, o problema dos diferentes níveis de representações comunicativas, como proposto por Clark, parece ter sido justamente o que inspirou Sperber e Wilson a proporem diferentes níveis representativos nos eventos comunicativos. Uma ocorrência de um nível mais elevado de comunicação, como sugerido por Clark, pode ser explicitado em termos de crenças e daquilo que foi descrito como ‘o poder das suposições’.

Seguindo pela lógica da Relevância, se um indivíduo presencia um fato no mundo, ele estará diante de um fenômeno qualquer, mas, ao comunicar aquele fato do mundo a outrem que não tenha presenciado aquilo, seu ouvinte não possui evidências suficientes para se certificar da veracidade da

informação, restando-lhe depositar algum grau de confiança naquilo que lhe é comunicado. Na ausência do fato em si, o ouvinte terá de formar uma representação, sendo tal que representação será obtida pela suposição de algum grau de verdade da informação. A comunicação ocorrerá, assim, de modo que a linguagem permita representações acerca do mundo, das quais a maioria talvez não possa ser verificada, mas somente crida. Por exemplo:

(15)

a) João e Maria bebem vinho, quando João derruba a taça, diante de Maria.

- i) João – Quebrei a taça.
- ii) Maria – Sim! Você é desastrado.

b) João bebe vinho sozinho, quando derruba a taça, posteriormente comunicando a Maria.

- i) João – Quebrei a taça.
- ii) Maria – Sim? Você é desastrado.

A diferença entre a ocorrência 15 a) e 15 b) está na evidência de que em a) Maria presenciou o momento em que João quebrou a taça, não restando a ela dúvidas de que João quebrou a taça. Na ocorrência b), contudo, Maria não participa do momento da queda da taça, restando-lhe, assim, acreditar em João quando ele lhe comunica que quebrou a taça.

Como a linguagem é massivamente utilizada para comunicar eventos em que as pessoas não participam mutuamente, ela carrega em si um componente de atribuição de crenças, do tipo: 'Maria crê que João está dizendo a verdade'. Nesse caso, a noção de verdade (talvez no sentido de Grice, de alguma máxima que conduza os falantes na direção de comunicar informações verdadeiras) poderá ser entendida como um produto contido na noção de relevância, ou seja, a verdade é um subproduto da relevância. Possibilidades:

(16)

a) Não há razão alguma para João não estar falando a verdade

i) Maria acredita que João lhe diz a verdade, afinal, qual seria a relevância de João estar mentindo sobre quebrar a taça?

b) João pode não estar falando a verdade

i) Maria não acredita que João esteja falando a verdade. Porque João é um brincalhão.

ii) Maria não acredita que João esteja falando a verdade, porque João é muito cuidadoso com os objetos da casa.

iii) Maria não acredita que João esteja falando a verdade, porque João jamais confessaria ter quebrado um objeto da casa.

iv) Maria não acredita que João esteja falando a verdade, porque João não costuma beber vinho em taças.

Na ocorrência de 16a), Maria segue o rumo convencional de manter a crença naquilo que João lhe diz. Na ocorrência 16b) Maria tende a desconfiar da informação de João. Contudo, para que Maria possa não considerar verdadeira a informação de que João quebrou a taça, ela terá de supor alguma informação contextual para justificar a sua descrença em João, uma vez que a quebra da taça é uma informação trivial (o que pode ser muito diferente em casos jurídicos, políticos e retóricos, em geral, que tendem a exigir um maior esforço de descrença nas informações).

(17)

a) João e Maria bebem juntos, João pensa que quebrou a taça, mas Maria sabia que já estava quebrada.

- i) João – quebrei a taça.
- ii) Maria – não já estava quebrada

b) João bebe o vinho sozinho. João pensa que quebrou a taça e vai informar a Maria.

- i) João – quebrei a taça.
- ii) Maria – sabe que João não diz a verdade.
- iii) Maria – supõe que João acredita dizer a verdade.
- iv) Maria – supõe que João sabe que não diz a verdade.
- v) Maria – supõe que João sabe que ela sabe que ele não diz a verdade.

c) João pode não estar falando a verdade

- i) João – quebrei a taça.
- ii) Maria não acredita que João esteja falando a verdade. Porque João é um brincalhão.
- iii) Maria não acredita que João esteja falando a verdade, porque João é muito cuidadoso com os objetos da casa.
- iv) Maria não acredita que João esteja falando a verdade, porque João jamais confessaria ter quebrado um objeto da casa.
- v) Maria não acredita que João esteja falando a verdade, porque João não costuma beber vinho em taças.

Na questão da ficção, não há necessariamente um esforço cognitivo para a retomada referencial ao mundo externo, com vistas a ser atribuída alguma materialidade factual aos eventos relacionados aos personagens. A referenciação se dá em relação ao mundo interno, puramente cognitivo, em que são reconstruídos os diferentes níveis comunicativos expressos num dado enredo. Assim, em uma comunicação ficcional, a operação cognitiva trabalharia como a atribuição de crenças da seguinte maneira, como, por exemplo, se observando o enredo de João e Maria:

(18)

a) João e Maria ouvem a madrasta persuadir seu pai a abandoná-los na floresta.

- i) João e Maria sabem o plano da madrasta.
- ii) A madrasta não sabe que João e Maria sabem de seu plano.
- iii) João sabe sobre a trilha que demarcara com pedras.
- iv) Maria, a madrasta e o pai não sabem que João demarcou o caminho com pedras.

b) O leitor:

- i) Sabe o plano da madrasta.
- ii) Sabe que a madrasta não sabe que João e Maria sabem de seu plano.
- iii) Sabe que João sabe a trilha de volta, demarcada por pedras.
- iv) Sabe que Maria, a madrasta e o pai não sabem que João sabe o caminho de volta demarco com pedras.
- v) Sabe que o narrador sabe que...

c) O autor:

- i) Sabe que o leitor sabe o plano da madrasta o plano da madrasta.
- ii) Sabe que o leitor sabe que a madrasta não sabe que João e Maria sabem de seu plano.
- iii) Sabe que o leitor sabe que João sabe a trilha de volta, demarcada por pedras.
- iv) Sabe que o leitor sabe que Maria, a madrasta e o pai não sabem que João sabe o caminho de volta demarco com pedras.
- v) Sabe que o leitor sabe que o narrador sabe que ele sabe que...

Os exemplos acima são úteis para contestar as críticas elaboras por Clark, ao evidenciarem que não há qualquer limitação para o tratamento dos níveis de representações no interior da TR. Aliás, os diferentes níveis

comunicativos constituem um desdobramento importante da TR, direcionado ao estudo das metarrepresentações (representações de representações), conforme já discutido em trabalho anterior (SPERBER, 2000).

Portando, a aparente dificuldade no tipo de análise das suposições que envolvem os diferentes níveis comunicativos, ao menos como discutidas por Clark em relação ao discurso ficcional, se demonstra frágil. De modo contrário, a dificuldade real para discutir níveis de representações comunicativas parece emergir justamente de discursos que, contrariamente ao estritamente ficcional, apresentam enunciados e informações verdadeiras sobre o mundo real de modo difuso, como visto nas obras de ficção classificadas como romances históricos. Esse tipo de enredo, sim, poderia eventualmente impor maiores dificuldades de análise, uma vez que nublam os limites entre as suposições atribuídas ao real e ao ficcional.

## **2.4 Reboul e a analogia da metáfora**

Anne Reboul (1987) parece ter sido a primeira pesquisadora a defender a importância de o fenômeno ficcional ser investigado no interior da Teoria da Relevância, o que a colocou na posição imediatamente antagônica àquela assumida por Clark. Em seus comentários sobre a investigação do discurso ficcional, Reboul mencionou que, até então, a pesquisa vinha sendo elaborada na tradição semântica dos lógicos, predominantemente seguindo o raciocínio de Frege, e, portanto, categorizando as sentenças do discurso ficcional como entidades falsas, ou seguindo o raciocínio de Lewis, na tentativa de enquadrar as sentenças ficcionais em modelos de mundos possíveis. Alternativamente, Reboul ressaltou que:

Relevance theory offers a rather different approach. S&W are interested not only in the sense of utterances, but in the overall interpretation process by which contextual implications of utterances can be recovered. There seems to be no special reason for thinking that fictional utterances are interpreted in a fundamentally different way from utterances taken to be true. Whether true or false, any grammatical utterance encodes a logical form enabling the hearer to construct a context against which the utterance can be interpreted, as S&W's analysis of

metaphor has shown. And as they also show, in any utterance, fictional or other wise, the principle of relevance, with its twin factors of contextual effects and processing effort, can shed interesting new light on style. This does not mean that no distinction should be drawn between fictional and ordinary utterances. One specific problem raised by fictional utterances is that the objects to which they purport to refer do not exist. (REBOUL, 1987, p. 729).

Deste modo, Reboul colaborou para a difusão da perspectiva relevantista de que não há razão para propor diferentes explicações ao modo como são interpretados os enunciados que compõem o discurso ficcional e os que compõe os demais tipos de discurso. De fato, uma vez que a empreitada relevantista tinha por ambição o alcance aos mais diferentes fenômenos linguísticos, ela deverá, por uma questão de coerência, explicar o discurso ficcional.

Reboul, porém, pode ter sido precipitada na formulação de ao menos dois argumentos. Primeiramente, sua afirmação de que um problema específico do discurso ficcional seria o fato de que ele se refere a entidades não existentes. Elas não existem na ontologia dos lógicos, mais especificamente daqueles que priorizam a concepção não-mentalista das entidades. Numa perspectiva cognitiva, as entidades ficcionais existem, constituídas em forma de representações mentais, ou seja, embora negue a ontologia realista dedicada ao estudo das entidades ficcionais, Reboul acabou por mostrar-se seduzida pelo caráter material de uma entidade para que ela tenha sua existência reconhecida, o que parece contradizer, ao menos em parte, a natureza epistemológica da própria pragmática cognitiva.

Em segundo, e talvez um percalço um pouco maior, Reboul defendeu que:

It appears, at least to me, that the approach the most likely to enhance the relevance of fictional utterances might be to consider them as interpretations of thoughts of the speaker in much the same way as metaphor, and that this is the most productive way of approaching fiction (REBOUL, 1987, p. 729).

Reboul faz, ainda, uma importante pergunta: “por que as pessoas estão dispostas a gastar tempo com a ficção, quando eles sabem que isso é falso?” Contudo, sua resposta não parece ter sido satisfatória, já que sua afirmação foi na direção de a resposta estaria contida na ideia de que semelhante ao procedimento de compreensão da metáfora, o discurso ficcional conduziria o leitor (ouvinte) à compreensão dos pensamentos do escritor (falante).

Sperber e Wilson (1987) expressaram concordância com a afirmação de Reboul, de que a Relevância oferecia um quadro adequado para o tratamento do discurso ficcional. No entanto, os autores consideram insatisfatória sua afirmação de que a razão do discurso ficcional conduzir um ouvinte/leitor à compreensão dos pensamentos do falante/escritor pudesse justificar causalmente a atenção dedicada à ficção. Inicialmente Sperber e Wilson sugeriram que voltar a atenção para a comunicação de segunda ordem (as camadas/níveis, observados por Clark), aliada às noções de implicaturas fracas e de comunicação inferencial não-demonstrativa, poderia ser mais útil ao objetivo da investigação pragmática, propondo que:

Relevance can be achieved not only by informing someone of new facts, but also by altering saliences and strengths in the cognitive environment. This is, we suggest, the way in which many examples are relevant: They force the listener or reader to develop or other wise modify mental models, scenarios, scripts, or schemas. For examples to be relevant in this way, it does not matter whether they are true or fictional provided that they are recognizably, in some respects at least, truthlike. So communicating, at one level, information about Hamlet or Ishmael which is relevant only in its own artificial context communicates at a second level by showing what is possible or conceivable, rather than what is (SPERBER E WILSON, 1987, p 751).

No entanto, mais recentemente, e talvez em função de uma análise ampliada apresentada por Reboul (1992) sobre a *Retórica e Estilística da Ficção*, Wilson (S/D) publicou um resumo intitulado *Metaphor, Relevance and the interpretation of Fiction* expressando grande simpatia pela analogia da metáfora:



In a number of works that raise intriguing questions about the interpretation of fiction, Anne Reboul (1986, 1987) asked “why people are prepared to spend time reading or listening to fiction, even though they know it is false”. The answer she proposed is that fictional utterances might achieve relevance in similar ways to metaphorical utterances, and be worth reading or listening to for similar reasons. However, the approach to metaphor that Reboul had in mind – first put forward by Dan Sperber and Deirdre Wilson (1986/1995) – has evolved considerably in recent years (see e.g. Sperber and Wilson, 2008). In this paper, I will reflect on Reboul’s proposal, considering what light (if any) this new approach to metaphor sheds on the relevance of fiction, and how Reboul’s original insights into what makes fiction Worth attending to can be preserved (WILSON, S/D).

Dentro do próprio escopo da TR, não parece ser necessariamente vantajosa a aproximação do discurso ficcional à investigação da metáfora e há razões não triviais para se pensar dessa maneira. De saída, invocar o estudo da metáfora torna ainda mais complexo o estudo do discurso ficcional, já que ao invés de reduzir alguma entidade teórica, acaba por projetar uma a mais. Também tem sido notório entre os relevantistas que a metáfora permanece um tema controverso mesmo nos limites da Teoria (ROMERO e SORIA, 2014), principalmente pela reedição da disputa teórica com os pesquisadores da linguística cognitiva, seguidores das ideias de Lakoff e Johnson (1985), como pode ser visto em Koch (2016).

A indisposição entre a Teoria Cognitiva da Metáfora de Lakoff e Johnson (1985) e a Teoria da Relevância (1986/2008) se dá na medida em que ambas concorrem à melhor proposição de uma arquitetura cognitiva que suporte o fenômeno metafórico. Enquanto a tradição clássica, como formulada por Aristóteles, em sua *Arte Poética*, compreendia a metáfora como uma figura de linguagem, e, portanto, um objeto de estudo estético da arte literária, Lakoff e Johnson propuseram a metáfora como objeto da linguística cognitiva, a descrevendo como um aparato estruturador da cognição humana, sendo que a comunicação humana expressa, mesmo que inconscientemente, diferentes tipos de metáforas conceituais. A diferença nas perspectivas apresentadas pela TR e pela Teoria Cognitiva da Metáfora é que:

[...] metáforas linguísticas são tratadas como reflexos da superfície subjacente de mapeamentos conceituais entre diferentes domínios humanos (por exemplo, os domínios de relações amorosas e viagens, teorias e edifícios, discussões e brigas), e têm as suas raízes na cognição em vez de comunicação. Teóricos de relevância, por outro lado, argumentam que a metáfora surge naturalmente na comunicação linguística, como a linguagem é vagamente usada em uma tentativa de transmitir pensamentos complexos, que podem ser vagos, mas não precisam necessariamente ser eles próprios metafóricos (WILSON, 2010, p. 41 apud KOCH, 2016).

No quadro teórico da Teoria da Relevância, as metáforas não são interpretadas diferentemente de quaisquer outros fenômenos da linguagem, tais como os enunciados literais, hiperbólicos, metonímicos, poéticos ou ficcionais. A disputa, então, é se há ou não qualquer mecanismo específico que deva ser postulado para a interpretação metafórica ou para sua decodificação. Na perspectiva da TR, o que ocorre é que um mesmo enunciado pode possuir diferentes interpretações, fazendo com que os ouvintes compreendam tais enunciados enquanto metafóricos ou não em dependência das evidências linguísticas e contextuais que possui:

However, relevance theorists and cognitive linguists see metaphor as entirely normal and natural for rather different reasons. Cognitive linguists have argued that metaphor is pervasive in language because it is pervasive in thought. As Lakoff and Johnson (1980: 153) put it, "Metaphor is primarily a matter of thought and action and only derivatively a matter of language." On this approach, linguistic metaphors are treated as surface reflections of underlying conceptual mappings between different cognitive domains (e.g. the domains of love affairs and journeys, theories and buildings, arguments and fights), and have their roots in cognition rather than communication. Relevance theorists, on the other hand, have argued that metaphor arises naturally in linguistic communication, as language is loosely used in an attempt to convey complex thoughts which may be vague, but need not themselves be metaphorical. On this approach, there is a continuum of cases between literal talk, loose talk, hyperbole and metaphor, none of which is necessarily a surface reflection of any pre-existing conceptual mapping. As Sperber and Wilson (2008: 84) put it, We see metaphors as simply a range of cases at one end of a continuum that includes literal, loose and hyperbolic interpretations. In our view, metaphorical

interpretations are arrived at in exactly the same way as these other interpretations. There is no mechanism specific to metaphor, no interesting generalisation that applies only to them. (WILSON, 2011, p. 196)

Tomemos por exemplo a seguinte sentença ‘Todos os animais são iguais’. Conforme a sugestão de Reboul, a sentença acima extraída de um discurso de ficção deveria obter uma análise similar àquela que seria aplicada a uma metáfora. Então, como analisar a sentença acima? Qual a vantagem de uma análise metafórica (mesmo que em termos de TR?)

O exemplo extraído de *A Revolução dos bichos*, de Orwell, de certo pode ser interpretado metaforicamente, afinal, os animais não são todos iguais. Pode, ainda, ser interpretado como uma metáfora do socialismo soviético de Stalin. Mas o que essa afirmação nos revela, além de mera trivialidade?

Convém, assim, demonstrar como é que será interpretado um enunciado metafórico dentro da teoria pragmática. Abaixo duas possibilidades de tratamento da metáfora:

(19)

João: Que tal os romances de Dostoiévski ?

Maria: Eles me fazem sonhar.

Em uma análise tradicional griceana, o enunciado de Maria ‘Eles (os romances de Dostoiévski) me fazem sonhar’ poderia produzir ao menos três interpretações, podendo ser uma asserção literal, uma hipérbole ou uma metáfora:

- a) Maria sonha literalmente com os romances de Dostoiévski após a leitura;
- b) Maria exagera ao afirmar que chega a ter sonhos com os romances de Dostoiévski;
- c) Em sentido metafórico, os romances de Dostoiévski fazem Maria sonhar, a fazem projetar desejos, entre outros sentidos que a palavra sonho possa tomar.

Caberia, em seguida, a João testar as possíveis interpretações, partindo da hipótese literal, sendo que, somente ao perceber a violação das máximas griceanas, deve-se considerar a existência de implicaturas, dentre as quais deverá ser inferida a interpretação figurada.

Uma das grandes contribuições empíricas da TR foi demonstrar que as interpretações literais não são necessariamente testadas e rejeitadas antes que interpretações figuradas sejam consideradas. Outra contribuição foi a de evidenciar que a compreensão do conteúdo explícito ou implícito de um enunciado, embora seja em parte subdeterminado pela codificação linguística, envolve um elemento substancial da inferência pragmática. Cada enunciado tem uma variedade de interpretações possíveis, todas compatíveis com a informação linguisticamente codificada. O ouvinte/leitor é equipado de habilidade para avaliar as possíveis interpretações e selecionar uma única, de modo que, tendo encontrado a que considerar satisfatória, poderá parar sua busca.

Ao invés de supor interpretações literais das quais deverão ser derivadas interpretações figuradas, a TR propõe que usos vagos e, particularmente, usos metafóricos, comunicam um conjunto de implicaturas. Deste modo, seguindo o Princípio de Relevância, o enunciado:

(20) ‘Dostoiévski é chato’ pode produzir as implicaturas de que:

- a) Dostoiévski é uma pessoa desagradável;
- b) Dostoiévski é um romancista enfadonho;
- c) Metonimicamente, chata é a obra Dostoiévski.

Sem as possíveis implicaturas, a interpretação restante seria a única a não fazer sentido, a de que Dostoiévski possui uma forma achatada. A intenção comunicativa pode ser veiculada por meio de enunciados explícitos (explicaturas) ou implícitos (implicaturas). A explicatura consiste em um enunciado comunicado explicitamente, podendo variar de grau (mais forte ou mais fraco) conforme a “combinação de traços conceituais linguisticamente codificados e contextualmente inferidos” (SPERBER e WILSON, 2002, p. 274);

já a implicatura consiste em uma suposição comunicada de forma implícita, passando a depender do ambiente cognitivo mútuo para que a comunicação atinja o nível de relevância necessário entre falante e ouvinte, para que a inferência do ouvinte corresponda da melhor forma possível à intenção comunicativa do falante.

Dentre as implicaturas, existe a distinção entre premissa implicada e conclusão implicada. Uma premissa implicada é a informação objetiva dada pelo falante que vai ao encontro do contexto conhecido pelo ouvinte, seja pela memória deste – caso ouvinte e falante tenham conhecimento mútuo dessa memória – ou a partir de dados fornecidos ao ouvinte pelo falante. Teríamos como exemplo:

(21)

- a) João: Você conhece os romances de Dostoiévski?
- b) Maria: Eu não gosto dos romancistas russos.
- c) Dostoiévski é um romancista russo.
- d) Maria não gosta de ler Dostoiévski.

Uma conclusão implicada é aquela que é deduzida da explicatura, do enunciado fornecido pelo falante e do contexto do qual partilham falante e ouvinte. Como exemplo usado para identificar uma conclusão implicada, temos a premissa de 21d) *Maria não gosta de ler Dostoiévski* deduzida da premissa implicada 21 c) e do contexto fornecido pela premissa 21b). A mesma regra aplicada acima para identificar uma premissa implicada é válida para a conclusão implicada.

Nessa análise, poderia ser acrescentada uma série de premissas implicadas e conclusões implicadas, como uma lista de diversos romancistas russos que João poderia perguntar se Maria leu. Poderiam ser descritas premissas supostamente plausíveis no ambiente cognitivo mútuo de falante e ouvinte, por exemplo, como são supostamente enfadonhas as leituras de alguns romances russos. Porém, a relevância pretendida em (21) poderia ser

atingida de modo mais eficaz, sem gerar tantos efeitos contextuais, se Maria declarasse:

(22) Eu não gosto de ler Dostoiévski.

Agora, se Maria pretende atingir ou compartilhar um estado psíquico ou emocional, ela opta por obter a relevância empregando premissas manifestas de modo fraco, que acabam por exigir de João um maior esforço dedutivo. Dessa forma, um mesmo enunciado pode ser compreendido de diversas maneiras e sua interpretação correta é altamente ligada ao contexto. Havendo algumas formas de se compreender um enunciado, a primeira pode ser a interpretação literal e/ou metafórica.

Torna-se mais evidente, como visto em outra explanação de Wilson (S/D), ao discutir também a metonímia, que conforme os teóricos da relevância têm argumentado, a função do significado linguístico de um enunciado não é codificar o significado do falante, mas sim prover alguma evidência de seu significado. Paralelamente, esses mesmo teóricos têm tentado demonstrar que os enunciados dos usos ‘figurativos’ não estão separados das demais práticas linguísticas, não sendo necessária a postulação de mecanismos interpretativos ou de princípios explicativos adicionais aos dedicados aos usos ordinários/literais.

Notoriamente, a análise da metáfora lança alguma compreensão sobre o procedimento utilizada para a interpretação de um enunciado sob o Princípio de Relevância. Porém, tal procedimento é exatamente o mesmo empregado na interpretação de qualquer enunciado. A pergunta que permanece, então, é: qual a necessidade de se invocar o estudo da metáfora? De modo objetivo: nenhuma, aparentemente.

Um possível refinamento nas afirmações que Reboul e de Wilson tentaram expressar, poderia ser o de que, ao invés da ideia de que o discurso ficcional receba o mesmo tratamento dedicado à metáfora, o discurso ficcional poderia igualmente ser desmistificado no interior da Teoria da Relevância. Tanto quanto os relevantistas tentam demonstrar que a metáfora dispensa uma arquitetura cognitiva adaptada exclusiva, a Relevância pode demonstrar que o discurso ficcional não goza um status especial nos fenômenos da linguagem.

## 2.5 Sperber e Wilson e a inferência não-demonstrativa

Sperber e Wilson encerraram o debate de 1987 defendendo que as sugestões de Reboul e Clark deveriam ser conciliadas, admitindo alguns de seus argumentos como válidos, ao mesmo tempo que rejeitaram outras de suas sugestões. De forma reduzida, das ideias propostas por Reboul, Sperber e Wilson acataram que a Relevância deveria fornecer uma explanação plausível acerca do discurso ficcional, enquanto que, das ideias apresentadas por Clark, Sperber e Wilson rejeitaram a crítica de que a Relevância não estaria apta a lidar com os fenômenos ficcionais.

De maneira proporcionalmente inversa, Sperber e Wilson admitiram a sugestão de Clark, acerca da importância de serem observadas as camadas comunicativas manifestas no interior do discurso ficcional, enquanto que negaram a sugestão de Reboul, de que as pessoas investem tempo e esforço cognitivo na compreensão da ficção com a finalidade de compreender a mente de um autor.

Ficou implícito, assim, que a discussão intra-paradigmática da TR sobre o discurso ficcional deveria ser desenvolvida. Para atender a finalidade deste trabalho, o desenvolvimento do estudo do discurso ficcional no âmbito da pragmática deve considerar qual modo tende a oferecer um melhor resultado descritivo, de modo que, a discussão pode deixar de ser restrita aos termos estritamente sugeridos por Clark e Reboul, sendo ampliada:

- a) Deverá o DF ser descrito e estudado analogamente à metáfora?
- b) Deverá o DF ser descrito em termos de 'camadas comunicativas'?
- c) Deverá o DF receber uma descrição alternativa?

Uma possível abordagem poderia atender à sugestão inicial de Sperber e Wilson, de que ambas as propostas, de Clark e Reboul, deveriam ser conciliadas, a despeito das contradições suscitadas no referido debate. Apesar disso, parece ser propícia a construção de uma discussão divergente das dos autores.

A alternativa possível no âmbito da TR pode ser a retomada aos problemas clássicos suscitados pela investigação do discurso ficcional: o problema da indeterminação temporal (era uma vez, certo dia, etc), da indeterminação referencial (Ulisses ou Holmes) e da indeterminação de lugar (Terra do Nunca, a Fábrica de Chocolate, etc). Como proposto no início deste trabalho, tal alternativa tende a priorizar uma formulação linguística, ao invés daquela focada em mecanismos cognitivos, como sugerem Reboul e Clark. Seguindo a já referida sugestão de Sperber e Wilson, (1987), os enunciados de ficção podem ser descritos como conjuntos de implicaturas fracas e de efeitos de comunicação inferencial não-demonstrativa. Talvez, essa ideia possa revelar como os enunciados e, por extensão, o discurso ficcional é interpretado num caminho de menor esforço, mas com maior ganho cognitivo.



*Embora tenha havido muita preocupação com o estatuto dos objetos ficcionais e abstratos, o problema, de fato, toca mais fundo. Pode-se falar de <<referência>> e <<co-referência>> com alguma inteligibilidade se se postular um domínio de objetos mentais associados a entidades formais da língua por meio de uma relação com muitas das propriedades da referência. Mas tudo isso é interno à teoria das representações mentais; é uma forma de sintaxe. Não parece haver nenhum sentido óbvio no povoamento do mundo extra-mental com entidades correspondentes, nem se consegue nenhuma consequência empírica ou aumento de poder explicativo ao fazê-lo. Assumindo que assim é, o estudo da relação entre estruturas sintáticas e modelos, <<imagens>>, ou algo semelhante, deve ser encarado como pura sintaxe, devendo o estudo das várias representações mentais ser suplementado por uma teoria da relação que estes objetos mentais mantêm com o mundo, ou com o mundo tal como nós o concebemos ou acreditamos que é. Portanto, a mudança em direção a uma teoria computacional da mente contém também uma parte substancial daquilo a que se tem chamado <<semântica>>, conclusão que só é fortalecida se considerarmos abordagens manifestadamente mais <<conceptualistas>> destes tópicos. (CHOMSKY, 1986, p. 62)*

### **3. A ABORDAGEM LINGUÍSTICA.**

#### **3.1 A reintrodução de uma hipótese alternativa**

O capítulo final desta tese é uma tentativa de demonstração de como a colaboração dos lógicos, com a noção de verdade semântica, e a colaboração dos cientistas cognitivos, com a noção de representações mentais, podem ser conciliadas sob um paradigma inferencial, cujo arcabouço tende a beneficiar a investigação do discurso ficcional. Da mesma maneira, o capítulo pretende explicitar o objetivo apresentado na introdução, oferecendo uma alternativa teórica admissível de que:

- i) o discurso ficcional é mais bem compreendido sob a noção de relevância pragmática, em substituição ao critério de verdade semântica;

- ii) a vantagem de o discurso ficcional ser descrito como um discurso sobre conjuntos maximais consistentes de sentenças, em que os enunciados linguísticos revelam a natureza da interpretação pragmática da ficção, em substituição à abordagem unicamente representativa ou metafórica ou outras postulações acerca de outros objetos linguísticos ou cognitivos.

A ideia de que os fenômenos linguísticos considerados figurativos, como é caso do discurso ficcional, podem ser investigados segundo a lógica dos demais fenômenos da linguagem não é de modo algum inédita. Jakobson (1960/2002), por exemplo, advertiu que as relações entre as palavras e o mundo dizem respeito não apenas à arte verbal, mas a todas as espécies de discurso. Ao explorar as relações entre os discursos e os universos dos discursos, deparando-se com as entidades extra-linguísticas, a linguística teria de extrapolar os limites da Poética e da Linguística em geral.

Ao reivindicar para a Linguística a tarefa de investigar a arte verbal em toda sua amplitude, o raciocínio de Jakobson foi o de que, ao ter como objeto a investigação da diferença entre a arte verbal das demais condutas verbais, a Poética estaria alocada nos estudos literários. No entanto, ao tratar da estrutura verbal, a Poética deveria se enquadrar como parte da ciência global da estrutura verbal, sendo, portanto, encarada como parte integrante da Linguística. Foi de grande contribuição o trabalho de Jakobson quando observou que a contraposição da Linguística à Poética foi baseada numa interpretação corrente, mas errônea, do contraste entre os diferentes usos a que está sujeita a estrutura verbal. Jakobson nos permitiu entender que haveria uma íntima correspondência entre os diferentes fenômenos linguísticos, sendo para ele um problema fundamental a interrogativa acerca de “o que, afinal, torna uma mensagem verbal uma obra de arte?”.

Em um raciocínio semelhante, Godoy e Bueno (2014) e anteriormente em Bueno (2013) expuseram mais detalhadamente as razões pelas quais o estudo do discurso ficcional é beneficiado pelo seu modo não-contrastivo com os demais tipos de fenômenos da linguagem e da comunicação linguística. Estes trabalhos, sobretudo, se opuseram à perspectiva apresentada por Searle

(1975), que propôs a lógica do discurso ficcional como uma espécie de linguagem parasitária da linguagem ordinária.

Em ambos os trabalhos, foi discutido o modo como Searle, se mantém fiel a tradição dos lógicos da filosofia analítica, ainda que advogue por uma abordagem pragmática sobre a ficção. Aparentando o entendimento de que uma sentença do discurso ficcional constitui ou uma asserção, isto é, uma sentença proposicional, ou então um ato de fala, Searle concluiu que o objetivo da pesquisa pragmática dedicada ao discurso ficcional seria a de especular sobre qual tipo de ato de fala o autor de uma ficção estaria realizando quando escreve.

Enquanto que da intuição linguística de Jakobson pode ser extraída a máxima de que os diferentes usos da linguagem verbal devem ser alcançados pela pesquisa linguística, da intuição filosófica de Searle, pode-se extrair a máxima de que a eventual investigação do discurso ficcional deve recair nos limites da pragmática. Embora não compunham o mesmo eixo teórico, as ideias de um e de outro auxiliam uma vez mais na compreensão de como se aproximam algumas diferentes descobertas dos lógicos e dos linguistas acerca da linguagem.

Construir o mapa conceitual de como essas descobertas podem ser conciliadas importa, também, na medida em que enfatiza o caráter metodológico da pragmática contemporânea que é justamente a conciliação dessas ideias. Embora Searle, expoente da pragmática exercitada nos moldes dos Atos de Fala (AUSTIN, 1962; SEARLE, 1969), apresente uma concepção pragmática diferente da adotada neste trabalho, ele forneceu importantes contribuições ao estudo ficcional de orientação cognitiva.

A pragmática inserida na pesquisa cognitiva, também tratada como pragmática inferencialista, tem sido, por vezes, chamada de pragmática radical (COLE, 1981; LEVINSON, 1983; PINKER, 2008) e, por vezes, ela tem sido defendida como uma pragmática moderada (CAPPELEN e LEPORE, 2005; BENFATTI, 2013). Essa contradição é consequente da clássica disputa acerca do posicionamento que as teorias dedicadas ao significado linguístico assumem diante da relação entre a ‘forma lógica semântica’ e a ‘interpretação pragmática’, para retomar a distinção de Leech (1983).

Foram esses mesmos componentes da linguagem, o semântico e o pragmático, e a sua capacidade de infringir o consenso entre os mais variados especialistas, que inspiraram as ideias de Paul Grice (1957; 1975; 1988). Grice sugeriu que a tensão entre os lógicos, mais interessados nas propriedades formais subjacentes aos elementos semânticos, e os linguistas, mais preocupados com a interpretação do discurso, poderia ser minimizada pela pragmática de modelo inferencial. Desde então, tem sido amplamente conhecido dentro dos estudos da linguagem que a pragmática inferencial explana a capacidade de processamento cognitivo dos falantes e ouvintes, a fim de ser compreendida a continua criação dos significados linguísticos em contexto.

Com pretensiosa ambição de realocar as principais percepções de Grice de um paradigma filosófico para um paradigma científico, a construção do arcabouço teórico apresentado pela Teoria da Relevância (SPERBER e WILSON, 1995), forneceu um quadro geral da comunicação humana em que são estabelecidos com alguma plausibilidade a interação entre os componentes gramaticais, semânticos e pragmáticos.

Sperber e Wilson (1995) ressaltaram que uma noção bem aceita entre grande parte da comunidade acadêmica é a de que se pode observar a linguagem como uma competência partilhada de maneira muito semelhante por pessoas com trajetória de vida muito diferentes, desde que tenham sido expostas à mesma língua. Os enunciados linguísticos são apresentados como presumivelmente os mais importantes meios de comunicação humana.

Porém, a descrição tradicional, desde o pensamento aristotélico até o pensamento moderno, tem sido contestável, uma vez que prevê a compreensão como um processo de codificação e decodificação de mensagens. Assim, uma questão elementar introduzida pela TR é a respeito de como um estímulo físico, descrito como uma forma fonética, pode gerar representações mentais semelhantes, entre falante e ouvinte, num ato de comunicação intencional, sendo que não há qualquer semelhança entre os estímulos (forma fonética) e as representações mentais de depositadas nas cabeças dos falantes.

A linguagem constitui um componente da arquitetura cognitiva que relaciona as entidades fonéticas com as representações semânticas de uma

sentença. Todavia, a linguagem não é necessariamente o componente cognitivo responsável pelo acoplamento das representações fonéticas e das representações semânticas de maneira direta com as representações mentais armazenadas nos sistemas cognitivos dos falantes.

Enquanto se observa a escassez de evidência para comprovar que as formas semânticas veiculadas nas sentenças das línguas naturais sejam estritamente pareadas com os pensamentos comunicados pelos enunciados linguísticos, há uma extensa literatura pragmática que tem evidenciado a lacuna existente entre as representações semânticas e o conteúdo comunicado pelos falantes. Em outras palavras, as representações semânticas das sentenças das línguas naturais não podem ser entendidas como correspondentes exatos dos pensamentos, uma vez que elas podem transmitir uma variedade de diferentes pensamentos.

Portanto, a lacuna entre a forma semântica e o pensamento comunicado pelos falantes não é satisfeita com a adição de conteúdos codificáveis, isto é, pela adição de mais componentes linguísticos. Ao contrário, a lacuna entre as formas semânticas linguisticamente comunicadas e as representações que os falantes constroem acerca dessas formas semânticas é satisfeita pela adição de procedimentos inferenciais. De maneira análoga àquela proposta pelos lógicos ainda no primeiro capítulo, ao expressarem a urgência de sistemas inferências para a resolução de problemas formais, a competência semântica dos falantes também demanda uma competência inferencial quando é posta em uso linguístico.

No modelo da Relevância, uma representação semântica tem sido descrita como o núcleo comum de significado partilhado em todas as enunciações de uma sentença. Enquanto o estudo das representações semânticas das sentenças das línguas naturais pertence ao estudo da teoria gramatical, o estudo da interpretação dos enunciados linguísticos pertence ao estudo da teoria pragmática. Cabe, desta forma, à pragmática a tarefa de explicar como os ouvintes interpretam os mais variados usos da linguagem e como solucionam diferentes fenômenos linguísticos, entre os quais se encontram também aqueles identificados como problemáticos para o estudo ficcional, tradicionalmente: a indeterminação referencial, a ambiguidade, vaguezas, elipses e demais incompletudes semânticas das sentenças. Cabe

também à pragmática identificar as intenções comunicativas e os conteúdos implícitos, elementos sem os quais a representação semântica em relação de independência do contexto não satisfazem a interpretação de um enunciado linguístico.

A distinção elementar entre um processo de codificação linguística para o processo inferencial é que enquanto o primeiro toma um sinal como um *input*, produzindo uma mensagem associada com um código subjacente:

(23)        Ulisses é o herói da Odisseia.

O segundo toma um conjunto de premissas como *input*, gerando como resultado um *output* composto por um conjunto de conclusões lógicas ou ao menos logicamente justificadas pelas premissas:

(24)

A Odisseia teve origem no nome de Ulisses

Ulisses também se chama Odisseu

A Odisseia teve origem no nome de Odisseu.

O falante e o ouvinte não compartilham, portanto, somente uma mesma gramática, mas, também, as mesmas capacidades inferenciais, os mesmos conjuntos de premissas. O conjunto de premissas utilizado na interpretação de um enunciado é aquilo que geralmente se denomina 'contexto', que, por sua vez, é entendido como uma construção psicológica, um subconjunto das assunções do ouvinte sobre o mundo.

Embora com base em uma mesma gramática e uma mesma capacidade inferencial, cada novo enunciado supõe um novo contexto interpretativo e um dos problemas centrais da teoria pragmática é descrever como o ouvinte constrói um novo contexto para cada novo enunciado. Ainda que os falantes de uma mesma comunidade linguística partilhem a mesma língua e as mesmas capacidades inferenciais, os indivíduos tendem a uma alta idiossincrasia, o que resulta em diferentes repertórios de suposições. Mesmo que as gramáticas das línguas e as capacidades inferenciais operem de modo a estabilizem as

diferenças entre os indivíduos, a memória e as suposições armazenadas nos sistemas cognitivos de cada pessoa tende a aumentar tais diferenças.

Enquanto as gramáticas e as capacidades inferenciais tendem à estabilidade, após o período de aprendizagem, as experiências pessoais de cada indivíduo acrescentará a ele algum elemento a mais em seus repertórios de contextos potenciais. Tais contextos são abundantemente utilizados para a interpretação dos enunciados linguísticos, sobretudo porque cada novo enunciado requer informações advindas do enunciado anteriores.

A cada novo enunciado, um novo contexto interpretativo, embora permaneçam a mesma gramática e as mesmas capacidades inferenciais aplicados aos enunciados anteriores:

...uma elocução linguística se encontra geralmente cheia de ambiguidades semânticas e de ambivalências referenciais e aberta a um largo leque de interpretações figurativas. Para um comportamento não codificado não existe, por definição, nenhum leque predeterminado de informações que possa ser utilizado para a comunicação. O problema, assim, é o de escolher a hipótese certa de entre um leque indefinido de hipóteses possíveis. (SPERBER e WILSON, 1995/2001, p. 71).

Observe as seguintes exemplos:

(25)

- A. João subiu ao céu.
- B. João possui cinco grãos de feijão.
- C. João foi perseguido pelo gigante.
- D. João do Pé de Feijão foi perseguido pelo gigante.

a) Indeterminação referencial:

Qualquer João que tenha ido ao céu?

São João?

São João Batista?

Sentido metafórico:

‘Céu’ - espaço físico X vida pós morte.

‘Subir ao céu’ - ascender do chão X morrer

b) Determinação referencial dúbia:

Qualquer João que tenha cinco grãos de feijão ou o João do pé de feijão.

c) Determinação inferencial de referência:

João foi perseguido pelo gigante.

O João que é perseguido por um gigante é o João do Pé de Feijão.

O João perseguido pelo gigante é o João do Pé de Feijão.

d) Determinação referencial:

Quem foi perseguido pelo gigante foi o João do pé de feijão.

(26)

A. João é alto.

B. O gigante é baixo.

C. João e o gigante são altos.

a) Falta de especificidade semântica.

b) Complexidade da falta de especificidade semântica.

c) Relatividade da especificidade semântica.

(27)

A. João subiu pelo pé.

B. João fugiu do gigante e achou um saco.

C. João tocou a harpa do gigante.

D. O gigante viu o João do pé de feijão.

E. João viu o gigante e fugiu com sua harpa.

a) Ambiguidade lexical: pé de João X pé de feijão.



- b) Ambiguidade lexical: achou o saco de ouro X achou um saco fugir.
- c) Ambiguidade lexical: bateu o objeto X executou o instrumento
- d) Ambiguidade estrutural: João do pé de feijão X o gigante estava no pé de feijão.
- e) Ambiguidade estrutural: harpa do gigante X harpa do João.

O que se observa nas sentenças acima expostas é que a gramática não determina o sujeito ligado ao verbo, os referentes exatos dos enunciados e nem mesmo os marcadores de temporalidade. A gramática fornece os elementos de boa formação frasal e algumas importantes indicações semânticas que contribuem para a interpretação pragmática, diante de uma gama de possibilidades que as sentenças apresentam.

### **3.2 Entidades ficcionais e dêiticas**

De maneira análoga, é possível pensar o debate perpetuado pelos lógicos acerca das entidades ficcionais como o debate que os linguistas estabeleceram acerca das expressões dêiticas da linguagem. De modo mais ou menos claro, os problemas da não-especificação referencial e da co-referencição, que conforme as abstrações dos lógicos são evidenciadas no discurso ficcional, pode ser parafraseada, ou transferida para uma metalinguagem linguística, como alguma propriedade dêitica. A razão dessa aproximação é a possibilidade de se construir uma demonstração simples do modo como a referenciação e co-referenciação são pragmaticamente inferidas em estruturas linguísticas que, embora desfrutem de boa estruturação frasal, deverão ser enriquecidas até a obtenção da interpretação pragmática.

Obviamente, deve-se esclarecer que a noção de 'dêixis' também não tem sido pouco controversa nos estudos da linguagem. Lahud (1979) discorreu sobre a complexidade dos elementos dêiticos, começando por um apanhado histórico, percorrendo desde a origem do termo, passando pela gramática de Port-Royal até chegar às modernas teorias linguísticas, e fazendo, ainda, uma precisa distinção entre os modos de tratamento das dêixis nos diferentes programas linguísticos. No contexto dos estruturalistas, os dêiticos também

foram tema de grande repercussão a partir das ideias de Benveniste (1991), cujo trabalho se concentrou na descrição dos pronomes como indicadores de subjetividade. Mais recentemente, Mesquita (2013) apresentou algumas considerações sobre a possibilidade de alguma intersecção entre as teorias sobre as dêixis, pretendendo expor se as diferentes teorias compartilham ao menos algum “núcleo comum”, que pudesse servir de ponto de partida para a sua pesquisa.

Já nos limites da pragmática, foi Bar-Hillel quem primeiro discutiu a natureza dos elementos dêiticos, ou das expressões indexicais, propondo o seguinte problema:

(28)

‘eu estou aqui’ é sempre verdadeiro?

Posso dizer ‘eu não estou aqui’?

A constatação de Bar-Hillel foi a de que aparentemente ‘eu estou aqui’ será sempre verdadeiro, visto que, sempre que proferida a sentença, independente de quem enuncie ou do lugar, sempre o ‘eu’ estará ‘aqui’.

Por sua vez, Levinson (1983) introduziu a dêixis afirmando que se há um fenômeno em que se pode observar a relação entre linguagem e contexto, tal fenômeno é a dêixis. A origem do termo remonta ao grego e tem por significado o ato de ‘apontar’ ou ‘indicar’, tendo como principais protótipos o uso dos demonstrativos, dos pronomes, do tempo verbal, dos advérbios de tempo e lugar (agora, depois, aqui, lá), entre outra série de fenômenos gramaticais correlacionados às circunstâncias enunciativas. A dêixis constitui, portanto, a maneira pelas quais a linguagem gramaticaliza traços do texto enunciativo, do evento de fala e também pelo modo como a interpretação dos enunciados se relaciona em dependência do contexto da enunciação.

Pronomes como ‘este’ ou ‘aquilo’ não nomeiam e nem fazem referência a nenhuma entidade específica em todas as suas formas de uso, funcionando como uma variável para alguma entidade que será especificada pelo contexto, talvez por meio de um gesto, de alguma sentença proferida anterior ou posteriormente ou de alguma informação contextual. Invocando o trabalho de Lyons (1977), Levinson enfatizou que a dêixis deve servir de lembrete de que

as línguas naturais servem primeiramente para interação face-a-face, o que impõe limites à teorização que pretenda não levar isso em conta.

Levinson destacou, ainda, que como a dêixis se difunde nas línguas naturais de maneira multifacetada e gramaticalizada, torna-se difícil não pensar nela como um fenômeno semântico, se pensarmos que a semântica incluiria todos os aspectos convencionais do significado. Porém, de outro ponto de vista, a dêixis compõe um objeto de estudo da pragmática justamente por dizer respeito aos aspectos do significado linguístico que não podem ser capturados no âmbito da semântica de condições de verdade. Em uma análise verifuncional, o conteúdo semântico de:

(29) George Orwell é o autor de A Revolução dos Bichos.

Deverá ser equivalente às condições sob as quais um autor conhecido como George Orwell seja idêntico ao autor de A Revolução dos Bichos, independente das condições de produção dos enunciados. Ao contrário, se a sentença proferida for:

(30)

a) Ele é o autor de A Revolução dos Bichos

Ou

b) George Orwell é o autor daquele livro

c) Era um dia frio e ensolarado de abril (1984)

Não é possível a extração do valor de verdade da sentença sem a informação prévia de quem é o autor, no caso de 'b', ou qual é o livro, no caso de 'c'. Nos casos de 'b' e 'c', expressões dêíticas, os valores de verdade estão sujeitos às informações diretamente relacionadas ao contexto em que os enunciados são empregados.

A importância das dêixis para a interpretação dos enunciados tende a ser ressaltada quando de sua ausência. Por exemplo, considere as seguintes sentenças:

(31)

a) yet all this proved of no signification to Friday. (tudo isso o que?)

No entanto, tudo isto provou não ter significado para Sexta-feira.

b) This practice caused great admiration in my man Friday (qual prática?)

Esta prática causou grande admiração no meu criado Sexta-Feira

c) I must give Friday this good word. (que/qual boa palavra?)

Devo dar a Sexta-feira desta boa palavra.

d) for after some time Friday began to talk pretty well (quanto tempo?)

depois de algum tempo, Sexta-feira começou a falar muito bem.

e) This question made Friday to smile (qual questão?)

Essa questão fez Sexta-feira sorrir.

(Extraídos de Robinson Crusoe, de Defoe)

Levinson comentou a tentativa de tratamento das dêixis no interior do programa lógico, explicando que dois objetivos foram traçados: a) primeiramente, se deveria verificar a possibilidade de que todas as expressões indiciais fossem reduzidas a alguma expressão primária; b) verificar se o caráter pragmático dos indiciais poderia ser reduzido a alguma linguagem artificial livre de contexto.

Levinson concebeu, contudo, que, em oposição à perspectiva lógica, do ponto de vista linguístico, o objetivo de tratar a dêixis independentemente do contexto sem a perda do significado não passa de uma “miragem filosófica”, uma vez que a tarefa linguística é justamente capturar como os indiciais são empregados em sistemas de uso. Assim, havendo o interesse de serem ampliados os esquemas lógicos para a análise das expressões indiciais, o programa semântico deveria ser ampliado até que pudesse trata-las em dependência contextual.

A solução adotada no campo semântico para a relativização da interpretação dos indiciais foi a de se conceber uma proposição como uma função de mundos possíveis para valores de verdade. Assim, uma proposição

corresponderia a uma atribuição abstrata do valor 'verdadeiro' (V), sse correspondesse ao estado de coisas que descreve corretamente. De outro modo, a maneira de adequação de uma expressão ao contexto passou a ser definir uma proposição como uma função de mundos possíveis que acomodem algum contexto em que a proposição seja verdadeira.

Deste modo, um contexto passou a ser caracterizado como um 'conjunto de índices pragmáticos': o falante, o ouvinte, o tempo da enunciação, o local da enunciação, objetos indiciados, etc. As sentenças podem, assim, expressar diferentes proposições em diferentes situações de uso.

Ainda no interior das abordagens filosóficas, observou-se a distinção entre os usos das descrições definidas, como no exemplo do determinando 'o':

(32)

- a) O homem que decifra o enigma da esfinge é Édipo.
- b) O homem que decifrar o enigma da esfinge se tornará rei de Tebas.

Enquanto a) possui um uso referencial descritivo, já que a sentença apresenta Édipo como o homem que decifra o enigma, b) expressa um uso referencial atributivo, não descrevendo nenhum indivíduo específico, mas qualquer homem que eventualmente decifre o enigma. Tais casos são potencialmente mais ambíguos na enunciação:

(33)

- a) O homem bebendo água é uma estátua de Baco.
- b) O homem que bebeu todo esse vinho ganhará uma estátua de Baco.

Enquanto em a) a referência pode estar correta (Baco), a descrição pode estar equivocada, já que o homem, como de se esperar, estaria bebendo vinho, ao invés de água; em b) a descrição equivocada pode recair sobre qual o homem que bebeu todo o vinho, já que não está especificado o referente, restando ao falante a tarefa de atribuir mentalmente quem seria o determinante.

Tal análise linguística possibilitou a aproximação da análise das descrições definidas às expressões dêiticas, que requerem o apontamento do falante:

- (34) Aquele homem que bebeu o vinho ganhará uma estátua de Baco.

Ao expor que a referência definida pode ser analisada tanto em termos de referência semântica ou na referência do falante, essa análise demonstra que o contexto é elementar para a interpretação. Então a pragmática é necessária para a resolução das dêixis e da formação proposicional.

Mas, afinal, qual a necessidade de serem observados os dêiticos em se tratando de discurso ficcional? Há ao menos três razões que podem ser apontadas. Primeiramente, e mais uma vez, as categorias dêiticas parecem corresponder de maneira muito próxima a clássica problemática da referenciação apontada pelos lógicos: o discurso ficcional faz referência a quem, onde e quando?; em segundo, porque a construção do discurso se dá massivamente pelos elementos de retomada referencial, compostos basicamente pelos dêiticos, visto que seria excessivamente maçante a construção de um discurso, ficcional ou não, com a constante introdução do referente, ao invés da co-referenciação dada pelos elementos dêiticos; e por último, uma razão para se considerar tanto os aspectos de indeterminação referencial quanto o de co-referenciação é que eles tem sido submetidos a tratamentos semelhantes dentro da metodologia pragmática, sendo ambos discutidos em termos de atribuição inferencial e de construção inferencial de referência, em termos de uma competência cognitiva e não linguística propriamente.

Para uma maior compreensão vejamos, a partir de Lyons (1968; 1977), como Levinson apresenta as principais categorias das dêixis: ‘pessoa’, ‘lugar’ e ‘tempo’.

A dêixis de pessoa – codifica os participantes nas ocorrências dos enunciados: a primeira pessoa codifica o falante quando referência a si próprio. A segunda pessoa codifica a referência que o falante faz ao ouvinte. A terceira pessoa codifica a referência que o falante faz a pessoas e entidades que não participam do evento da enunciação. Entre as principais dêixis de pessoa estão

os pronomes. Levinson admite que embora a dêixis de pessoa seja projetada diretamente nas categorias gramaticais de pessoa, é possível reivindicar a estrutura pragmática em que se analisa o papel dos participantes e de que modo eles são gramaticalizados em diferentes línguas. Por exemplo, um falante pode ser diferente da fonte de enunciação (ao repetir um enunciado dito por outra pessoa), o ouvinte pode ser diferente da pessoa a quem se endereça uma enunciação (quando se comunica ao ouvinte um enunciado que se pretende dizer a outra pessoa), etc. Na dêixis de pessoa, as categorias gramaticais apresentam como sistemas pronominais mais evidentes a primeira, segunda e terceira pessoa, de modo que: a primeira pessoa inclui o falante (+F), a segunda pessoa inclui o ouvinte (+O) e a terceira pessoa exclui o falante e o destinatário (-F, -O).

A dêixis de lugar – codifica as localizações de espaço em relação aos participantes dos eventos enunciativos, se manifestando na figura dos demonstrativos, como ‘este’ ou ‘aquele’, e dos advérbios dêíticos de lugar, como ‘aqui’ e ‘ali’.

A dêixis de tempo – codifica as situações temporais dos enunciados, sendo comumente gramaticalizada nos advérbios dêíticos de tempo, como ‘hoje’, ‘ontem’, ‘agora’, e no tempo verbal.

De modo geral, a dêixis é descrita como um fenômeno egocêntrico, sendo ancoradas nas pessoas, lugares e tempos que constituem o núcleo dêítico: a) a pessoa central é o falante; b) o tempo central é o momento em que o falante produz o enunciado; c) o local central é aquele em que o falante se encontra no momento da enunciação. Há evidências corriqueiras de que essas ocorrências podem variar, mas a predominância do fator egocêntrico no emprego das dêixis indica que ela se constitui em razão do uso face-a-face da linguagem.

Outra característica dos dêíticos é que eles podem ser classificados em ‘uso gestual’ e ‘uso simbólico’. O uso gestual é interpretado em termos de referência a algo passível de monitoramento do evento discursivo, seja por via auditiva, visual ou tátil. Os pronomes demonstrativos são exemplos de gestos monitorados via contexto:

(35)

- a) Este romance do Machado é ótimo, mas aquele é horrível.
- b) Ele é o maior escritor da língua portuguesa.

Se aceitos os exemplos construídos acima, bem como a caracterização pragmática da interpretação, haja visto os diferentes tipos de interpretações dúbias que poderiam ser geradas pela indeterminação dos referentes, talvez se possa conjecturar a respeito de alguma forma de processamento interpretativo subjacente. Como poderia ser explicado o processamento cognitivo que vai tomar amostras linguísticas, como as expostas acima, em forma de *inputs*, e torná-las em algumas espécies de diferentes conteúdos interpretativos?

Como se pretende expor abaixo, as descrições tanto da natureza desses elementos linguísticos, quanto dos elementos lógicos que sustentam a estruturação linguística e, por consequência, a comunicação linguística, podem ser agora expressos num procedimento interpretativo de atribuição inferencial.

### 3.3 Das formas lógicas e dos efeitos cognitivos

Em um dos trabalhos de maior destaque acerca de como o programa relevantista pode auxiliar na pesquisa dos usos figurativos da linguagem, Pilkington (1994) explorou a ideia de que a prioridade da pragmática deve ser o estudo dos efeitos que os usos figurativos evocam. De saída, a pragmática tem como tarefa a construção de uma resposta teórica adequada para a questão de como os pensamentos figurativos são comunicados. A pesquisa deverá desenvolver, portanto, um melhor entendimento dos processos da comunicação linguística para que por meio dele sejam compreendidos também os efeitos comunicativos.

Para que se entenda a comunicação linguística, dentre os diversos repertórios de teorias linguísticas, assumamos uma vez mais que as línguas naturais constituem códigos estruturados através de uma gramática recursiva, cuja composição se dá por pares fonéticos e semânticos. Assumamos também que os modelos que vem obtendo maior êxito para a descrição das línguas humanas são aqueles que consideram a gramática como necessária, porém



não suficiente para a compreensão do êxito comunicativo dos enunciados linguísticos. Sob essa compreensão, a gramática servirá como o mecanismo de ligação entre as representações fonéticas e as representações semânticas.

Uma intenção informativa de um falante direcionada para um ouvinte em uma troca comunicativa pode ser compreendida como uma intenção de causar diretamente uma modificação no ambiente cognitivo do ouvinte, ao invés de uma alteração direta em seus pensamentos. Os efeitos cognitivos de uma modificação no ambiente cognitivo não são controláveis, senão apenas em parte. Por isso, um processo comunicativo ocorre de modo que os falantes e ouvintes procedem a partir daquilo que é minimamente controlável, isto é, seu ambiente cognitivo, e não a partir da ação direta sobre os pensamentos uns dos outros.

A competência linguística dos falantes lhes permite selecionar intuitivamente as sentenças do repertório gramatical de sua língua materna, enquanto sua competência pragmática o fará proceder por reconhecimento intencional, a fim de resolver a abundância de elementos linguísticos fragmentários, de ambiguidades, de indeterminações referenciais e das vagezas manifestas nos enunciados. Enquanto a gramática trabalha para a extração das propriedades puramente linguísticas, o mecanismo pragmático trabalha com os mecanismos de inferência, para a resolução das propriedades não linguísticas que ultrapassam as representações semânticas descritíveis, tais como o momento, o local e os referentes dos enunciados. A riqueza estrutural e lexical das línguas humanas será como que filtrada pelos processos inferenciais, que deverão abstrair das sentenças os atributos semânticos em conjunto com as informações contextualmente disponíveis.

Para que a comunicação seja possível, além de uma competência gramatical e da competência inferencial, os falantes possuem em seus sistemas de representações conceituais propriedades lógicas, *forma lógica*, cuja função é a de reger a boa formação de constituintes estruturados. A forma lógica é responsável pela preservação dos valores de verdade de uma sentença, de modo em que uma dedução derivada da representação verdadeira P dá origem a uma representação verdadeira Q.

Para que uma representação seja processada logicamente é necessário apenas que ela esteja bem formada, sendo o critério de boa formação da

representação lógica a sua completude semântica, ou seja, o seu conteúdo proposicional, que permite à sentença sua verificação como verdadeira ou falsa diante de um estado de coisas no mundo real ou em mundos possíveis.

Assim, conforme a o modelo da Teoria da Relevância, a matéria prima dos trabalhos produzidos no interior da lógica semântica, isto é, os critérios para a obtenção da verdade semântica, serão concebidos sob a noção das formas lógicas. Portanto, a boa formação de uma sentença repousa sobre sua forma lógica, ou conteúdo proposicional, como regra para a extração de informações do tipo sim (S) ou não (N).

Quando uma sentença se manifesta em forma de um enunciado semanticamente completo, diz-se que ele produz uma ‘comunicação forte’. Ao contrário, quando uma sentença se manifestar em modo de um enunciado semanticamente incompleto, diremos que ele produz uma ‘comunicação fraca’. O que se pretende revelar é que no quadro da Teoria da Relevância, o discurso ficcional se caracteriza como um fenômeno de comunicação fraca, sobretudo pelo permanente processo de demandas inferenciais, requeridas para a interpretação. Além das formas lógicas, serão apresentadas também as formas semânticas, que se distinguem por comporem de modo semanticamente saturado. Com essas noções, pretende-se demonstrar a interação entre fenômenos linguísticos e cognitivos, explicitando a razão por qual o discurso ficcional é mais bem compreendido em termos de uma pragmática linguística inferencialista.

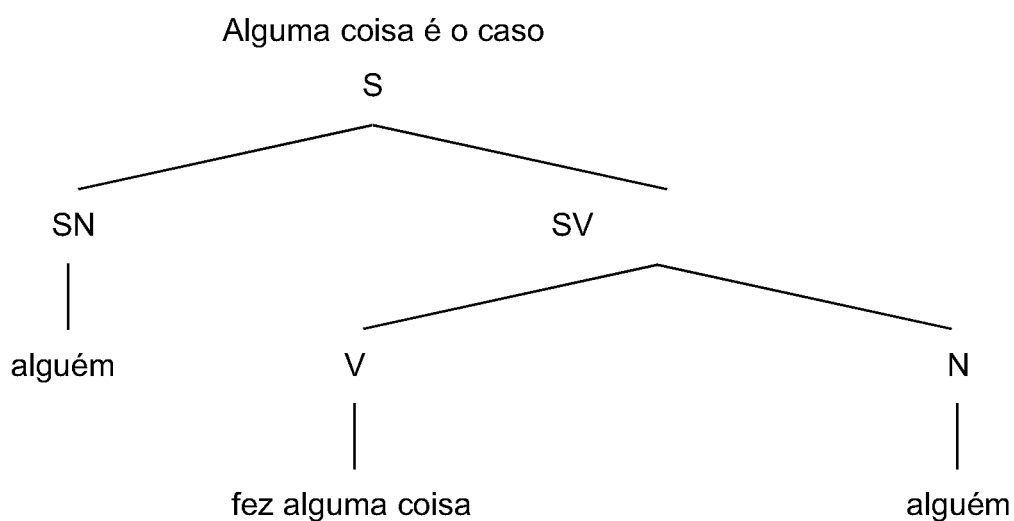
Em termos da teoria modular de Fodor (1983), pode-se entender que existam dois mecanismos cognitivos envolvidos na identificação da forma proposicional, um módulo de entradas linguísticas e uma capacidade inferencial central. Em ‘linguistic form and relevance’, Sperber e Wilson (1993) explicitaram a interpretação de um enunciado como um processo de duas fases. Uma primeira fase de decodificação modular que fornece um *input* para uma fase inferencial, em que uma forma lógica linguisticamente codificada é contextualmente enriquecida e usada para construir uma hipótese sobre a intenção informativa do falante.

A forma lógica é a propriedade lógica de uma representação mental e é em função da forma lógica que as representações mentais podem ser avaliadas em termos de contradição ou de implicação com as demais

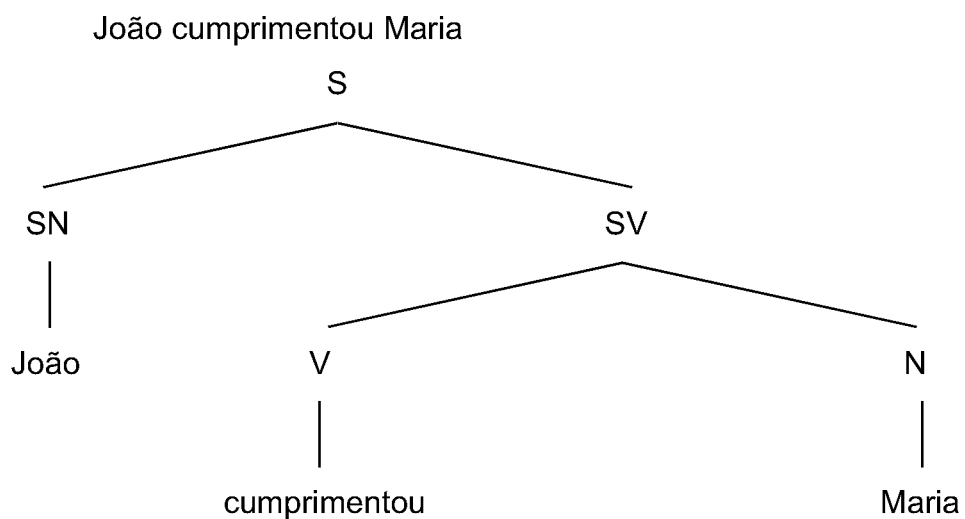
representações. Uma forma lógica é considerada, portanto, uma regra de boa formação que se caracteriza por um conjunto estruturado de constituintes, sendo essencial para a preservação de verdade de uma representação:

(36) João cumprimentou Maria

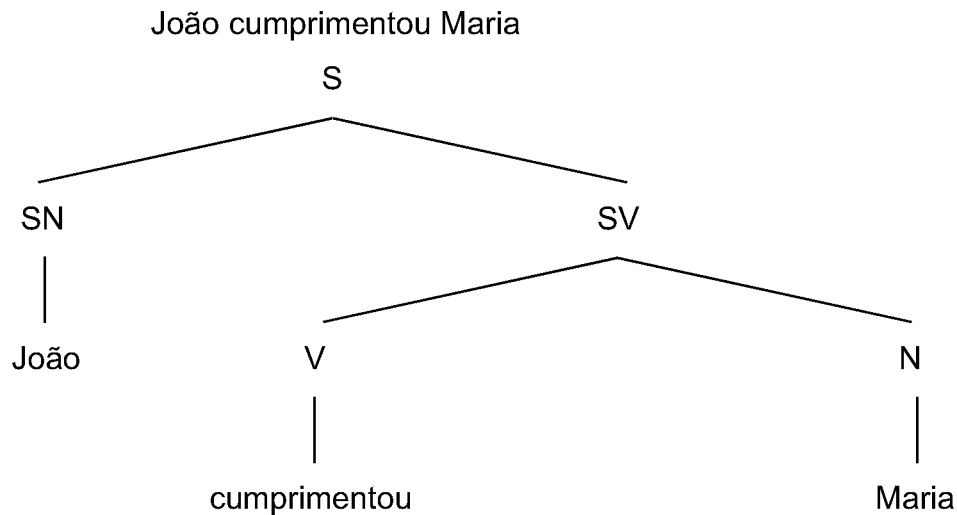
a) Forma lógica



b) Forma semântica



- c) Forma proposicional = forma lógica + forma semântica + inferência pragmática:



- 1) João cumprimentou Maria
- 2) X fez a Y em t1 em l1
- 3) João cumprimentou Maria às 10 horas da manhã do dia 5 de janeiro de 2017 na Universidade Federal do Paraná

Os exemplos acima demonstram que nem toda a informação linguisticamente comunicada é linguisticamente codificada. Uma interpretação é codificada quando ela está estipulada na gramática. Um enunciado manifesta uma variedade de assunções, que recaem sobre o ouvinte, que decide o que é relevante para ele. Isto porque um único enunciado pode conter diferentes explicaturas, que são construídas pelo enriquecimento de uma forma lógica linguisticamente codificada até o ponto em que ela expresse uma determinada proposição.

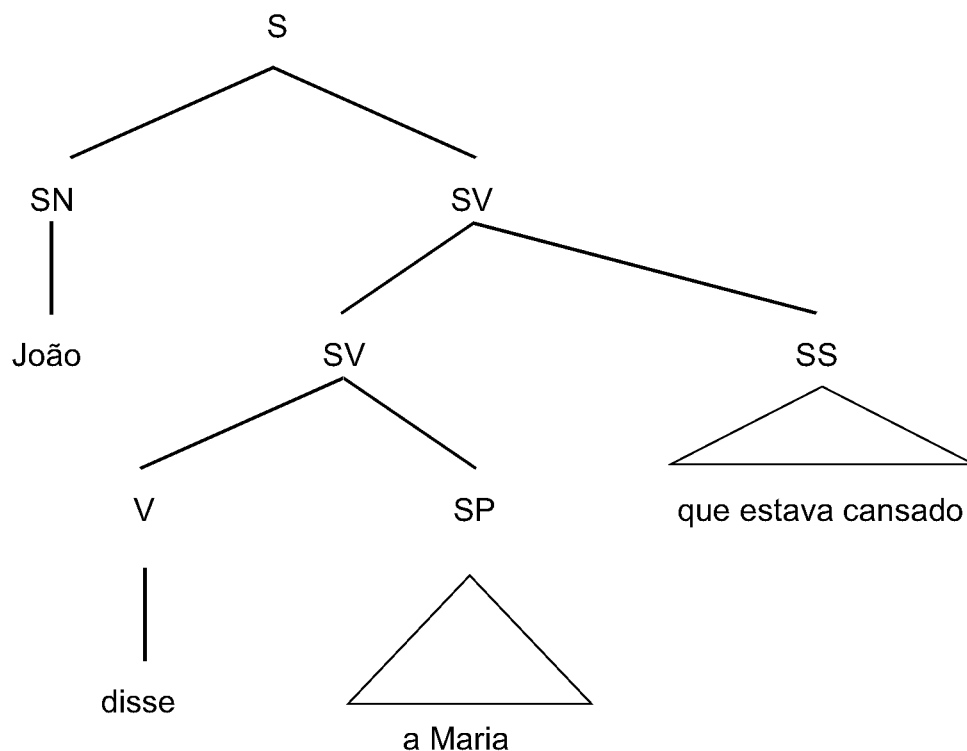
Seguindo o Princípio de Relevância, o ouvinte tenderá a uma interpretação em que os efeitos busquem o menor esforço e maior ganho

cognitivo. Assim, embora a forma lógica de um enunciado seja obtida a partir da decodificação linguística, o conteúdo proposicional desse mesmo enunciado será obtido a partir do enriquecimento inferencial. Portanto, é a forma proposicional do enunciado, e não a sua forma lógica, que irá determinar a proposição expressa.

No processo de interpretação, um enunciado passa por diferentes níveis de representação, as representações fonéticas, sintáticas e conceituais. Esta última, a representação conceitual, difere em dois aspectos das representações fonéticas e sintáticas. Primeiramente, as representações conceituais possuem propriedades lógicas que exercem relações de ligação ou contradição, podendo atuar como entrada para regras de inferência lógica. Em segundo, elas possuem as propriedades das condicionais da verdade, o que permite a descrição ou caracterização de um estado de coisas.

(37)

João disse a Maria que estava cansado



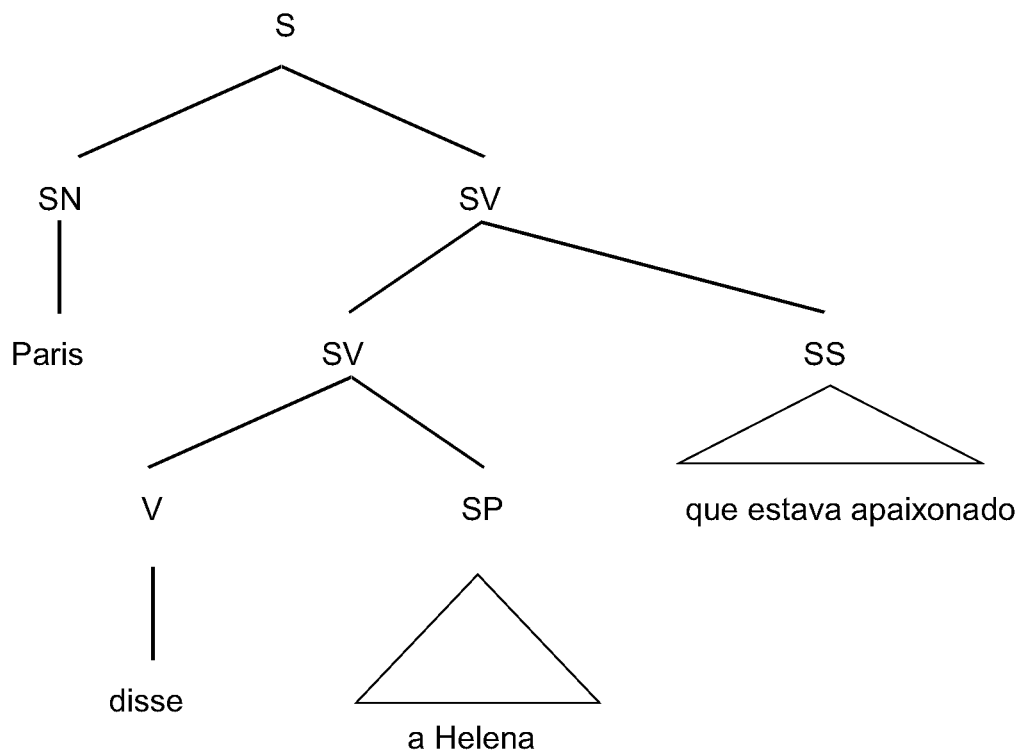
- 4) João disse a Maria que estava cansado.
- 5) X contou a Y em t1 que estava cansado em t2
- 6) João contou a Maria às 10 horas da manhã do dia 5 de janeiro de 2017 que estava cansado às 9 horas da manhã do dia 5 de janeiro de 2017.

Em que 4) é um enunciado estruturado de modo semelhante a abstração da forma lógica de 5), mas que recebe a forma totalmente proposicional de 6) por um processo inferencial de atribuição de referência. Tanto a forma lógica 5) quanto a forma proposicional 6) são conceituais. Mas, enquanto a primeira recuperada puramente por decodificação, a segunda é construída pela combinação de codificação e inferência.

Aplicando a lógica acima no discurso ficcional, pode-se observar que ele não possui também uma natureza de alto custo de processamento inferencial:

(38)

Paris disse a Helena que estava apaixonado.



- 1) Paris disse a Helena que estava apaixonado.
- 2) X contou a Y em t1 que X estava apaixonado em t2
- 3) Paris contou a Helena que estava apaixonado – que horas de que qual dia em qual lugar?

No exemplo acima, como é possível que um ouvinte/leitor retome alguma informação contextual que sirva de premissa para a inferência do tempo ou do lugar em que ocorre o evento narrativo? Na ausência de evidências suficientes para a interpretação, não resta outro procedimento senão o da atribuição de inferência não demonstrativa, que é caracterizada pela não observação de alguma premissa que sustente a derivação lógica.

Se interrogado acerca de alguma informação que sustente a interpretação da hora e do local do evento narrativo, por um caminho de relevância, o ouvinte/leitor pode desconsiderar a necessidade de inferir o tempo e o local, se eles não propiciam nenhum efeito contextual para a interpretação. Contudo, se tais informações são requeridas para o contexto interpretativo, o máximo que o ouvinte poderá fornecer será aquela que ele mesmo atribuiu, isto é, alguma suposição.

### **3.4 Das suposições e dos efeitos afetivos**

Sperber e Wilson (1995) propuseram que as formas lógicas incompletas desempenham um importante papel na cognição por sua capacidade de armazenamento na memória conceitual como esquemas de suposições. As formas lógicas incompletas servem como esquemas de suposições que devem ser completadas até obterem significado completo com base nas evidências contextuais. O sentido de uma frase de uma língua natural quando proferida, um enunciado, será automaticamente decodificado pelo sistema de entrada de dados linguísticos, resultando em sua forma lógica, ou um conjunto de formas lógicas, nos casos de sentenças ambíguas, que acabam por ser completadas

pelo ouvinte até obterem a forma proposicional completa que o falante tencionava comunicar.

A formas lógicas e as formas proposicionais das suposições possuem constituintes menores sensíveis às regras de dedução. Tais constituintes são denominados ‘conceitos’, logo, uma suposição é um conjunto estruturado de conceitos. Os conceitos são entidades psicologicamente abstratas, que possuem uma dupla função: primeiramente eles constituem algo como uma etiqueta, um endereço registrado na memória, de qual podem ser recuperadas informações; em segundo, um conceito desempenha a função de constituinte de uma forma lógica, permanecendo sensíveis às regras dedutivas.

As informações armazenadas na memória conceitual são divididas em três distintos tipos, a entrada lógica, a entrada enciclopédica e a entrada lexical. A *entrada lógica* é o conjunto de regras de dedução aplicadas às formas lógicas das quais o conceito é um constituinte. A *entrada enciclopédica* contém informações sobre a extensão e/ou denotação do conceito, como os objetos, acontecimento e propriedades que ele representa. A *entrada lexical* contém as informações sobre aquilo que concerne à linguagem natural, ou seja, a palavra ou expressão da linguagem que o exprime. Em resumo:

- Entrada lógica: conjuntos de regras dedutivas; operações formais aplicadas a formas lógicas.
- Entradas enciclopédicas: conjuntos de suposições; representações com formas lógicas.
- Entradas lexicais: representações com formas linguísticas.

Assim, enquanto as formas lógicas não proposicionais trabalham nos estágios intermediários do processamento de informações, aqueles que exigem a completude proposicional da parte do ouvinte, as formas proposicionais completas são as únicas que podem representar estados de coisas como



formas definidas, constituindo o conhecimento enciclopédico do indivíduo e, portanto, a sua representação total do mundo.

A mente constrói e armazena as formas lógicas de diferentes maneiras, podendo constituir diferentes atitudes proposicionais, diferentes representações e diferentes descrições do estado de coisas e de volição:

- i) Acredito que P.
- ii) Desejo que P.
- iii) Duvido que P.

Uma vez que exista o armazenamento básico de memórias, qualquer representação poderá ser tratada pela mente como uma descrição verdadeira do mundo real. Isso pode significar que a arquitetura da mente possui sistemas de atitude proposicionais e de crenças pré-instalados. Consequentemente, uma representação pode ser processada como uma suposição, sem necessariamente ser uma suposição expressamente factual:

(39)

- i) Sherlock Holmes vive na rua Baker
- ii) Acredito que Sherlock seja um personagem fictício
- iii) Suponho que a rua Baker exista.

Quando as suposições elementares coincidem com descrições verdadeiras do estado de coisas do mundo, como parece ser o caso dos exemplos acima, as consideraremos uma *suposição factual*. Assim, pode-se conceber que uma representação do mundo é um armazém de suposições, algumas factuais outras expressando atitudes proposicionais. As suposições factuais constituem por definição as inferências não demonstrativas, uma vez que expressam um novo conhecimento de mundo obtido pela combinação de uma nova suposição com as demais suposições já armazenadas. Resultado: aos serem submetidas aos processos inferenciais, as suposições modificam e aperfeiçoam a representação total do mundo do indivíduo.

Uma suposição pode ser pensada como mais ou menos provavelmente verdadeira, sendo intuitivamente tratada com maior ou menor confiança. As suposições que inspiram maior confiança são as mais provavelmente verdadeiras, o que faz com que nossas representações de mundo dependam não apenas de nossas próprias suposições como também do grau de confiança que depositamos nelas. O grau de confiança depositado em nossas suposições é também um dos aspectos de aperfeiçoamento de nossas representações de mundo, sendo esta a razão de nossas suposições estarem submetidas ao mecanismo dedutivo:

- a) Se P, então Q.
- b) Se não P, então, não Q.
- c) Se Q, então Q porque P.

Com os esquemas de suposição submetidos ao mecanismo dedutivo, uma das ideias chaves que a Teoria da Relevância fornece para o estudo da interpretação do discurso ficcional repousa, portanto, na evidência de que a formação das suposições estará reiteradamente submetida a uma suposição anterior para a sua derivação. Seguindo a regra de dedução como uma computação aplicada às suposições em função de suas formas lógicas, a constituindo uma relação sintática irá gerar uma implicação lógica:

(40)

- a) Bentinho é ciumento.
- Se P - Bentinho é casado com Capitu.
- Q - Bentinho tem ciúmes de Capitu.

Um problema identificado por Sperber e Wilson é que geralmente os sistemas lógicos, tal como descritos pelos lógicos, permitem uma infinidade de conclusões diferentes na derivação das mesmas premissas:

- b) Bentinho desconfia de Capitu.

Se P - O filho de Bentinho é idêntico ao seu amigo Escobar.

Q - Bentinho desconfia que Capitu o traiu com Escobar.

c) Bentinho desconfia que Capitu o traiu com Escobar

Se P - Bentinho é ciumento.

Q - Bentinho não foi traído por Capitu.

Deste modo, qual seria a garantia de que um ouvinte/leitor pode inferir exatamente as conclusões pretendidas pela pessoa falante/escritor? Novamente, a resposta pode não parecer muito animadora para alguém que deseje uma descrição da inferenciação humana em termos exatos equivalentes às inferências lógicas. Parece que a inferência não-demonstrativa é novamente o procedimento padrão pelo qual opera a cognição:

O modelo de comunicação inferencial e a noção de relevância que nos encontramos a desenvolver não estão ligados a qualquer forma particular de inferência. Supomos, por exemplo, que os processos prolongados e altamente cuidados utilizados na interpretação textual em que se empenham os estudiosos literários ou religiosos são tão regidos pelo princípio de relevância como é a compreensão espontânea das elocuições. No entanto, queremos neste livro focar esta última. A inferência espontânea desempenha um papel até mesmo nas interpretações eruditas, embora o raciocínio do estudioso seja um esforço humano um tanto excepcional, até mesmo para os estudiosos. O estudo das inferências espontâneas é portanto um requisito prévio necessário para um investigação apropriada a todas as formas de inferência humana, incluindo a da comunicação inferencial (SPERBER e WILSON, 1995/2002, p. 129).

Frente ao ceticismo que pode se abater do ponto de vista estritamente lógico acerca de qual seria, então, a validade de um mecanismo lógico para a inferência comunicativa humana, deve-se esclarecer a diferença de objetivos. Para os lógicos, a possibilidade de os humanos terem fixadas as regras de dedução como parte integrante de seus componentes mentais é pouco interessante, considerando que seu interesse está orientado para a descoberta e o desenvolvimento de sistemas dedutivos gerais, não importando se são

psicologicamente plausíveis ou não. Porém, do ponto de vista da psicologia cognitiva (FODOR, 1983) e para a pragmática (SPERBER e WILSON, 1995), os mecanismos dedutivos que compõe a arquitetura mental é central.

Como expuserem Sperber e Wilson, qualquer organismo capacitado a representar o mundo em termos conceituais, ou seja, por um conjunto de suposições, possuir um sistema dedutivo é de grande vantagem devido ao efeito de economia de armazenamento. Ao possuir um sistema dedutivo que opere sobre os conjuntos de deduções, o organismo não precisará armazenar todos os conjuntos possíveis de suposições, mas apenas avaliar cada nova entrada. Além da vantagem de armazenamento, o mecanismo dedutivo também opera para a correção e aperfeiçoamento de novas suposições e, por fim, para garantir a correção e a atualização de sua representação total de mundo, ao serem reveladas inexatidões em quaisquer das suposições anteriormente armazenadas.

Essas afirmações teóricas sobre a cognição oferecem uma descrição central para o estudo do armazenamento dos diversos repertórios do discurso ficcional. Elas explicam, por exemplo, o porquê de a interpretação ficcional não constituir um alto nível de estocagem de informações, mas de contínuo processamento mental, em que informações são constantemente acessadas, avaliadas e, em seguida, descartadas ou armazenadas a fim de fornecerem algum efeito contextual para uma próxima informação.

### **3.5 Da geração e processamento discursivo**

Até aqui, tem sido desenvolvida uma análise sem qualquer tentativa de definição do que viria a constituir o discurso ficcional. Por suposto, um objeto de investigação costuma ter sua delimitação e definição introduzida nos primeiros parágrafos do trabalho que é a ele dedicado. Ao menos costuma ser a orientação padrão dos manuais de redação científica.

Contudo, o modo como se pretendeu construir o objeto de pesquisa no interior deste trabalho foge à prescrição da redação científica por uma razão elementar: o próprio objeto ficcional tem fugido ao alcance das prescrições científicas. Assim, o escopo de se propor uma discussão sobre a natureza do

discurso ficcional, ao menos como entendido nesta investigação, não supunha uma definição *ad-hoc* sobre o objeto, um ponto de partida para a sua investigação, mas, sim, uma tentativa de chegada a uma definição mais ou menos aceitável a respeito daquilo que viria a compor alguma natureza do discurso de ficção.

Por isso, o discurso ficcional até aqui foi tratado conforme a metodologia mais elementar tanto na tradição linguística, quanto na tradição lógica, isto é, a análise no nível da sentença. Embora a tradição tenha consagrado o tratamento do discurso ficcional como uma investigação de entidades que fazem parte de um discurso, ao invés da natureza gerativa de tal discurso, talvez estejamos em condições de esboçar alguma noção, ainda que rudimentar, do que viria a ser tal natureza.

De maneira predominante, os estudiosos da linguagem têm desenvolvido seus trabalhos, teóricos e empíricos, aplicando suas análises até o nível sintático. Desde a tradição clássica, tanto a lógica quanto a linguística partilham a tarefa comum de se debruçarem atentamente aos elementos discretos da linguagem, que se estendem até ao nível das sentenças, sendo que, geralmente, quando uma análise extrapola o limite da sentença, ela se propõe como a análise de um conjunto de sentenças.

Assim, quando é mantida a tradição de se empregar a terminologia *discurso ficcional*, de modo algum se está propondo a investigação daquilo que comporia um **discurso ficcional**, num sentido amplo e holístico que o discurso evoca, mas, sim, aquilo que comporia o *discurso **ficcional***, com a ênfase recaindo sobre como uma sentença/proposição/enunciado extraída de um universo discursivo ficcional pode ser acomodada em um modelo interpretativo.

De modo mais claro, conforme a tradição que aproxima os linguistas e os lógicos no entorno do fenômeno ficcional, a investigação está limitada ao nível das sentenças porque estas entidades teóricas têm gozado uma maior fortuna de sistematizações e de consenso por parte da comunidade acadêmica. Portando, ao contrário de qualquer pensamento mais sofisticado, quando se emprega a terminologia *discurso ficcional*, como se tem feito até aqui, não se pretendia tocar o objeto de pesquisa esboçado pelos linguistas do texto (KAMP e REYLE, 1993; SILVEIRA e FELTES, 1999; KOCH, 2009), pelos

analistas do discurso (PÊCHEUX, 1995; FOUCAULT, 1996; MAINGUENEAU, 2005) ou pelos cientistas sociais (GEERTZ, 1973; BOURDIEU, 1996), dedicados a fenômenos notoriamente bem mais complexos.

De que modo, portanto, poderia ser caracterizado o discurso ficcional no paradigma relevantista? Como adequar o modelo interpretativo inferencialista que tem sido proposto a uma dimensão maior, que comporte, para além do nível da análise dos enunciados, o nível dos conjuntos de enunciados?

Um tratamento da pragmática relevantista foi proposto por Saussure (2007), que discutiu algumas diferentes visões da noção de 'discurso', comentando sobre como o termo é de maneira informal utilizado de maneira equivalente à comunicação verbal, divergindo apenas no fato de que enquanto a comunicação é vista como fluída, o discurso é visto como um conjunto estruturado de frases e expressões, embora possam também ser vistos de maneiras muito diversas.

Segundo Saussure, os discursos têm merecido receber descrição científica, até mesmo para atender às demandas que se estendem desde a antiguidade até a gramática de Port-Royal, chegando aos limites das teorias contemporâneas da argumentação. Também para cooperar com o desenvolvimento de outras disciplinas relacionadas à linguagem, como a sociolinguística, psicologia social da linguagem, além dos estudos de literatura e a análise do discurso crítica.

Para tanto, conforme a tradição racionalista, Saussure considerou que um posicionamento sábio seria aquele em que um modelo teórico apresenta uma imagem da realidade, ao invés da realidade em si, já que um mapa não tem de ter o tamanho real da terra (o que seria inútil), mas sim uma imagem útil, ainda que falsa, que o aproxime da representação da terra. Por isso, um bom modelo de comunicação, ou discurso, não poderia ser apresentado em forma de uma maquinaria complexa, conforme os procedimentos de um computador. Antes, um bom modelo comunicativo para o estudo do discurso deveria ser formulado com uma teoria plausível de mente humana em seu procedimento de raciocínio, conforme vem sendo evidenciado pelos cientistas cognitivos. Como já relatado, a cognição humana não compartilha o rigor da lógica canônica, mas opera corriqueiramente por meio de falácias, de inconsistências e de crenças.

Deste ponto de partida, pode-se elencar algumas formas de como se tem compreendido o discurso. Entre elas, o discurso pode ser entendido como uma entidade formal autônoma, delimitado de modo macro e externo, como um livro, um discurso ou uma narrativa. Ele também pode ser entendido como uma entidade interna a ele mesmo, formalmente determinada por seus aspectos estruturais, de coesão, de coerência e dentro de um campo próprio de enunciados e referências. Uma outra forma de se entender o discurso é aquela também proposta como um conjunto de representações organizado dentro de uma cultura ou sociedade, como nas abordagens sugeridas por Foucault, Bordieu e a tendência dialógica, iniciada com Bakhtin.

Dentre essas perspectivas, independente de qual seja a melhor maneira de se entender 'discurso, a questão central seria: estudando o discurso, é possível entender melhor a comunicação humana? Assim, para fins de trabalho, Saussure admitiu como noção de 'discurso' aquela que pode ser compreendida, de um ponto de vista técnico, como equivalente à comunicação verbal, ou, ainda, como a noção científica corrente, em que os discursos são extratos de textos ou enunciados que obedecem a princípios específicos de organização.

Portanto, o discurso deveria ser discutido dentro das teorias dedicadas à comunicação, isto é, nos limites da teoria pragmática. De maneira mais especificada, foi proposto o estudo do discurso em termos de unidade significativa. Neste sentido de 'significativo', o que se pretende observar é a correspondência entre a intenção de um falante ao informar determinada mensagem, a fim de que ela tenha seu significado especulado pelo ouvinte, por meio de suposições, inferências e a busca de um significado global, ao invés apenas do significado local das frases.

Expondo as duas tradições de destaque que disputam o domínio da pragmática, Saussure discorreu como uma abordagem conciliadora entre ambas pode ser adotada para o estudo do discurso. A primeira delas é a já comentada pragmática radical, perseguida a partir de Grice, embasada nas noções lógicas de referencialidade e delimitadas no interior das ciências cognitivas. A outra, também já mencionada, está contida na linha dos atos de fala (AUSTIN, 1962; SEARLE, 1969), interessada no comportamento linguístico e delimitada no interior do paradigma social dos estudos da linguagem. A

primeira se concentra na compreensão da teoria da linguagem, em que os fenômenos discursivos são explicados em termos semântico-pragmáticos, terminologizada por Saussure como 'botton-up'. A segunda se concentra na produção das estruturas discursivas em contextos de relações sociais, à qual Saussure chamou de 'top-down'.

A proposta, novamente, recorreu à interdisciplinaridade desenvolvida no interior da pragmática, a fim de que pudessem ser conciliadas ambas as ideias, de modo que fossem submetidos os fenômenos gerados no interior da perspective top-down a um modelo botton-up. Adotando o modelo da Relevância, e retomando um trabalho anterior (SAUSSURE, 2003), o trabalho considerou que o 'discurso' tende a ser melhor analisado não em termos de uma entidade estrutural, mas, sim, em termos de processamento, recaindo sobre a pragmática cognitiva a construção de um método de análise ampliado para o tratamento do discurso.

Essa consideração foi oriunda das controvérsias suscitadas entre os pragmaticistas cognitivos e os pragmaticistas sociais, quanto ao modo como deveria ser delimitado e investigado o discurso. Não houve consenso quanto a ideia de que discurso é um conjunto organizado de enunciados, relacionados um em relação aos outros, refletindo um conjunto organizado de pensamentos.

Para os pragmaticistas sociais, o discurso possui características próprias, independentes dos enunciados individuais. Consequentemente, o discurso constituiria algo para além da soma dos enunciados que os constitui. Em oposição, os pragmaticistas cognitivos não compartilham dessa ideia, resultando em duas distintas maneiras de se observar o discurso: ou ele constitui um objeto científico em si mesmo, contendo propriedades estruturais específicas, devendo, portanto, ser estudado como tal, ou é nada além de uma forma de controle dinâmico das representações formadas por enunciados individuais, ou até mesmo por entidades comunicativas não-linguísticas, devendo, portanto, ser estudado como um processo.

A solução proposta por Saussure para parte do problema discursivo no interior da pragmática cognitiva foi assumir a hipótese de que, para além das informações estruturais e proposicionais que atribuímos a um enunciado em contexto, deve haver algum nível mais elevado de representações. Tais representações de alto nível seriam representações discursivas.



Metodologicamente, os pragmaticistas lidam então com um conjunto finito de representações. Entre essas representações estão as representações formais, contemplados pelo nível sintático e a forma lógica, o nível proposicional ou do significado explícito, contemplado naquilo que a Relevância considera uma forma proposicional, ou, ainda, o que Grice chamou de o 'dito', além das representações dos significados implícitos, contemplados como implicaturas.

O problema que insurge dessas metodologias é que as representações discursivas podem ocorrer em forma de um conjunto organizado de enunciados ou não. Uma vez que somos capazes de atribuir pensamentos complexos aos falantes, expressáveis apenas com mais de um enunciado,

Maybe, non-demonstrative deduction is at stake during implicature recovery while semantic elaboration uses other procedures at the level of explicatures; no doubt these processes are very complex. What I am saying is that the procedures exploited in order to establish these representations do collaborate and exchange information, the whole process being controlled by a specific device, searching for relevance on the one hand, and searching for the most plausible intentional meaning attributable to the speaker on the other hand (SAUSSURE, 2007, 164).

O que sem tem como resultado, portanto, é que as 'estruturas do discurso' deixam de ser exclusivamente compreendidas como um artefato elaborado pelo analista, passando a ser compreendido como o resultado do processo de construção do 'significado'. Como os conectivos discursivos empregados pelos falantes não são diferentes daqueles utilizados na construção do significado, pode-se tentar recuperar os significados discursivos, ainda que não constituam um processo cognitivo espontâneo e automático.

Ao tratar das condições para a relevância, Sperber e Wilson (1995) propuseram que à medida que um discurso prossegue, o ouvinte recupera ou constrói certo número de suposições, que vão gradualmente se tornando em um pano de fundo em que são processadas novas informações. Enquanto novas informações são acrescentadas, novos efeitos contextuais e novas suposições tendem a surgir em função de cada ato anterior de compreensão: a

cada novo momento do discurso, o ouvinte direciona sua atenção a um diferente conjunto de suposições das quais jamais tenha processado juntas de uma só vez e que talvez jamais torne jamais as processe novamente dessa mesma maneira.

A cada novo processamento, surgem novos efeitos contextuais, sendo que a noção de efeito contextual é descrita como a própria caracterização da relevância, considerando que sem efeitos contextuais, uma dada informação tende a não ser relevante. Em um conjunto de suposições (C) em que acrescentemos uma suposição (P) de modo arbitrário não terá relevância no contexto (C). Portanto *relevância* pode ser definida de modo que:

- Uma suposição é relevante dentro de um contexto se, e apenas se, tiver algum efeito contextual nesse contexto.

A premissa acima expressa a ideia de que para ser relevante em um determinado contexto, uma suposição deve estar de alguma maneira ligada a esse contexto.

No modelo formulado por Saussure (2007) um Enunciado (E1) dentro de um discurso tem a função de preparar adequadamente a contextualização para o próximo enunciado (E2), de modo que E1 tem por função uma combinação em que atua como uma premissa contextual de E2. Portanto, se um conjunto de representações provenientes dos enunciados anteriores correspondem a uma forma P&Q, e o enunciado atual corresponde a uma proposição implícita (P&Q), então P&Q funcionam como uma premissa contextual para a conclusão do enunciado. O modelo de processamento on-line do significado do enunciado pode ser descrito como:  $S = E \ \& \ [(P\&Q) \rightarrow L]$ , em que a estruturação suportaria não apenas a noção de relevância, mas também de coerência e, por extensão, de processamento de discurso:

(41)

“By the constant application I made to the Scriptures, I read them to my man Friday”

(Pela aplicação constante que fiz às Escrituras, li-as a meu homem sexta-feira)

De modo que:

E1 = By the constant application I made to the Scriptures,

E2 = I read them to my man Friday

Logo, para interpretar:

E2 = I read them to my man Friday

É necessário:

E1 = By the constant application I made to the Scriptures,

A conclusão, portanto, é a de que o discurso compõe um conjunto ordenado de representações, que servem de input para o processamento interpretativo, um conjunto de representações correspondentes às várias intenções do falante. A natureza da hierarquia da informação transmitida pelo discurso estabelece um processo altamente pragmático, o que não pressupõe o trabalho dos linguistas em si, ou ao menos não unicamente, mas o trabalho dos cientistas cognitivos e da comunicação, que podem ajudar na compreensão de qual informação é extraída e considerada relevante pelos ouvintes, mesmo em contextos complexos, como na construção interpretativa de discursos de ficção:

(42)

A Rolo le habían gustado los licores de Delia. Mario lo supo por unas palabras de Mañara dichas al pasar cuando Delia no estaba: "Ella le hizo muchas bebidas. Pero Rolo tenía miedo por el corazón. El alcohol es malo para el corazón.

(Extraído de *Bestiário*, de Cortázar)

No esquema dedutivo da Relevância, seguindo a sequência dos enunciados, pode-se obter a seguinte derivação inferencial:

a)

Rolo gosta dos licores de Delia

(P) Rolo teme por seu coração

(I) licor possui álcool

(Q) Álcool faz mal para o coração.

Já no esquema discursivo de Saussure, não é a ordem linear, tal como expressa no exemplo acima, que vai gerar a interpretação, mas sim a retomada do enunciado anterior para a interpretação do enunciado agora introduzido, de sorte que:

(43)

O enunciado:

E3 - A Rolo le habían gustado los licores de Delia.

Toma por premissa:

E2 - Pero Rolo tenía miedo por el corazón.

Que toma por premissa:

E1 - El alcohol es malo para el corazón.

Que, pela regra P&Q, será empregada como premissa de E2, enquanto E2 e E1 serão empregadas como premissa de E3.

Processadas as premissas extraídas do extrato do discurso, o significado gerado poderá ser expresso pela seguinte paráfrase:

‘Rolo gosta dos licores de Dalia, mas, como Rolo sabe que os licores possuem álcool e que álcool faz mal ao coração, Rolo teme por seu coração’.

## 4 CONSIDERAÇÕES

Com os pretendidos esclarecimentos e após discutidas e parcialmente demonstradas algumas propriedades do que se tem considerado parte substancial da natureza do discurso ficcional, talvez seja possível algumas considerações acerca daquilo que poderia constituir também, de modo muito elementar, um pequeno modelo de processamento interpretativo para a ficção.

Inicialmente buscou-se apresentar uma problemática geral no interior das ciências contemporâneas, contemplando diferentes ramos, desde as ciências formais da significação, traspassando as ciências naturais dedicadas ao estudo humano, até chegar à dimensão social em que as diferentes manifestações do discurso ficcional são distribuídas. O argumento utilizado para justificar o modo como este trabalho seria construído foi o de que os diferentes domínios que têm se interessado pelos fenômenos ficcionais podem ser beneficiados por uma exposição linguística do tema, sobretudo no interior das ciências cognitivas, que atualmente é um campo privilegiado para o diálogo entre diferentes conhecimentos e descobertas.

De maneira crítica, comentou-se que parte dos não raros equívocos e fracassos de alguns modelos dedicados ao estudo do discurso ficcional repousam na generalizada descredibilidade que atribuem às teorias linguísticas, mesmo após consideráveis avanços obtidos em diferentes níveis subdisciplinares das teorias da linguagem.

Sobre esses avanços, buscou-se apresentar os diferentes progressos obtidos pela dedicação dos filósofos, no interior da lógica semântica. Após serem extraídas algumas de suas importantes contribuições, foram também evidenciadas algumas das limitações contidas em cada um dos diferentes modelos expostos. Seguindo o raciocínio inicialmente proposto, a dificuldade em se obter sucesso na investigação do discurso ficcional, conforme proposto no interior da lógica semântica, se dá em função da insistência em se propor o discurso ficcional em termos dos valores de verdade, que, conforme algum indicativo não muito bem estabelecido, parece encerrar um objetivo contrário àquele que motiva a própria natureza daquilo que é dito ficcional.

Em continuidade à exposição das diferentes contribuições fornecidas à investigação da ficção, também foi apresentado o debate sobre o discurso

ficcional no interior da pragmática cognitiva, tal como elaborada no modelo da Teoria da Relevância. Após avaliadas também algumas das ideias chaves fornecidas pelos pragmaticistas, tentou-se evidenciar que, embora a pragmática propusesse um critério mais eficiente do que aquele visto no de verdade semântica, o critério de relevância, ela permanecia resguardada à discussão sobre quais propriedades cognitivas estariam envolvidas com a interpretação do discurso ficcional.

Deste modo, em reação a ambos os modos de se estudar o discurso ficcional, tanto contra os lógicos da teoria semântica da verdade, quanto contra os cientistas cognitivos da comunicação/cognição, este trabalho buscou trabalhar sobre dois conjuntos alternativos de hipóteses. Primeiramente, por em causa qual seria o melhor critério explicativo para a interpretação do discurso ficcional e, em segundo, qual critério descritivo melhor o caracterizaria. Tentou-se evidenciar, contra os lógicos da semântica clássica, que ao invés de em termos de valores de verdade, o discurso ficcional é interpretado em termos de inferência pragmática, pelo critério de relevância.

De modo semelhante, mas agora também contra os cognitivistas da pragmática, tentou-se evidenciar o melhor critério para a descrição do discurso ficcional. Enquanto os semanticistas clássicos projetam o discurso ficcional como uma entidade realista – um discurso sobre entidades reais, abstratas, independentes da linguagem ou pensamento, os pragmaticistas o projetam como uma entidade conceitual – um discurso sobre as maneiras nas quais poderíamos conceber o mundo de forma diferente. Esta pesquisa, ao contrário, buscou se concentrar na natureza do discurso ficcional enquanto entidade linguística – um discurso sobre conjuntos maximais consistentes de sentenças.

Obviamente, ambos os conjuntos de hipóteses mencionados possuem suas potenciais virtudes e fragilidades e o tímido esforço deste trabalho foi o de tentar minimamente enriquecer a diversidade teórica dedicada à investigação do complexo fenômeno suscitado pelo discurso ficcional. Portanto, distante do ambicioso propósito de serem firmadas considerações finais, se propõe daqui por diante a ênfase naquilo que são algumas considerações mais gerais obtidas ao longo da composição desta pesquisa.

Com a devida abstração requerida de um trabalho que se pretenda científico, foi introduzido o discurso ficcional enquanto entidade teórica. O

objeto ficcional foi inicialmente expresso em termos de sentenças/proposições/enunciados, a fim de manter o status de objeto de estudo pertencente ao domínio de estudo da gramática, do significado e da comunicação, até, por fim, obter o caráter de uma abstração teórica denominada discurso, ou mais precisamente o discurso reconhecido como ficcional.

Da natureza dessa entidade teórica referida como discurso ficcional, aplicando os fundamentos teóricos como até aqui explorados, pode-se retomar a ideia de que as frases não codificam pensamentos, mas representações semânticas e sendo tais representações semânticas formas incompletas, elas tendem a resultar em representações fragmentárias dos pensamentos. Por isso, seguindo o modelo da Teoria da Relevância, concebeu-se a semântica das línguas naturais como um componente linguístico suficientemente fraco para codificar todos os pensamentos humanos. Portanto, as representações semânticas se tornam representações mentais geradas como resultado do processo de decodificação linguística, mas que deverão ser utilizadas como esquemas de suposições para a identificação da forma proposicional e, em seguida, da explicatura de um enunciado.

Consequentemente, no processamento do discurso ficcional, para que um ouvinte/leitor possa recuperar a explicatura de um enunciado, sua primeira tarefa é a de identificar a sua forma proposicional, e a identificação da forma proposicional correta é aquela que representa a intenção do falante/escritor. Contudo, o reconhecimento intencional não pode ser o critério final para a identificação da forma proposicional, uma vez que se o ouvinte/leitor já possuísse o conhecimento da intenção do falante não seria necessário o engajamento interpretativo para com a proposição.

Portanto, uma vez que em posse de um enunciado entendido como um estímulo ostensivo, o critério geral da cognição é o de que: a forma proposicional correta de um enunciado se torne aquela que conduza a uma interpretação compatível com o princípio de relevância. Em outras palavras, os processos envolvidos para o processamento do discurso ficcional, como nos casos da atribuição referencial, da desambiguação e do enriquecimento contextual, resultam de uma identificação experimental da forma proposicional, e se tal identificação não for compatível com o princípio de relevância, será

uma interpretação rejeitada. A cada nova tentativa, o ouvinte/leitor optará pela interpretação que envolve o menor esforço e só irá abandonar tal procedimento essa interpretação se ela resultar em alguma incompatibilidade com o princípio de relevância.

Em caso de ausência de formas lógicas, a representação não proposicional não exprime conceitos bem definidos, constituindo uma frase não verificável nem como verdadeira nem como falsa. Consequentemente, diante das massivas ocorrências de sentenças semanticamente incompletas no discurso ficcional, a codificação linguística fornece apenas uma estrutura semântica como elemento de evidência para se inferir o significado pretendido.

A contribuição que o modelo ostensivo-inferencial oferece para a comunicação linguística, ao descrever as estruturas semânticas como traços de evidências para a compreensão da uma intenção pretendida, é o de minimizar um dos principais desafios para a explicação da comunicação ficcional, isto é, a geração de seus efeitos. Tais efeitos não podem ser e caracterizados simplesmente em termos de proposições semânticas, já que é a inferência pragmática que torna explícito como os enunciados poder ser mentalmente representados, como conjuntos de suposições e como novas premissas.

Se aceitas as evidências de que tanto a comunicação implícita como a explícita demandam enriquecimento inferencial para a seleção de quais implicaturas se enquadram melhores em determinados contextos, pode-se concluir que a linguagem empregada no discurso ficcional não difere radicalmente dos demais usos criativos da linguagem. O que ocorre é que o discurso ficcional se apresenta como uma fonte de constantes *inputs* em forma de conjuntos de implicaturas fracas, que tendem a demandar um maior esforço cognitivo.

Contrariamente à comunicação obtida pelas vias da completude semântica – comunicação forte – o discurso ficcional tende a operar pelo enfraquecimento semântico – comunicação fraca – resultando em grande parte das vezes em efeitos afetivos, que requerem o compartilhamento de estados mentais ou emocionais, ao invés de efeitos cognitivos, que constituem o modo de compartilhamento de informações lógicas e da entrada de novos conhecimentos.



Na exploração do tipo de comunicação fraca que se apresenta no discurso ficcional, e seguindo o procedimento previsto pela TR, o falante/autor, por um lado, aumenta o custo de processamento da informação, mas, por outro lado, obtém do leitor um maior efeito cognitivo. Ao fornecer apenas manifestações implícitas de sua intenção, um falante/autor tende a transmitir um conjunto muito maior de informações do que poderia ser transmitido por informações explícitas. De modo paralelo, o autor está parcialmente descomprometido com os efeitos de suas expressões, recaindo sobre o ouvinte/leitor a construção do significado pretendido.

Por sua vez, ao ser confrontado com o tipo de comunicação apresentada no discurso de ficção, o ouvinte/leitor tem um papel central na construção do significado, se expondo a uma maior responsabilidade no processo de interpretação, que tenderá a ser dedicado à recuperação da intenção comunicativa do falante/autor. Esta não é uma tarefa fácil, especialmente para o ouvinte/leitor não familiarizado com as obras, com os autores, ou com as particularidades de cada novo enredo discursivo-ficcional. Como o texto ou a linguagem não desempenham sozinhos os critérios para avaliação de uma obra, serão incluídos fatores como emoções, sentimentos, atitudes ou impressões experimentadas durante a fruição.

Assim, o leque de implicaturas fracas gerado pelos efeitos dos enunciados tende a condicionar o leitor a explorar e decidir quais destas implicaturas fracas são compatíveis com os princípios da relevância, cabendo ao leitor considerar os efeitos contextuais que permeiam a obra e o autor. O leitor tende a se apegar ao princípio de relevância para discernir quais interpretações são mais compatíveis não somente com os enunciados e as intenções pretendidas, mas também com suas próprias predileções, buscando continuamente vestígios que sustentem suas suposições e dos quais possa derivar implicaturas contextuais.

Assim sendo, a obtenção de relevância se dará em função de amplo conjunto de implicaturas fracas, sendo que os enunciados permitirão, no máximo, a formação de uma espécie de mutualidade afetiva ao invés de cognitiva. Isso em razão da ausência do conteúdo proposicional, elementar para a boa formação semântica e para a justificação lógica de uma interpretação. Consequentemente, o processamento do discurso ficcional

tenderá a buscar maneiras alternativas para a atribuição de relevância, num procedimento em que o falante/autor estimula o leitor a responder às suas ideias com um repertório mais refinado de estados afetivos, ou, conforme a sugestão de Sperber e Wilson, a ideia de "criar impressões comuns ao invés de conhecimento comum, em conformidade com as experiências particulares dos ouvintes/leitores" (SPERBER e WILSON, 2001, p. 332).

Se admitirmos, com Saussure (2007), que o discurso é um fenômeno com um maior grau representacional, chegaremos, então, à conclusão de que o discurso ficcional é um fenômeno de elevado grau para a representação de impressões afetivas. A construção da significação discursiva do ficcional se daria, portanto, não em forma de apontamento para o mundo externo, como idealizado pelos lógicos, nem de modo que permanecesse encapsulado em algum domínio cognitivo exclusivo, como discutido por alguns cientistas cognitivos. Todavia, a construção do significado ficcional parece ser melhor compreendida como um complexo fenômeno de interação entre vários domínios da natureza humana, entre os quais, de modo muito reduzido, deverão ser contabilizados: os componentes sensoriais, os componentes cognitivos e os componentes de acoplamento dos insumos da realidade mundana e da realidade mental.

A interação entre os diferentes domínios cognitivos estáveis – como aqueles descritos em forma de competências gramaticais e de competências inferenciais – auxiliarão na construção e na manutenção das diferentes representações geradas com a entrada de cada novo *input* nos sistemas não-estáveis – de memórias e de suposições. Essa é uma das razões pelas quais surgem diferentes interpretações de um único discurso: embora ele apresente o mesmo sistema de *inputs* linguísticos, ele não sairá ileso de diferentes *outputs* interpretativos, em suas mais diversas formas de representações.

O mesmo se aplica à incongruência causada no sistema cognitivo quando se assiste a um filme (uma diferente forma de representação) inspirado em alguma obra de ficção: i) enquanto constrói a interpretação de um enredo de ficção, o indivíduo forma um conjunto de representações mentais à partir de exposição aos *inputs* linguísticos, sendo estas representações geradas conforme suas próprias expectativas de relevância; ii) quando assiste ao filme, o indivíduo é confrontado pelo conjunto de representações mentais formuladas

por outra(s) mente(s), conduzindo-o a reavaliar as expectativas anteriormente armazenadas em seu sistema conceitual.

Por fim, e a propósito do encerramento destas considerações, espera-se que o estudo discursivo-ficcional pelas teorias da linguagem e da comunicação constitua um tópico para o aperfeiçoamento da investigação da ficção. Mas, espera-se, também, que tal estudo exponha os progressos e as limitações das próprias teorias, bem como do conhecimento que se tem acumulado. Deste modo, é salutar a cooperação advinda das rigorosas prescrições formais, tal como exercida pelos lógicos, das ricas demonstrações empíricas sobre a flexibilidade interpretativa, como descrita pelos teóricos literários, e do continuado experimento de conciliação de toda a fortuna de conhecimentos, como convém aos que se dedicam à pragmática linguística e às ciências cognitivas.

## REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Arte poética*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Metafísica*. Tradução de V.G.Yebra. Madrid: Gredos, 1998.
- ARMENGAUD, Françoise. *A Pragmática*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- AUSTIN, John Langshaw. *How to do things with words: the William James lectures*. Delivered at Harvard University in 1955, 2nd. Ed. London: Harvard University Press, 1962.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 1979. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: HUCITEC, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- BAR-HILLEL, Yehoshua. Indexical Expressions. *Mind*, n. 63, p. 359-379, 1954.
- BARASH, David P.; BARASH, Nanelle R. *Os Ovários de Mme. Bovary: um olhar darwiniano sobre a literatura*. Relume Dumará Editor, 2006.
- BARON-COHEN, Simon. Social and pragmatic deficits in autism: cognitive or affective?. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 18, n. 3, 1988.
- BARON-COHEN, Simon; LESLIE, Alan M.; FRITH, Uta. Does the autistic child have a "theory of mind"?. *Cognition*, n. 21, p. 37-46, 1985.
- BASSO, Renato Miguel. 2012. *Natureza e semântica do discurso ficcional*. Disponível em <https://prezi.com/5g436ustgpev/natureza-e-semantica-do-discurso-ficcional/>. Acesso em: 15/12/2016.
- BRUNER, Jerome. 1986. *Realidade Mental e Mundos Possíveis*. Porto Alegre: Artes Médica, 2002.
- BENFATTI, Maurício F. N. A semântica da Teoria da Relevância: uma abordagem cognitivo evolutiva para a interface semântico/pragmática. In: *Coletânea do I Workshop Internacional de Pragmática*. 1 ed. Curitiba: UFPR, 2014, p.143-153.
- \_\_\_\_\_. Por uma sociobiolinguística cognitiva: a pragmática como gatilho da dimensão cultural da evolução. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1991.
- BÍBLIA SAGRADA, antigo e novo testamento. ALMEIDA, João Ferreira de. (revisor). Edição Revista e Atualizada no Brasil. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.

BLACKMORE, Diane. *Relevance and Linguistic Meaning: The Semantics and Pragmatics of Discourse Markers*. Cambridge: CUP, 2002.

BORGES NETO, José; MÜLLER, Ana; PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. A semântica formal das línguas naturais: histórias e desafios. *Rev. Est. Ling.*, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 119-148, jan./jun, 2012.

BOYD, Brian. *The Origin of Stories: Horton Hears a Who*. *Philosophy and Literature*, n. 25 (2), p. 197-214, 2001.

\_\_\_\_\_. Literature and evolution: A bio-cultural approach. *Philosophy and Literature*, n. 29 (1), p. 1-23, 2005.

BOYER, Pascal. Cognitive architecture of the imagination. *Proceedings of the British Academy*, n. 147, p. 239-258, 2007.

BRUNET, Crisbelli Domingos. *Metarrepresentação ad extremum: a tradução do humor como superposição interpretativa*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

BUENO, Rodrigo; *Homo Fabulans: Ficcionalidade, Epistemologia e Pragmática*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

BUENO, Rodrigo. BENFATTI, Maurício. Implicações de teorias naturalísticas sobre a linguagem para o estudo narrativo: reflexões preliminares. *Eutomia*. n. 15 (1), p. 157-176, 2015.

BUENO, Rodrigo; GODOY, Elena. *Poética Cognitiva: a pragmática na comunicação literária*. *Anais do Primeiro Workshop Internacional de Pragmática*. p. 160-169. Curitiba, 2012.

CAPPELEN, Herman; LEPORE, Ernie. *Radical and Moderate Pragmatics: Does Meaning Determine Truth Conditions?* In Zoltán Gendler Szabó (ed.), *Semantics versus Pragmatics*. Oxford University Press, 2005.

CARLOS, Pedro Miguel. Seminário de Orientação. Disponível em <http://fildalinguagem.no.sapo.pt/pedrocarlos2.pdf> - acesso em 02/08/2013.

CARROL, Joseph. The adaptive function of literature and the other arts. 2009. Disponível em: <http://onthehuman.org/2009/06/the-adaptive-function-of-literature-and-the-other-arts> Acesso em: 11 jan. 2013.

CARRUTHRES, Peter. Why Pretend. in *The Architecture of the Imagination*, ed. Shaun Nichols, Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 89-109.

CHOMSKY, Noam. *Syntactic Structures*. De Gruyter: Mouton, 1957.

\_\_\_\_\_. Review of Skinner. *Language*, n. 35. p. 26-58, 1959.

\_\_\_\_\_. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.

COLE, Peter (ed.). *Radical pragmatics*. New York: Academic Press, 1981.

DASCAL, Marcelo. 1978. As convulsões metodológicas da lingüística contemporânea. In Dascal (org.), v. 1, pp. 15-41, 1978.

\_\_\_\_\_. (1982). Relevância Conversacional. In Dascal, M. (org.) 105-131, 1982.

\_\_\_\_\_. *Pragmática e filosofia da mente I: o pensamento na linguagem*. [1983]. Tradução de Rodrigo B. de Faveri. Curitiba: UFPR, 2011.

\_\_\_\_\_. *Interpretação e compreensão*. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

\_\_\_\_\_. *A crua palavra: uma conversa com Marcelo Dascal*. Nova Iorque, Lulu Press, 2010.

DESSALLES, Jean-Louis. Complexité cognitive appliquée à la modélisation de l'intérêt narratif. *Intellectica*, n. 45 (1), 145-165, 2007.

DIMULESCU, Adrian; DESSALES, Jean-Louis. Understanding narrative interest: Some evidence on the role of unexpectedness. In *CogSci*, Amsterdam, NL, July 2009.

DISSANAYAKE, Ellen. The arts after Darwin: does art have an origin and adaptive function? In: ZIJLMANS, K. VAN DAMME, W. *World Art Studies: Exploring Concepts and Approaches*, p. 241-263. Amsterdam: Valiz, 2008.

DUTTON, Denis. *Arte e instinto: beleza, prazer e evolução humana*. Lisboa: Temas & Debates, 2010.

ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

\_\_\_\_\_. *Tratado geral de semiótica*. 4ª ed. Perspectiva, 2002.

\_\_\_\_\_. *Obra aberta: forma e indeterminações nas poéticas contemporâneas*. 9ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FODOR, Jerry. *The modularity of mind: an essay on faculty psychology*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1983.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo, Loyola, 1996.

FREGE, Gottlob. (1892). Sobre o Sentido e a Referência. In: Paulo Alcoforado (org. e trad.). *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Edusp, 2ª Ed., 2009.

\_\_\_\_\_. (1892). Digressões sobre o Sentido e a Referência. In: Paulo Alcoforado (org. e trad.). *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Edusp, 2ª Ed., 2009.

GEERTZ, Clifford. 1973. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LCT, 2008.

GODOY, Elena; BUENO, Rodrigo. The communicative relevance in fictional discourse. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, v. 14, n. 3, p. 545-556, 2014.

GRICE, Herbert Paul. Meaning. *The Philosophical Review*, n. 64, p. 377-88, 1957.

\_\_\_\_\_. *Lógica e conversação*. (1975). In DASCAL, M. (Org.). *Fundamentos Metodológicos da Linguística: Pragmática*. São Paulo: Ed. do autor, 1980.

\_\_\_\_\_. *Studies in the Way of Words*. Harvard University Press, Cambridge, MA, 1989.

GUIJARRO, Jose-Luis. Comunicação pessoal, 2017.

HAACK, Susan. *Filosofia das Lógicas*. Trad. de Cezar Mortari e Luiz Henrique Dutra. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

HAPPÉ, F. *Compreendendo mentes e metáforas: revelações sobre o estudo da linguagem figurada no autismo*. Disponível em: [www.ama.org.br/happe-l.htm](http://www.ama.org.br/happe-l.htm) Acesso em: 14 out. 2014.

ILARI, Rodolfo; GERALDI, Wanderley. *Semântica*. São Paulo: Ática, 1987.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e Comunicação*; Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2002.

KAMP, H. & REYLE, U. *From Discourse to Logic*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1993.

KATZ, Jerrold J. O escopo da semântica. In DASCAL, M. (org.) *Fundamentos metodológicos da linguística*. Vol. III (semântica). Campinas. UNICAMP, 1982.

KOCH, I. G. V. *Introdução à Linguística Textual*. 2 o ed. São Paulo; Martins Fontes. 2009b.

KOCH, Otávio Henrique. Revisitando a Metáfora: Reflexões sobre a Teoria Cognitiva da Metáfora e a Teoria da Relevância. Curitiba, 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

LAHUD, M. *A propósito da noção de dêixis*. São Paulo: Ática, 1979.

LAKATOS, I. 1970. O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica. In: LAKATOS, I. e MUSGRAVE, A. (org.) *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. 1980. *Metáforas da vida cotidiana*. São Paulo: EDUC, 2002.

- LEECH, Geoffrey N. *Principles of Pragmatics*, London: Longman, 1983.
- LEVINSON, Stephen C. 1983. *Pragmática*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- LEWIS, David. Truth in Fiction. *American Philosophical Quarterly*, n. 15(1), p. 37-46, 1978.
- \_\_\_\_\_. *On the Plurality of Worlds*. Oxford: Blackwell, 1986.
- LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos Discursos*. Tradução de Sírío Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.
- MERCIER, Hugo; SPERBER, Dan. Why do humans reason? Arguments for an argumentative theory. *Behavioral and brain sciences*, n. 34, p. 57-111, 2011.
- MESQUITA, Fábio. As muitas definições de anáfora, dêixis e correferência. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.
- MITHEN, Steven. *A pré-história da mente: uma busca das origens da arte, da religião e da ciência*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Creativity in human evolution and prehistory*. London and New York: Routledge, 1998.
- MORTARI, Cezar A. *Introdução à Lógica*. São Paulo: Editora UNESP & Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- NÖTH, Winfried. *Panorama da semiótica: de Platão a Peirce*. São Paulo: Annablume, 1995.
- OLIVEIRA, Roberta Pires de. *Semântica Formal: uma breve introdução*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.
- ORIGGI, Gloria; SPERBER, Dan. Evolution, communication and the proper function of language. In CARRUTHERS, P.; CHAMBERLAIN, A. *Evolution and the human mind: language, modularity and social cognition*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, p. 140-169, 2000.
- PALMA, H. Lopez. *La semantica*. *Enciclopedia de Lingüística Hispánica* 1, 2016.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1995.
- PILKINGTON, Adrian. *Poetic Thoughts and Poetic Effects: a Relevance Theory account of the literary use of rhetorical tropes and schemes*. Tese (Doutorado em Linguística). University College London. Londres, 1994.



\_\_\_\_\_. Poetic effects: *A relevance theory perspective*. In R. D. Sell (Ed.), *Literary Pragmatics*. p. 44-61. London: Routledge, 1991.

PINKER, Steven. *Como a mente funciona*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *O instinto da linguagem: como a mente cria a linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. *Tábula rasa: a negação contemporânea da natureza humana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. Toward a consilient study of literature. *Philosophy and Literature*, v. 31, n. 1, p. 162-178, 2007.

\_\_\_\_\_. *Do que é feito o pensamento: A língua como janela para a natureza humana*, Companhia das Letras, 2008.

PLATÃO. *A república*. São Paulo: Escala Educacional, 2003.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Nova Pragmática: fases e feições de um fazer*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

REBOUL, Anne. L'interprétation des énoncés de fiction. *Cahiers de linguistique française* n. 7, p. 27-41, 1986.

\_\_\_\_\_. The relevance of Relevance for fiction. *Behavioral and Brain Sciences* n. 10, p. 729, 1987.

\_\_\_\_\_. *Rhétorique et stylistique de la fiction*. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 1992.

REBOUL, Anne; MOESCHLER, Jacques. *La pragmatique aujourd'hui: une nouvelle science de la communication*. Paris, Le Seuil, Coll: Points, 1998.

ROMERO, Esther; SORIA, Belén. Relevance Theory and Metaphor. *Ling. (dis)curso*, Tubarão, v. 14, n. 3, p. 489-509, Dec. 2014.

RUSSEL, Bertrand. On denoting. *Mind*, n° 14, p. 479-493, 1905.

SANTOS, Sebastião Lourenço. *O Enigma da piada*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

SAUSSURE, Ferdinand. (1916). *Curso de Linguística Geral*. 26 ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

SAUSSURE, Louis de. (2007). Procedural pragmatics and the study of discourse. Disponível em:

<http://www.unine.ch/files/live/sites/louis.desaussure/files/shared/documents/publications/ProceduralPragmaticsUncorrectedProofs.pdf> Acesso: 8 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Background relevance, *Journal of Pragmatics* n° 59, 178-189, 2013..

SAUSSURE, Louis de. Présuppositions discursives, assertion d'arrière-plan et persuasion, in Herman T. et Oswald S. (éds), *Rhétorique et cognition: perspectives théoriques et stratégies persuasives*. Berne: Peter Lang, p. 279-312, 2014.

SCOTT-PHILLIPS, Thom. *Speaking Our Minds: Why human communication is different, and how language evolved to make it special*. Palgrave: MacMillan, 2014.

SEARLE, J. R. *Speech acts: an essay in the philosophy of language*. Cambridge: CUP, 1969.

SEARLE, John. The Logical Status of Fictional Discourse. *New Literary History*, V. 6, n. 2, p. 319-332, 1975.

SHANNON, Claude; WEAVER, Warren. *The mathematical theory of communication*. Urbana: University of Illinois Press, 1949.

SILVEIRA, Jane Rita Caetano; FELTES, Heloísa de Moraes. *Pragmática e cognição: a textualidade pela relevância*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

SPERBER, Dan. *O simbolismo em geral*. São Paulo: Cultrix, 1974.

\_\_\_\_\_. Metarepresentations in an evolutionary perspective. In D. Sperber *Metarepresentations: an Interdisciplinary Perspective*. New York: Oxford University Press, p. 117-137, 2000.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *Relevance: Communication and cognition*. Oxford: Blackwell, 2nd Ed., 1995.

\_\_\_\_\_. *Relevância: Comunicação e Cognição*. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 2001.

\_\_\_\_\_. Pragmatics, modularity and mind-reading. *Mind and Language*, n. 17(1/2), p. 3-23, 2002.

\_\_\_\_\_. Reply to Rajagopalan. *Intercultural Pragmatics*, n. 2 (1), p. 99-103, 2005.

\_\_\_\_\_. A deflationary account of metaphors. In R. Gibbs (ed.) *The Cambridge Handbook of Metaphor in Language and Thought*, pp. 84-105, 2008.

TARSKI, Alfred. 1933. O conceito de verdade nas linguagens formalizadas. In: C. Mortari e L.H. Dutra orgs. *A Concepção Semântica da Verdade. Textos clássicos de Tarski*. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

\_\_\_\_\_. 1944. A concepção semântica da verdade e os fundamentos da semântica. In: C. Mortari e L.H. Dutra orgs. *A Concepção Semântica da Verdade. Textos clássicos de Tarski*. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

TOOBY, John; COSMIDES, Leda. Does beauty build adapted minds? Toward an evolutionary theory of aesthetics, fiction and the arts. *SubStance*, 94/95, v. 30, n.1, p. 6-27, 2001.

WALSH, Richard. *The rhetoric of fictionality: narrative theory and the Idea of fiction*. Columbus: The Ohio State University Press, 2007.

WILSON, Deirdre. Parallels and differences in the treatment of metaphor in relevance theory and cognitive linguistics. *Intercultural pragmatics*, n. 8(2), p. 177-196, 2011.

\_\_\_\_\_. Metaphor, Relevance and the interpretation of Fiction. Disponível em: <http://reboul.isc.cnrs.fr/Wilson.pdf> Acessado: 05 dez. 2016.

WILSON. Edward O. *A unidade do conhecimento: consiliência*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

ZUNSHINE, Lisa. *Why we read fiction: theory of mind and the novel*. Columbus: Ohio State University Press, 2006.

\_\_\_\_\_. Theory of mind and fictions of embodied transparency. *Narrative*, v.16, n. 1, p. 65-92, 2008.